ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2023

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 4ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora 2.ª secretária da Mesa Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Arnaldo José da Silva Teixeira, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Catarina Barcelos Silva Duarte de Faria, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos Amador Lopes Mateus, João Manuel Machado Enes, José Luís Ferreira Parreira, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Mónica Gomes Oliveira Rocha, Rita Belo Santos, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

Alberto Gonçalves de Melo, Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, André Melo Castro, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, Carlos Henrique da Costa Neves, César Alexandre Pacheco Medeiros, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira, Luís Carlos Cota Soares, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Melo Machado, Luísa da Costa Barcelos, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Paulo Duarte Gomes, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Guido de Luna da Silva Teles (da parte da tarde), Nelson Gomes Furtado, Paulo Alexandre Silva Lima, Sandra Maria de Sousa Garcia.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 3.ª sessão ordinária do dia 7 de junho de 2023 foi aprovada por maioria com 1 abstenção.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente:

- Receção de um ofício da Diocese de Angra do Heroísmo dirigido à Mesa da Assembleia, referindo o seguinte:

  «*Por ordem de Sua Excelência Reverendíssima, o senhor bispo de Angra, tenho a honra de acusar a receção do Voto de Congratulação pelos 150 anos do Boletim Eclesiástico dos Açores. Apresentando os meus cumprimentos, subscrevo-me com toda a consideração. Angra, 28 de julho de 2023.*
  O cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes – Vigário-geral.»

- Receção de um ofício da Diocese de Angra do Heroísmo, referindo o seguinte:

  «*Ao cessar funções do ofício de Vigário-geral da Diocese de Angra nas Ilhas dos Açores 2005 – 2023 depois de um período de Sede vacante, tendo sido eleito administrador diocesano de 2021 a 2023 e ainda como pároco da Sé de Angra de 1999 a 2023, venho, na impossibilidade de o fazer pessoalmente, despedir-me de Vossa Excelência e agradecer toda a colaboração pessoal e institucional que recebi com lealdade ao longo das últimas duas décadas. Bem-haja e até sempre.*
  Dedicadamente ao Senhor Jesus, apresento os meus respeitosos cumprimentos.
  Hélder Fonseca Mendes – Vigário-geral.»

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções por parte do público presente.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves (numa interpelação à Mesa) – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Esta minha intervenção não se inclui no Período de Antes da Ordem do Dia, é uma interpelação à Mesa.

Há um ponto 4 na nossa Ordem de Trabalhos intitulado: «Carta aberta em defesa das juntas de freguesia e das instituições da ilha Terceira, para deliberação da Assembleia Municipal.» Conheço esta carta aberta desde terça-feira e a minha interpelação à Mesa vai em dois sentidos: em primeiro lugar, gostaria de saber quem propõe este ponto à Assembleia Municipal porque a carta que estava à nossa disposição no dia da reunião de Conferência de Líderes era, digamos, anónima; tinha dois números de telemóvel, uma direção genérica e não estava identificada. Gostaria de saber se esta carta está identificada e quem a subscreve.

Em segundo lugar, interrogo-me se um ponto relacionado com uma carta aberta deve constar da Ordem de Trabalhos; esta carta é dirigida à Assembleia Municipal e foi lida pelo senhor presidente da Mesa.

Ocorre-me que uma carta aberta não é matéria para ser abordada na Assembleia Municipal. Caso seja entendido pela Assembleia que a mesma deve ser tratada como o Ponto 4 e não como um assunto incluído no Período de Antes da Ordem do Dia ou uma carta lida pelo senhor presidente da Mesa, este grupo municipal da Coligação pede que este ponto seja adiado para a próxima reunião porque temos justificações que precisamos desenvolver para

além dos três minutos e a carta foi entregue muito em cima da hora, é muito longa e complexa. Bem sei que, aparentemente, vem de algumas juntas de freguesia na sequência de uma diligência na Praia da Vitória, mas abrange competências de várias instituições locais, da própria Câmara Municipal, da Assembleia Legislativa Regional, da Assembleia da República e admito que abranja até competências da União Europeia. É algo que surge a partir da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo, portanto numa só ilha, e propõe desenvolver aspetos relacionados com todas as juntas de freguesia dos Açores. Esta carta não foi discutida com a Associação Nacional de Freguesias, delegação dos Açores – o que me pareceria essencial se se pretende que seja um movimento regional – e aparece na mesma altura em que temos estado ocupados a discutir uma proposta de decreto legislativo regional que também altera competências das juntas de freguesia.

Por este conjunto de razões, penso haver fundamentação para que o assunto seja tratado com a dignidade e o respeito que as juntas de freguesia nos merecem e sobretudo pela proatividade que apreciamos, ou seja, quem sente os problemas, avança e expõe-nos.

Precisamos de mais tempo para dar ao assunto a devida e merecida atenção. A posição deste grupo municipal da Coligação é que o mesmo não está suficientemente amadurecido para ser tratado como um ponto da nossa Ordem de Trabalhos de hoje.

Sr. presidente da Mesa – Muito obrigado, senhor deputado. Respondendo objetivamente à sua questão, nos termos do regimento em vigor, qualquer membro da Assembleia pode, na reunião de Conferência de Líderes, propor assuntos para agendamento na Ordem de Trabalhos; foi o que aconteceu através de um *e-mail* recebido do endereço eletrónico «freguesiasinstituicoesterceira@sapo.pt» no dia 22 de setembro às 11 horas, o dia em que decorreu a reunião da Conferência de Líderes. O senhor deputado estava presente quando li este documento, o que voltarei a fazer para que todos fiquem cientes do que se trata:

«*Introdução de ponto na agenda da Assembleia Municipal.*

Caro presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Vimos por este meio apresentar a nossa intenção de entregar à Mesa, uma carta aberta redigida e assinada por diversos presidentes de juntas de freguesia da ilha Terceira na segunda-feira dia 25 de setembro. Em anexo enviamos uma breve explanação dos nossos objetivos.

Inteiramente disponíveis, despedimo-nos com os melhores cumprimentos.

Os autarcas da ilha Terceira.»

O referido documento diz o seguinte:

«*Dirigimo-nos a sua excelência com o objetivo de apresentar as nossas preocupações e constrangimentos enquanto autarcas da ilha Terceira. Num esforço conjunto, apelamos a que nos ajudem a promover uma reflexão construtiva em torno de várias áreas e temáticas que afetam as nossas instituições, as diversas forças vivas das nossas freguesias e, acima de tudo, as nossas comunidades, o nosso povo. Povo que votou e deposita em nós a confiança para encontrarmos soluções para as suas necessidades, que confia em nós e espera que tudo façamos para superarem as suas expectativas.*

Este é um dos instrumentos que temos ao nosso dispor para transmitir, dar a conhecer e, em muitos casos, reforçar sem receios o que nos preocupa e o que nos impede de fazer o melhor trabalho, ter uma melhor ação. Por isso dirigimos esta carta a diversas entidades, nomeadamente ao Governo Regional dos Açores, à Assembleia Regional dos Açores e aos deputados que a compõem, ao Conselho de Ilha da Terceira, às Câmaras Municipais e suas Assembleias, bem como à ANAFRE.

Acreditamos que, com o esforço de todos, assumindo cada um as suas responsabilidades e indo ao limite dos seus recursos e competências, poderemos encontrar, construir e propor soluções para melhor servir a ilha Terceira. Acreditamos também que, em tempos que se mostram tortuosos e desafiantes, podemos, com o espírito de união, sair mais fortes e mais capazes.

Abaixo indicamos o nosso correio eletrónico e contactos:

Correio eletrónico: freguesiasinstituicoesterceira@sapo.pt.
Contactos de telemóvel: 925714725 e 965362271.

Estamos inteiramente ao vosso dispor.»

Este foi o documento que deu entrada no dia da reunião de Conferência de Líderes, uma iniciativa que, nos termos dos artigos 16.º, 27.º e 56.º do regimento da Assembleia Municipal, é perfeitamente enquadrável para ser agendado na Ordem de Trabalhos.

Tal como ali está espelhado, deu entrada no dia 25 de setembro, um documento intitulado «Carta aberta em defesa das juntas de freguesia e das instituições da ilha Terceira» que vem assinada pelos seguintes senhores presidentes de juntas de freguesia:

Junta de Freguesia da vila das Lajes, César Toste. Junta de Freguesia das Fontinhas, Paulo Sousa. Junta de Freguesia da Vila Nova, Vasco Lima. Junta de Freguesia de Santa Cruz, António Borges. Junta de Freguesia da Agualva, Hélio Rocha. Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Osvaldo Sousa. Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, John Borges. Junta de Freguesia de São Brás, Marco Toste. Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, Bruno Lopes. Junta de Freguesia dos Biscoitos, Luís Vieira. Junta de Freguesia da vila do Porto Judeu, Honória Leandro. Junta de Freguesia da Conceição, Paulo Jorge Silva. Junta de Freguesia das Doze Ribeiras, Sandra da Silva Mendes. Junta de Freguesia do Posto Santo, Ana Fortuna. Junta de Freguesia dos Altares, Cidália Parreira. Junta de Freguesia de Santa Bárbara, Paulo Fagundes. Junta de Freguesia da Serreta, Marco Alves. Junta de Freguesia de São Bento, João Moniz. Junta de Freguesia de Santa Luzia, Emanuel Garcia. Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras, Luís Leal. Junta de Freguesia do Raminho, Mário Cardoso. Junta de Freguesia de São Pedro, João Enes.

Posto isto e a partir do momento que se cumprem os artigos do regimento que referi há pouco, creio que a Mesa não tinha outra alternativa, senão incluir este ponto na Ordem de Trabalhos. Como tal, foi agendada a respetiva carta.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Obrigado, senhor presidente. Com todo o respeito e consideração que sabe que tenho por si, o senhor acabou de ler uma carta inicial de 22 de setembro que é uma carta anónima, ou seja, vem com um endereço de *e-mail* geral e dois

números de telemóvel, mas não está indicado nenhum nome de membro da Assembleia Municipal.

A carta aberta, cujas assinaturas o senhor presidente acaba de ler, não constitui verdadeiramente uma proposta formal para integração na Ordem de Trabalhos e representa a assinatura de vários autarcas da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo. Que eu saiba, os autarcas da Praia da Vitória não podem fazer propostas de agendamento na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e a carta não está formalmente coberta por um membro da Assembleia Municipal de Angra.

A questão é complexa e estou profundamente convencido que tenho razão formal; se não a tiver e for entendido que este assunto deve ser debatido hoje, de acordo com os argumentos que já utilizei, não estamos em condições de o discutir. Visto tratar-se de uma questão que relevamos, propomos o respetivo adiamento para que a mesma seja tratada com a seriedade que merece.

Se a Assembleia entender que o assunto deve ser tratado hoje, a Coligação não intervirá no debate, votará contra, apresentará uma declaração de voto e impugnará qualquer decisão que for tomada, dado que entendemos que não estão reunidas as condições para o respetivo agendamento. Já agora e como simples informação, adianto que, confrontada com a mesma carta, a presidência da Assembleia Municipal da Praia da Vitória – onde há mais subscritores do que em Angra – decidiu não incluir o ponto na sua Ordem de Trabalhos e o assunto seria tratado no Período de Antes da Ordem do Dia como informação geral à Assembleia.

Estou convencido das minhas razões formais. Se entenderem debater ou votar o que quer que seja em relação ao assunto, informo que não estou preparado para discutir diminuições de IRS e uma série de competências da Assembleia Legislativa Regional no momento em que há um decreto legislativo regional já com parecer de comissão.

As razões são válidas, por isso vamos todos trabalhar em conjunto para que aquele documento fique mais consistente e maduro. Estamos encantados pelo respeito que nos merecem os subscritores daquela carta aberta, que não propõem o documento à Assembleia Municipal. Se estiverem dispostos a seguir este parecer, ótimo. Para não arrastar a Assembleia Municipal e embora esteja preparado para o fazer, não entrarei em discussões jurídicas profundas acerca de artigos.

Acho que as justificações são suficientes; se resolverem entendê-las, muito bem, caso contrário, tudo bem na mesma. A força da maioria ganha sempre, mesmo quando abafa aspetos legítimos e juridicamente fundamentados, mas isso é nas ditaduras.

Sr. presidente da Mesa – Senhor deputado Costa Neves, retirando a última parte da sua intervenção, explico as razões que levaram a Mesa da Assembleia a agendar este assunto para a Ordem de Trabalhos, passando a ler o n.º 5 do artigo 16.º do regimento que é muito claro acerca desta matéria: «*Os documentos que complementem a instrução do processo deliberativo respeitantes aos assuntos que integram a ordem de trabalhos, que por razões de natureza técnica ou confidencialidade, ainda que pontual, não sejam distribuídos nos termos do número anterior, devem estar disponíveis para consulta desde o dia anterior à data indicada para a reunião.*» O documento cumpriu com este ponto e peço dispensa da leitura do artigo 56.º acerca dos poderes dos membros da Assembleia Municipal.

A Mesa, e eu como seu presidente, deliberámos agendar este documento e penso que os esclarecimentos estão feitos. Registamos a vossa interpretação e intervenção mas a decisão está tomada e o documento faz parte da Ordem de Trabalhos.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O senhor presidente não respondeu à minha pergunta em relação a quem subscreve, quem é o membro da Assembleia Municipal de Angra que apresenta esta proposta.

Sr. presidente da Mesa – Os membros são os presidentes de juntas de freguesia ou os seus representantes que aqui estão.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Quem, senhor presidente?

Sr. presidente da Mesa – Junta de Freguesia da vila do Porto Judeu, Honória Leandro. Junta de Freguesia da Conceição, Paulo Jorge Silva. Junta de Freguesia das Doze Ribeiras, Sandra da Silva Mendes. Junta de Freguesia do Posto Santo, Ana Fortuna. Junta de Freguesia dos Altares, Cidália Parreira. Junta de Freguesia de Santa Bárbara, Paulo Fagundes. Junta de Freguesia da Serreta, Marco Alves. Junta de Freguesia de São Bento, João Moniz. Junta de Freguesia de Santa Luzia, Emanuel Garcia. Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras, Luís Leal. Junta de Freguesia do Raminho, Mário Cardoso. Junta de Freguesia de São Pedro, João Enes.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O senhor presidente acabou de referir quem assina a carta aberta mas não se trata de um pedido formal de integração na Ordem de Trabalhos de hoje; é uma carta aberta assinada por vários presidentes de juntas de freguesia, sendo que alguns quiseram retirar as suas assinaturas, mas foi-lhes respondido: «Já assinaste, não vais retirar a assinatura.» A carta é assinada por esses senhores mas eu quero saber quem propôs a inclusão desse ponto na Ordem de Trabalhos de hoje. Desculpe, mas a isso o senhor presidente ainda não respondeu.

Conheço os artigos dos estatutos, dos regimentos e das leis. Aqui o grupo parlamentar do PS faz propostas que vão para a Ordem de Trabalhos. A Câmara Municipal faz propostas que vão para a Ordem de Trabalhos. O grupo municipal da Coligação faz propostas que vão para a Ordem de Trabalhos. Qualquer membro desta Assembleia Municipal que faça uma proposta, a mesma vai para a Ordem de Trabalhos.

Não vou fazer aqui juízos de intenções porque não vale a pena. Não peço ao senhor presidente da Mesa que me diga quem assina esta carta aberta, que tenho desde terça-feira, sei muito bem quem esteve envolvido e como decorreu todo o processo. A única coisa que quero saber é: quais os senhores membros da Assembleia à volta desta mesa que propuseram a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos. Não me diga que são os signatários dessa carta porque os signatários que a assinaram não propuseram a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Mesa – Também me vou levantar, senhor deputado Carlos Costa Neves. Vou levantar-me porque, pela sua experiência, conhecimento e tudo o mais que lhe reconheço, parece-me um bocadinho excessiva essa sua interpretação. É tão excessiva, que o senhor deputado teve conhecimento deste documento na reunião da Conferência de Líderes.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – E disse que a carta era anónima, senhor presidente.

Sr. presidente da Mesa – Como sabe, um documento informatizado é aceite – a menos que não contenha qualquer identificação – e neste documento consta o correio eletrónico que o identifica juntamente com dois números de telemóvel.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – E de quem são?

Sr. presidente da Mesa – Sei de quem são os números de telemóvel mas não os vou revelar porque não vamos estar aqui a divulgar os dados pessoais de ninguém. Não vamos fazer isso. Reafirmo que estes senhores presidentes de juntas de freguesia que acabei de referir e compõem esta Assembleia, tal como o senhor deputado acabou de dizer, têm toda a legitimidade para propor um assunto para a Ordem de Trabalhos e foi o que aconteceu.

Sra. d. m. Marília Vargas – Bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados.

Penso que a bancada da Coligação está a fazer uma conotação partidária que não existe. A nosso ver, esta é uma carta aberta apartidária que apresenta um conjunto de preocupações e reivindicações endereçadas ao Governo Regional dos Açores, às câmaras e às próprias assembleias municipais, por isso considero uma falta de respeito a sua não discussão.

Conhecendo perfeitamente os subscritores que assinaram a carta – porque estão aqui – devemos dar-lhes voz, deixando que exponham a situação e expliquem o seu conteúdo. Para nós o adiamento não é solução porque estaríamos a adiar um problema e a empurrar com a barriga para a frente. Se a carta foi apresentada agora é porque tem uma razão de ser e um *timing* para que tenha um claro impacto no Plano e Orçamento da região. Se adiarmos a discussão para dezembro, já não terá qualquer impacto, por isso a nossa posição vai no sentido de discutirmos o assunto.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados.

Parece-me um bocadinho incorreto colocar-se a questão a nível partidário porque estão a ser aqui discutidos os termos procedimentais. O artigo 16.º, n.º 2 do regimento da Assembleia Municipal diz que «*a Ordem do Dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro da Assembleia Municipal ou pela Câmara Municipal, desde que sejam das respetivas competências.*»

A nossa intenção é tentar perceber se existe algum ofício ou carta da parte de algum membro desta Assembleia a indicar a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos. Contudo, se a sua discussão for do entendimento da maioria, vamos discuti-lo porque, além do *timing* para a discussão do Plano e Orçamento do Governo Regional, vai também a tempo da discussão do Orçamento de Estado, visto conter também um conjunto de reivindicações de âmbito nacional.

Se querem discutir, vamos discutir, mas a questão coloca-se em termos procedimentais. O regimento da Assembleia é cumprido em parte mas não existe qualquer documentação que comprove ou legitime a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos. O senhor presidente vai ter que nos dar razão nesse ponto.

Sr. presidente da Mesa – Senhora deputada Luísa Barcelos, não lhe dou razão porque já lhe mostrei e li há pouco o documento que foi apresentado no dia da reunião da Conferência de Líderes. Quem esteve presente nessa reunião, sabe que documento aqui está e é oficial. Para nós este assunto está ultrapassado.

Sra. d. m. Mónica Rocha – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Não tenho problema nenhum em assumir que o contacto que está nesta carta é o meu e o do meu colega Hélio Rocha, presidente da Junta de Freguesia da Agualva e foi naturalmente criado um endereço de correio eletrónico para que pudessem responder e entrar em contacto connosco, algo que não aconteceu.

O que nos parece é que este seria um momento saudável para construirmos algo de bom para todos e lamentamos que seja essa a postura. Como foi aqui dito e bem, este é o *timing* e a oportunidade de os grupos parlamentares poderem reunir com os presidentes de juntas de freguesia e darem mais contributos para depois, se possível, podermos apresentar propostas de alteração ao Plano e Orçamento. O documento foi enviado a várias instituições numa perspetiva positiva, nele dizemos clara e despudoradamente a quem o enviámos, e decorreram várias reuniões com a presença de vários presidentes de juntas de freguesia do PS e do PSD que aqui estão.

Esta carta não é de agora, foi vista e revista por vários colegas que aqui estão e lamento que os mesmos não tenham a coragem política de assumirem isso agora. O senhor referiu que houve inclusive um senhor que assinou e disse… Pois, lamento que tenha trazido isso para esta casa porque esse mesmo senhor também nos disse que tinha sido ameaçado. Lamento que levem a discussão nesse sentido porque não vale a pena, não é positivo e não é o que se pretende.

Vinte e duas juntas de freguesia juntaram-se para que este fosse um palco de construção de consensos e muito me espanta que queiram atacar a forma em vez de refletirem sobre o conteúdo, por isso só podemos assumir que há aqui algum problema. Alguém, de alguma forma, está a sentir-se… digamos que, ameaçado. Há aqui algum problema nos conteúdos? Se há artigos que não estão bem, o senhor deputado Carlos Costa Neves, com a experiência que tem, pode ajudar-nos. Ajude-nos para que possamos contribuir.

Não posso acreditar que estejam contra este conjunto de sugestões e não quisemos levantar apenas uma discussão. Com as nossas parcas capacidades, tentámos criar algumas soluções mas, se sabem mais do que nós e têm forma de nos dizer como podemos tornar isto mais efetivo, por favor, ajudem-nos. É isso que queremos…

Interrupção na gravação áudio durante trinta segundos devido a problemas técnicos.

Sra. d. m. Mónica Rocha – Acho que estes microfones permitem-nos ouvir bem e claramente… Permitam debater. Estão aqui presidentes de juntas de freguesia que estiveram reunidos connosco. Não podem estar aqui agora a dizer que não é este o *timing*. Expliquem-nos.

Peço desculpa se falei de forma mais acalorada, mas isto reflete-se no dia a dia dos cidadãos e das instituições. Todos os que aqui estão já participaram em comissões e instituições de caráter cultural, etc., por isso conhecem as dificuldades dessas instituições.

Por favor, contribuam e permitam que o assunto seja debatido agora. Querem adiar para dezembro? Será que em dezembro fará toda a diferença? É profundamente entristecedor. Lamento.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia.

A decisão da admissibilidade não me parece um assunto fechado nem tranquilo. Há uma decisão do senhor presidente da Assembleia mas eu gostaria de perceber concretamente o que se vai votar. Que eu saiba, uma carta aberta não é um meio de propositura aceite em lugar nenhum. Pretende-se que a Câmara Municipal isente as juntas de freguesia e as comissões de festas do policiamento nas touradas ou, por exemplo, que se conceda facilidades no IRS dos fundos que o Governo Regional transferiu para as câmaras em sede de retorno de IRC? Se calhar poderá haver alguma proposta para os regulamentos que vamos discutir em dezembro…

Aconteceu uma segunda interrupção na gravação áudio durante dezasseis segundos devido a problemas técnicos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – As juntas de freguesia signatárias estão mandatadas por comissões de festas para apresentarem aqui opiniões? Não conheço nenhuma comissão de festas que queira assumir o risco de dispensar o seguro e o policiamento numa tourada ou a presença da polícia nas verbenas às quatro horas da manhã. Estes são pontos deste documento, por isso quero saber o que foi admitido para votação.

Faço parte da Assembleia Municipal desde 1997, estive na Câmara Municipal durante um mandato e confesso que já vi muita coisa, inclusive várias intervenções do público que depois não podem ser discutidas na Assembleia Municipal, mas nunca vi a discussão a este nível de uma carta aberta equivalente a um artigo de opinião ou até menos.

As questões de conteúdo são essencialmente o que está à discussão. Qual é a utilidade prática do que estamos a votar? É o bem-haja a todos os da Terceira? É essa a conclusão do documento e não o preâmbulo. Se houver clarividência em relação ao que está a ser posto à votação, vamos perceber que isto é um saco roto sem ponta por onde se lhe pegue.

Interrupção dos trabalhos por cinco minutos para resolução dos problemas técnicos do equipamento de sonorização e gravação da sessão.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Existe uma outra questão de fundo relacionada com o que poderá estar a votação. Quando se utilizam termos como: «consideramos que» ou «seria útil que», nada disto é recomendatório nem um conjunto de considerandos conducentes a uma proposta e inclusive tenta-se desresponsabilizar aqui do estatuto de eleitos locais, as competências e atribuições dos presidentes de junta que devem ter o mesmo rigor em termos de contratação pública e do Tribunal de Contas como acontece com uma câmara municipal ou

outra qualquer entidade pública. Estas regras não podem ser alteradas por uma assembleia municipal, pela Assembleia Legislativa Regional ou por outros organismos, apenas pela Assembleia da República. Não vemos aqui qualquer proposta, apenas um conjunto de considerandos que podem eventualmente chegar a algum lado, por isso volto a perguntar o que se vai votar.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Tendo em conta a questão final do senhor deputado Nuno Melo Alves, pergunto também o que vamos votar.

Pelo respeito que me merecem as juntas de freguesia, a senhora membro desta Assembleia Municipal, Mónica Rocha, o senhor presidente da Mesa e também o senhor presidente da Câmara, gostaria de dizer o seguinte: senhor presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, também lhe atribuo a experiência, a competência e o bom senso que o senhor me atribuiu, portanto é com a minha experiência, bom senso e capacidade, que estou a tentar que não se cometa um erro na Assembleia Municipal de Angra. Com a sua experiência, bom senso e competência, o senhor presidente insiste numa leitura sobre a qual estou diametralmente em desacordo. Leia o artigo 16.º do regimento e logo verá que não é assunto para ser discutido nesta Assembleia Municipal e trata-se de uma questão meramente formal.

Informo a nossa colega deputada da Assembleia Municipal, Mónica Rocha, que não posso estar mais disponível para ajudar quaisquer juntas de freguesia de todos os partidos aqui presentes porque não faço qualquer distinção e respeito todos da mesma forma. Estamos todos disponíveis para, com um conjunto de presidentes de juntas de freguesia e membros da bancada municipal do Partido Socialista, contribuir para melhorar o documento no sentido de dirigir a atenção para fatores essenciais que são da competência do órgão A, B ou C. Tenho um grande respeito pelas juntas de freguesia.

Gostaria de dizer ao senhor presidente da Assembleia que, na sexta-feira passada recebemos uma carta e toda a gente disse desconhecer a sua proveniência. Questionámos várias vezes acerca do que a mesma tratava, toda a gente disse que tinha ouvido rumores, mas ninguém sabia o que era este documento. O senhor presidente da Mesa não disse na reunião da Conferência de Líderes quem eram os subscritores da carta, eu classifiquei-a como carta anónima e soubemos agora que os dois números de telemóvel pertencem à nossa colega Mónica Rocha e ao senhor presidente da Junta de Freguesia da Agualva Hélio Rocha, que não tem participação nesta Assembleia Municipal, e o endereço eletrónico pode ser criado por qualquer pessoa. Senhor presidente, não insista que a carta de sexta-feira passada é uma carta assinada, porque não o é, é uma carta anónima.

Estamos perfeitamente disponíveis para discutir este assunto hoje no sentido de melhorar o documento, que está a ser tratado pacificamente na Assembleia Municipal da Praia da Vitória mas não faz parte da sua Ordem de Trabalhos, por isso não vai haver qualquer deliberação ou votação. Se o senhor presidente assim o entender, estamos prontos para aceitar o Ponto 4 mas não estamos em condições de o deliberar ou votar, assim como a Assembleia Municipal da Praia da Vitória não o fará.

Em Angra temos uma interpretação mais rica e informada. Todo este debate parece-me escusado e despropositado e só pode ter como fundo, algum interesse que não conseguimos

compreender. Já agora, senhora presidente do grupo municipal do PS, só pode tratar-se de algum interesse partidário, porque não vejo outro. A maioria dos membros que assinam na Praia da Vitória é da área da Coligação e em Angra inverteu-se tudo. Tudo bem, é como entenderem. Afinal não vivemos num Estado de Direito e o que está escrito na legislação não interessa nada, o que interessa é a vontade de uma maioria. Nós submetemo-nos à maioria mas quero saber exatamente o que vou votar e peço uma votação ponto por ponto.

Sr. presidente da Mesa – Quero fazer uma correção, senhor deputado Costa Neves. O senhor afirmou que, na reunião da Conferência de Líderes, toda a gente disse que sabia, que conhecia e que fazia e eu disse que não conhecia absolutamente nada deste processo. Quem interveio nessa reunião e disse que tinha ouvido alguns zunzuns, foi o senhor presidente da Câmara e a senhora líder da bancada do PS. Eu disse que não conhecia o assunto nem tinha ouvido nada do género, portanto não foram «todos» os que disseram que já conheciam. Que fique perfeitamente claro e esclarecido nesta Assembleia que as coisas se passaram desta forma.

Quero lembrar ainda os senhores deputados que estamos no meio de uma interpelação e não estamos a discutir no Período de Antes da Ordem do Dia nem no Período da Ordem do Dia. Peço que tenham em consideração esta figura regimental, caso contrário, não nos entenderemos e a Assembleia não funcionará devidamente.

Sr. d. m. José Toste – Bom dia Exmo. senhor presidente e demais elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia.

Tomo a palavra no sentido de ajudar a criar uma solução de compromisso e não para discutir formalismos que são o que menos interessa a quem propôs este documento – que foram as juntas de freguesia – e aos principais beneficiários que são os cidadãos de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória. É verdade que as soluções propostas poderão vir a ter implicações nacionais, mas o documento não tem abrangência nacional, já que o seu objeto são as preocupações dos autarcas e os problemas das pessoas da ilha Terceira. Somos nós que estamos a tentar estender o âmbito de aplicação do documento, além das intenções dos subscritores que pretendem discutir o assunto ao nível de ilha e tentar elevá-lo ao nível regional. A proposta deu entrada pela mão de uma pessoa que faz parte desta Assembleia Municipal, que já assumiu que o documento contém o seu número de telefone, por isso parece-me bem claro quem é o seu preponente.

O facto de o assunto ser introduzido na Ordem de Trabalhos não significa necessariamente que tenha que ser votado. Existem vários pontos na Ordem de Trabalhos de hoje que não serão objeto de votação, assim como muitas outras questões que aqui têm sido trazidas apenas para conhecimento da Assembleia. O facto de constar da Ordem de Trabalhos obriga apenas a uma discussão, da qual poderá ou não, sair uma votação, dependendo do texto que é proposto. Ora, o texto que está à discussão não termina a pedir a deliberação da Assembleia Municipal. As juntas de freguesia apresentam este documento e pedem apenas que o mesmo seja incluído na Ordem de Trabalhos. Agora, como membros desta Assembleia e mediante a liberdade individual de cada um, cabe-nos decidir se queremos juntar-nos às

preocupações aqui trazidas pelos senhores presidentes de juntas de freguesia através desta carta aberta.

Não é obrigatório votarmos o documento mas podemos tomar uma posição, dizendo que subscrevemos inteiramente estas preocupações. É certo que entrou na Ordem do Dia e deve ser discutido, mas não significa que haja necessariamente uma deliberação. Os grupos municipais podem meramente prestar uma declaração de suporte a este documento que foi apresentado pelas juntas de freguesia. Da minha parte, acho que não é necessário votar porque é apenas solicitado que esta carta aberta seja incluída na Ordem de Trabalhos para ser discutida.

Subscrevo o que foi aqui dito, e muito bem, acerca de questões constantes nesta carta que não são da competência da Câmara Municipal, mas sim do Governo Regional e, em última instância, da competência da Assembleia da República, podendo o Governo Regional apresentar propostas, tal como tem feito.

Já aprovámos aqui vários documentos que não refletiam competências da Câmara Municipal. Recordo as posições que tomámos relativas a transportes aéreos e marítimos e a um conjunto de outras questões importantes para a ilha Terceira, em que grande parte dos assuntos discutidos eram propostas dirigidas a outro órgão que não a Câmara Municipal, por isso é natural que os senhores presidentes de juntas de freguesia que se sentam nesta Assembleia, se sintam também legitimados para apresentarem propostas que se dirijam a outros órgãos.

Enquanto elementos da Assembleia Municipal, por que razão não podemos ajudar os presidentes de juntas de freguesia a chegarem a outras sedes? Parece-me ser este o pedido que é feito à Assembleia Municipal. Avançam de megafone e pedem que amplifiquemos a voz das suas lutas, que podem ser mais ou menos legítimas ou atendíveis, mas merecem a nossa discussão. Se chegarmos à conclusão que algumas reivindicações devem, de facto, chegar a outros órgãos, acho que não devemos deixar de as discutir por questões formais. O importante é que, no final do dia, esta carta aberta e as preocupações dos senhores presidentes de juntas de freguesia alcancem mais pessoas.

O documento não tem necessariamente que ser votado mas deve ser discutido na sua totalidade ou ponto por ponto para que todos possamos expressar a nossa posição. Pode não ser uma deliberação formal mas é uma tomada de posição em relação às preocupações dos demais membros desta Assembleia Municipal que são os senhores presidentes de juntas de freguesia.

Sra. d. m. Honória Leandro (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

O senhor deputado Carlos Costa Neves disse que o documento provém dos colegas da Praia da Vitória e a situação inverteu-se em Angra do Heroísmo e é pena que todos os autarcas não tenham assumido da forma como isto começou na Praia.

Há cerca de dois meses telefonou-me um colega da Praia, dizendo que tinham feito duas reuniões e elaborado um documento apartidário de todas as juntas de freguesia. Enviou-me o referido documento e pediu-me para entrar em contacto com os colegas de Angra do

Heroísmo, já que a presidente da Junta de Freguesia do Porto Martins iria falar com o presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião para, por sua vez, falar com os presidentes de junta do PSD para fazerem uma reunião.

Visto que nós, os presidentes de juntas de freguesia do PS, não temos qualquer grupo no *WhatsApp* ou no *Messenger*, enviei um a um o documento que tinha recebido para que o pudessem ver e analisar. Alguns telefonaram-me, outros responderam via *Messenger*, dizendo que acharam muita graça ao documento e gostariam de o discutir. Respondi ao colega que sim e ele marcou uma reunião para um dia que até não me dava jeito, mas disse-lhe que, por mim tudo bem e podia ser no Porto Judeu. Aí, criei um grupo no *Messenger* onde incluí todos. Como alguns podiam não ter dado por isso, telefonei-lhes a dizer que criara o grupo e informei-os da data da reunião sem hora marcada. Fui de férias e voltei, telefonei a perguntar a hora da reunião e foi-me dito que seria às 19 horas. Perguntei se não seria um pouco cedo e coloquei no grupo a hora da reunião. Tentei telefonar a todos, porque alguns poderiam não ter visto a hora que constava no grupo, e no dia anterior à reunião voltei a relembrar: «Não se esqueçam que a reunião é amanhã.»

Colegas, sinceramente. Depois de tudo isto, chegar à reunião e não ver nenhum presidente de junta do PSD, o que se deduz daqui? Que a presidente da Junta de Freguesia do Porto Martins ligou, toda a gente sabia e não fez caso, ou não ligou e marimbou-se para isto, o que é grave porque tinham tido uma reunião e decidido. Não acredito que o colega que me ligou tenha tido mais interesse do que a colega do Porto Martins, porque tinham feito uma reunião e o documento já existia. Quando decorreu a reunião do Porto Judeu, todos os colegas que fiquei de contactar tinham o documento em mão, assim como deviam ter os colegas do outro lado.

Isto não foi uma coisa de agora. Os meus colegas têm o documento há praticamente dois meses, por isso não percebo como é que, do outro lado, ninguém sabia desta reunião. Não se inverteu; eles quiseram inverter. Desculpem, mas foi o que se passou e não me posso calar depois de ouvir isso. Se recebi uma mensagem no meu telefone para contactar com os meus, do outo lado não houve? Então não há interesse por parte dessa colega em defender as pessoas que votaram nela.

Não estamos aqui pelos partidos, mas sim pelas pessoas que votaram em nós e estamos ali a defender. Eu estou a defender as pessoas da minha vila que votaram em mim e também as que não votaram. Estou a defender todos porque, para mim, as pessoas são todas iguais. Depois de ganharmos uma eleição, representamos toda a gente.

A respeito da história do «inverteu-se», na segunda reunião aparecem dois presidentes de junta e já não aparecem os outros? Há aqui uma confusão muito grande da outra parte. A situação não se inverteu; alguém a quis inverter.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Começo com um pedido de desculpas ao senhor presidente da Mesa, porque me expliquei mal. Não pretendi dizer que o senhor tinha demonstrado conhecimento do documento, antes pelo contrário. O que pretendi dizer é que ninguém naquela sala sabia do que se tratava e a partir da carta que recebemos não nos era possível obter mais esclarecimentos porque a mesma não era assinada; não tinha um nome. Confirmo o que o senhor presidente disse e peço desculpa se me expliquei mal porque quis

dizer exatamente o contrário do que o senhor percebeu. Ninguém sabia o que era, o senhor presidente da Câmara disse que tinha ouvido uns rumores, mas não ia elaborar sobre rumores, e sexta-feira não conta porque foi o dia de uma carta anónima.

Estou tão interessado no conteúdo como na forma e estou mais do que interessado em apoiar as juntas de freguesia de qualquer um dos grupos. A intervenção do senhor deputado José Miguel Toste parece-me muito ajustada e estamos preparados para a aceitar, o que implica uma eventual modificação do ponto 4 que diz: «*Carta aberta em defesa das juntas de freguesia e das instituições da ilha Terceira. Para deliberação da Assembleia Municipal.*»

Podemos apoiar e discutir o assunto e melhorar o documento mas, como tenho dito desde o princípio, não estamos preparados para o deliberar nem achamos que seja este o espaço para tal. Ficamos encantados se o grupo municipal do Partido Socialista aceitar o debate, mas não estamos preparados para deliberar sobre o assunto.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – No fim de toda esta discussão, não ficou claro o que vamos votar. Não se tratando de uma deliberação, de um voto de louvor, de um voto de protesto ou de uma aprovação de regulamento, continuamos sem saber o que vamos votar nesta carta aberta. O grupo municipal do PS diz que é importante que isto seja divulgado mas uma carta aberta é normalmente divulgada no Diário Insular, no Açoriano Oriental, no Correio dos Açores, no Diário dos Açores, no Ilha Maior ou noutros órgãos de comunicação social, por isso tem o nome de «carta aberta».

Um documento deliberativo tem habitualmente um conjunto de considerandos e uma proposta deliberativa, algo que isto não tem, e até me envergonha que seja apresentado por membros desta Assembleia Municipal que estão fartos de ler e de votar documentos aqui; se não os leem, esse é outro problema dos senhores presidentes de juntas de freguesia ou dos seus representantes, que devem saber como se elabora uma proposta. Alguns foram já deputados, portanto têm a obrigação de saber um bocadinho mais do que isto. É vergonhosa a apresentação de um documento nestes termos, assim como é vergonhosa a sua votação nesta Assembleia, mas a discussão já é outra conversa.

Deixo duas sugestões muito simples: o documento pode transitar para o Período de Antes da Ordem do Dia ou troca-se, na Ordem de Trabalhos, a expressão «deliberação» por «discussão»; assim satisfazem-se ambas as partes.

Sr. d. m. Paulo Gomes (presidente da J. F. de São Mateus da Calheta) – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia, senhoras e senhores deputados municipais.

O senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores – que têm experiência em lidar comigo – podem testemunhar que, enquanto presidente da Junta de Freguesia de São Mateus, não tenho partido, e é nessa qualidade que vou fazer uma intervenção apartidária sobre os factos relacionados com a minha pessoa.

No dia 19 de setembro, uma ou duas horas antes da quarta reunião, é que soube que havia este movimento e um documento praticamente pronto com ideias já definidas. Houve uma reunião no dia 3 de maio na Praia da Vitória, outra no dia 20 de julho na Vila Nova, uma

outra no dia 14 de setembro no Porto Judeu e no dia 19 de setembro, o dia da quarta reunião que decorreu na Conceição, é que recebi o documento e a informação de que ia haver esta reunião. Ninguém me convocou nem pediu para estar numa reunião; foi um colega que me enviou aquele documento, só nessa altura é que fiquei a saber o que se passava e não o assinei porque nunca fui tido nem achado na elaboração do mesmo.

No que respeita ao documento em si, gostaria de dizer que todos somos políticos aqui dentro, temos que trabalhar para concretizar ações de forma objetiva e não através de intenções. A minha opinião a respeito de todo este processo é que os trinta presidentes de juntas de freguesia deveriam ter sido convocados para a primeira reunião para que todos pudéssemos discutir em conjunto as propostas que precisamos para as nossas juntas e, a partir daí, sermos mais objetivos.

Se estamos muito preocupados com as juntas de freguesia, reuniríamos com os grupos municipais do PS e da Coligação para debatermos as questões de âmbito municipal. Poderíamos elaborar um documento para entregar aqui para votação e, sendo aprovado, teria que ser concretizado. Quanto ao que tem a ver com matérias de âmbito regional, chamaríamos os grupos parlamentares da ilha Terceira com vista à elaboração de uma proposta para ser entregue na Assembleia Legislativa Regional onde podemos propor projetos de resolução ou ante propostas para serem entregues na Assembleia da República. Quanto a mim, seria este o caminho para conseguirmos alguma coisa em vez de se criar um documento como este para entregar na Assembleia Municipal. Independentemente do que for decidido pelo senhor presidente da Mesa e da discussão que houver, este documento nada trará às juntas de freguesia porque não é uma proposta que possa ser votada.

Com esta minha intervenção, quero deixar bem claro o que aconteceu comigo. Não assinei o documento pelas razões que acabei de apresentar e nunca fui convocado para nada. A única reunião para a qual fui convocado foi com o senhor Diretor Regional do Poder Local no dia 26 de setembro em que ele contactou alguns presidentes de junta no sentido de os convocar para uma reunião.

Fui contactado pela senhora Raquel Mendonça, presidente da Junta de Freguesia do Porto Martins. Não sei se foi a senhora Honória Leandro, mas penso que alguém ficou incumbido de convocar todos os presidentes de juntas de freguesia do PS. Dos trinta presidentes de junta, apareceram apenas dez nesta reunião, mas os trinta foram convocados. Tenho aqui aberto o grupo do *WhatsApp* que foi criado com os dezanove presidentes das juntas de freguesia de Angra. Penso que ficou aqui bem vincada, única e exclusivamente a posição do presidente da Junta de Freguesia de São Mateus.

Sr. d. m. Cesário Pamplona (presidente da J. F. de São Bartolomeu de Regatos) – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas.

O senhor deputado Paulo Gomes disse muito do que eu tinha para dizer mas quero ressalvar que, infelizmente, não foi apenas ele que ficou por informar. Dos nove presidentes de junta do PSD do concelho de Angra, apenas dois compareceram porque, dos outros sete, ninguém sabia da reunião. Provavelmente ou de certeza que a informação não chegou lá. A senhora Honória Leandro e a senhora Mónica Rocha como preponentes…

Interpelação impercetível.

Sr. d. m. Cesário Pamplona (presidente da J. F. de São Bartolomeu de Regatos) – É o que está ali. Vem o seu nome e o nome da senhora na proposta que foi apresentada à Mesa. Estão lá os números de telemóvel…

Não vim aqui para discutir com ninguém. Se era para toda a gente, todos tínhamos que ser ouvidos. Eu estava na reunião e disse que assinava o documento mas todos aqui vamos tirar conclusões dessa reunião e do próprio documento. Fomos procurar outras pessoas que nos pudessem esclarecer melhor e chegámos à conclusão que o documento não estava bem redigido. Temos que ser humildes e perceber que o documento não está bem feito. Eu e os restantes presidentes de juntas de freguesia do PSD não estamos contra o documento, estamos contra a forma como o mesmo está feito; temos que ser humildes para reconhecer que está mal e estamos aqui para ajudar a corrigi-lo da melhor maneira para que todos possamos sair bem nisto. Sou presidente de junta e, tal como a senhora ou os meus colegas, quero defender as coletividades da minha freguesia.

Ninguém está contra o documento, estamos contra a maneira como o mesmo está feito; certamente não saiu para fora sem a senhora falar com a líder da sua bancada e nós fazemos a mesma coisa. Vocês preparam as vossas reuniões e nós preparamos as nossas, mas alguma coisa está mal quando chegamos a uma reunião onde deveriam estar trinta presidentes de junta e estão apenas onze. Tínhamos que ter o mínimo bom senso para perceber que algo falhou e estas coisas não podem ser tratadas por telefone. À frente da senhora e da senhora Honória, eu e o Mário Cardoso telefonámos para a maior parte dos presidentes de junta a informá-los que estava a decorrer essa reunião na Conceição. Se o documento está mal, temos que o melhorar. Não estamos contra documento nenhum.

Sr. d. m. José Toste – Ficámos a saber que ninguém conhecia este documento, afinal havia discussões desde há dois meses e toda a gente já o conhecia, e ficámos a saber também que existe um conjunto de peripécias no âmbito da sua elaboração, que são de todo irrelevantes para o funcionamento desta Assembleia Municipal.

Há uma proposta, uma carta aberta que tem as assinaturas que tem. Quem assinou, fê-lo pelos motivos que entendeu e quem não assinou é porque entendeu não assinar. Ninguém é obrigado a assinar um documento e faz parte da liberdade individual de cada um, entender subscrevê-lo ou não. Há um documento subscrito pelas pessoas que o firmam, que não termina a solicitar a esta Assembleia Municipal qualquer tipo de deliberação. Deve ter havido algum erro na elaboração da Ordem do Dia que levou à colocação da palavra «deliberação» naquele ponto, quando o próprio documento não termina com uma proposta de deliberação a solicitar uma votação dos membros desta Assembleia, por isso não me parece descabido discuti-lo no âmbito da Ordem do Dia sem que seja objeto de votação.

De acordo com a liberdade de cada um, todos podemos assumir com que propostas concordamos ou discordamos. Partindo do princípio que, os que assinaram o documento, o subscrevem na sua integralidade, se houve presidentes de junta que não assumiram tudo o que nele consta, poderão dizer agora com que pontos concordam ou discordam. É esta a

oportunidade que esta Assembleia deve dar aos presidentes de juntas de freguesia que não se quiseram comprometer com o documento que aqui foi apresentado.

Sr. presidente da Mesa – Termina aqui esta interpelação à Mesa. Tendo sido apreciados todos os argumentos de uns e de outros, que são plausíveis e valorizáveis, a Mesa propõe que, no Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, a palavra «deliberação» seja substituída pela palavra «debate».

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sra. d. m. Cláudia Cardoso – Muito bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhoras e senhores deputados municipais.

Peço a palavra para intervir, assinalando que me parece relevante que esta Assembleia Municipal esteja ciente da importância do ano que atravessamos, aquele em que se perfazem quarenta anos sobre a integração de Angra do Heroísmo como a primeira cidade portuguesa na lista de cidades património mundial da UNESCO. Embora tropecemos literalmente no nosso património edificado, é possível que, por vezes, nos esqueçamos de o valorizar, pelo menos na exata medida que merece.

Recentemente, no dia 29 de Agosto, foi entregue a obra de reabilitação da Igreja do Convento das Concecionistas da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo que deteve financiamento da Câmara Municipal.

Gostaria de sublinhar a postura da Câmara Municipal na intervenção do nosso património edificado, neste ano em que se celebra precisamente a passagem dos quarenta anos da sua classificação como património mundial.

No que respeita à Igreja do Convento das Concecionistas, é de salientar a importância desta recuperação patrimonial, uma obra fundamental na memória histórica de Angra que releva para o património cultural, religioso e social da ilha Terceira por toda a importância que teve, até porque, como se recordam, foi ali que funcionou o primeiro hospital. Insere-se neste conjunto arquitetónico que esteve em ruínas desde 1980, portanto, quarenta anos de ruínas no centro da nossa cidade. Resta porém, restaurar ainda o restante convento que inclui os claustros e as antigas instalações do velho hospital da Misericórdia.

A Câmara Municipal teve um papel imprescindível na recuperação deste património cultural que nos leva a crer que terá sido naturalmente comparticipado pelo Governo Regional. Seria bom perceber se este esforço financeiro foi exclusivo da Santa Casa da Misericórdia com a colaboração da Câmara ou se deteve, como é natural, apoios governativos.

Vemos com espanto o que se tem passado noutras áreas da cultura, como sejam os apoios aos agentes culturais da ilha, cuja ação se mantém muito por via dos apoios da DGArtes que, sendo importantes e sempre tendo existido, não devem, numa região dotada de autonomia, ser exclusivos. Mediante as suas dificuldades, os agentes culturais desta ilha têm recorrido a apoios externos à região, nomeadamente do Ministério da Cultura, já que os apoios da Direção Regional da Cultura são, não só escassos, como muitas vezes não cumprem os prazos previstos na legislação e têm critérios de apreciação kafkianos e obsoletos.

Os apoios da DGArtes não devem ser os únicos que os agentes culturais da Terceira dispõem. Numa ilha de pergaminhos culturais firmados e com tanta e significativa produção cultural, já vimos definhar os apoios ao COFIT, ao AngraJazz e a outros agentes culturais. Os próprios serviços de ilha funcionam neste momento numa espécie de regime de gestão devido à inércia governativa com graves consequências para o concelho. Os apoios do RJAAC, o regime jurídico que regula esta matéria, viram aprovados 800 mil euros no orçamento regional, tendo sido executados apenas 150 mil.

A Câmara pretende alterar os seus apoios aos grandes festivais, seguindo as pisadas do Governo Regional ou pretende mantê-los? É a pergunta que deixo. No ano de celebração dos quarenta anos de inclusão de Angra na lista das cidades património mundial, que verba disponibilizou o Governo Regional para, naturalmente em parceria com a Câmara Municipal, fazer face a estas comemorações?

Poder-se-ia pensar que os apoios escasseiam na cultura porque crescem noutros lados de investimento na ilha, mas verificamos que o mal é transversal. As estradas estão em muito mau estado, a descida do número de dormidas na ilha Terceira está em contra ciclo com a região, há falta de meios nas escolas e as obras passam de memorandos em memorandos da Câmara Municipal, mantendo-se na mesma, orçamento após orçamento.

As acessibilidades aéreas e marítimas afastam a ilha Terceira do centro, São Miguel nunca foi tão central como agora e a clara diminuição dos voos disponíveis traz consequências desastrosas para a economia angrense.

O fim das ligações marítimas foi outro desastre imponderado deste Governo Regional, assim como o encaminhamento de passageiros e a centralização na ilha de São Miguel. Que se saiba, a única obra em curso do Governo Regional é o Porto das Pipas e os edifícios escolares clamam por obras urgentes de manutenção.

Finalmente, a nossa passividade perante as afirmações do presidente do Conselho de Ilha de São Miguel que diz que o investimento na ilha maior potencia todas as outras e ainda bem que o turismo começou por lá, porque nenhuma das outras ilhas teria aptidões nessa área.

Senhoras e senhores deputados, o estado da ilha Terceira em termos de investimentos, não é famoso e coloca-nos numa posição amplamente desconfortável. A lista de reivindicações ao Governo Regional por parte das autarquias, repete-se e engrossa ano após ano e do outro lado falha a resposta. Solicito por isso ao senhor presidente da Câmara e ao executivo camarário, esclarecimentos sobre a situação das obras do concelho que são cofinanciadas pelo Governo Regional.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Quero demonstrar e partilhar a nossa sensibilidade para as questões culturais, inclusive os quarenta anos de elevação de Angra a cidade património mundial e aproveito para dizer que, no final desta sessão, voltarei a deixar o meu contacto telefónico e o endereço eletrónico já que, talvez por lapso, não tenho sido convocado para nenhuma reunião da comissão que foi criada nesta Assembleia para participar e acompanhar os eventos comemorativos destes quarenta anos de Angra como cidade património mundial.

Há efetivamente dificuldades e escolhas. Os orçamentos regionais e as dívidas acumuladas são o que são e não vale a pena entrarmos sempre por essa discussão.

Felizmente, hoje em dia há uma atenção mais acautelada para estas questões do património no qual tropeçamos todos os dias, o que quer dizer que o mesmo abunda e resiste a palcos elevatórios, a hotéis no Canta Galo, a pisos a mais no hotel de Angra e a outros atentados até decretados pelo tribunal, como os alumínios e os PVC's na zona histórica. O património tem resistido a todas estas situações sendo que, felizmente, algumas não se têm repetido com este executivo camarário e tenho a certeza que não se repetirão, mas ocorreram algumas nestes últimos anos que são de difícil compreensão, tendo em conta os enquadramentos com a elevação de Angra a cidade património mundial.

Não defendo o modelo de rigidez absoluta que o gabinete da zona classificada impunha mas também não sou apologista do *laissez faire, laissez passer* para o qual parece que caminhamos, em que tudo vale pela modernização para acomodar a vaidade dos arquitetos contemporâneos e outras situações que nem sempre são compagináveis com a preservação do património.

Sem estar isenta de erros, a Câmara tem tentado tomar as rédeas deste equilíbrio com algumas medidas salutares, mas não se pode dizer que o mesmo esteja conquistado ou firmado após estes quarenta anos. Têm sido muitas as resistências da parte de todos os setores da sociedade civil que veem aqui um problema em vez de uma oportunidade, não tendo tido em conta, documentos que estiveram em discussão pública, como planos de promoção turística ou outros documentos que vigoravam antes das mais recentes discussões públicas e foram – e muito bem – contestados na altura aqui na Câmara e na Assembleia Municipal.

Termino, deixando o alerta que muitos dos desenquadramentos e problemas relacionados com o património tenham talvez tido origem entre 1992 e 1997 com as primeiras grandes obras que ocorreram em Angra.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia.

Senhora deputada Cláudia Cardoso, creio que a resposta é já do conhecimento público. Não estamos a receber qualquer comparticipação da região e foi a Câmara que financiou a obra da Igreja das Concecionistas, que foi já entregue. A obra da Igreja de Santo António dos Capuchos em São Bento, mais conhecida por Igreja do Livramento, está na sua fase final, a recuperação da Igreja de São João Batista no Castelo vai bem adiantada e está também em curso o restauro das talhas, das pinturas e do recheio da Igreja do Colégio, uma obra de extrema complexidade.

As pessoas começam já a notar também a recuperação do cemitério do Livramento que tinha um conjunto de monumentos funerários, nalguns casos de personalidades relevantes da vida política e social do nosso concelho, que estavam desmantelados desde o tempo do sismo de 1980. Foi contratada uma empresa de restauro e nesta altura, a maior parte desses monumentos funerários está devidamente restaurada. Trata-se de figuras como o padre Jerónimo Emiliano de Andrade ou um dos capitais-generais que morreu aqui na revolução, além de um conjunto de outras personalidades que tinham os seus monumentos funerários completamente desalinhados e danificados pelo sismo de 1980 e nunca houve restauro.

Este ano resolvemos dar prioridade às questões do património; como tal, no âmbito deste 40.º aniversário da classificação de Angra do Heroísmo como cidade património mundial, procedemos à substituição da iluminação cénica do Castelo e do Castelinho com trinta anos e lâmpadas na casa dos 2,5 kW, extraordinariamente caras de manter a funcionar. Com o progresso técnico que entretanto aconteceu, estas lâmpadas estão a ser substituídas por projetores LED que, além da flexibilidade da mudança de cor e outras funcionalidades, vão traduzir-se numa poupança enorme do ponto de vista dos consumos de eletricidade. São grandes investimentos que estão a ser feitos na nossa cidade por altura da comemoração dos 40 anos de classificação de património da humanidade.

Quanto às outras questões que foram aqui levantadas, é verdade que há coisas que correm menos bem, mas desde o dia da sua classificação, esta cidade tem sido uma imensa história de sucesso que devemos celebrar em vez de estarmos a apontar o dedo. É preciso não esquecer que a cidade de Angra era um estaleiro de obras quando esta classificação aconteceu em 1983. Não se percebia bem para que lado era caminho e a verdade é que se seguiu para o lugar certo.

Como sou cidadão desta terra e também parte dele, devo elogiar o trabalho feito que começou em 1980 logo no dia a seguir ao sismo e se prolonga até aos dias de hoje. A nossa cidade tem vindo a ser paulatinamente valorizada e hoje está muito melhor do ponto de vista da segurança, do funcionamento, da arquitetura e do património.

Este trabalho não foi feito apenas por esta Câmara; foi feito por todas as autarquias que foram passando por aqui com a colaboração do Governo Regional durante muito tempo. Como fazemos parte da OCPM (Organização das Cidades Património Mundial), cada vez que recebemos visitas técnicas de gente ligada ao património, temos sempre um unânime louvor pelo gigantesco trabalho feito e pelo excelente estado de conservação da nossa cidade.

O palco da Praça Velha não é um atentado ao património e valoriza muito a cidade. Quando achamos que o património são as calçadas dos anos quarenta, determinado tipo de janelas dos anos sessenta ou outra coisa qualquer, demonstramos uma visão verdadeiramente pequenina do que é o património.

Se queremos ter uma cidade que muito se honra por estar situada entre o que de melhor se faz em termos de conservação do património, temos que abrir a porta à modernidade. Que eu saiba, a maior e mais significativa participação do Governo Regional nestes quarenta anos será a realização da Bienal Ibérica do Património que vai acontecer no mês de outubro, em que se vai discutir exatamente património e modernidade. É essa a agenda de topo de todas as cidades património mundial.

Património não é musealizar, dizendo: «não se faz mais nada aqui»; é respeitar o passado e construir o futuro, algo que todos temos que fazer. No dia em que a nossa cidade não tiver sustentabilidade económica, não haverá dinheiro para a manter, entrará imediatamente em declínio e transformar-se-á numa ruína. As cidades que são património mundial querem-se vivas e com economia onde a modernidade existe e coexiste com o seu passado e a sua história e é exatamente o que queremos para a nossa cidade.

Quanto às outras questões acerca do Governo Regional, a única colaboração que conheço é na realização desta bienal em que o município é parceiro e ainda bem que vai

acontecer. De acordo com um dos pontos da nossa agenda de trabalhos, aproveito para dizer que se conseguiu um comportamento bastante diferente com o Ministério da Cultura. O senhor Ministro da Cultura estará cá em meados do próximo mês de outubro quando apresentarmos aquilo que é já do conhecimento público, um cofinanciamento para a Igreja do Castelo e para o restauro do recheio da Igreja do Colégio, além da possibilidade de ficarem inscritas na lista de espera do PRR, as obras já feitas. No caso de não haver execução atempadamente, poderemos vir a ser também financiados pela administração central no que respeita aos investimentos que foram já feitos na Igreja das Concecionistas e na Igreja de Santo António dos Capuchos.

Estas são excelentes notícias que demonstram uma compreensão bem diferente por parte do Governo da República em relação à única coisa que a região tem feito que são queixinhas. Temos uma direção regional que é a Direção Regional das Queixinhas que manda cartas ao Ministério Público a dizer que há janelas de alumínio ali e mais não sei o quê acolá. Não têm um cêntimo para investir e se alguém quiser pintar uma casa em Angra, não pode sequer começar porque depois não é elegível; espera três anos e aí pode ser que chegue a sua vez de pintar. Não se pode começar a intervenção e esperar pelo ressarcimento porque primeiro tem que estar aprovado; como não há a possibilidade de aprovar nos próximos três anos, há que ficar à espera. O senhor presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião sofreu esta cena na pele e foi preciso que a Câmara pagasse a pintura da Igreja porque, de outra maneira, não se pintaria nos próximos anos.

Isto não é defender a cultura; é ter uma visão mesquinha da cultura, julgando que as coisas devem ser assim e estamos aqui para causar problemas a toda a gente, como se isso tivesse alguma coisa a ver com a conservação da cidade.

A Câmara Municipal de Angra comunicou recentemente à Direção Regional da Cultura a sua intenção de resolver um problema de infiltração de águas naquele canto desta sala, o que implica aumentar uma gárgula que está mal dimensionada. «Não senhor, não podem fazer nada disso!» Que apodreça o tecido da parede e que apodreça o salão nobre porque estamos aqui é para que ninguém faça nada. Isto é forma de funcionar? Não é. Estou profundamente indignado com isto e com as cartas que foram enviadas ao Ministério Público e chegaram agora à minha mão. Muito sinceramente, isto não é uma forma de colaboração institucional; é uma coisa mesquinha de quem não sabe o que está a fazer nesta vida.

É preciso ter também em conta a obra de grande vulto que está a decorrer no Porto das Pipas como foi aqui referido, mas há outras que não podemos desprezar, como a obra de retenção de caudal sólido, lenhas nas ribeiras, no troço entre São Bartolomeu e a Serreta. São intervenções com um enorme significado que melhoram a nossa segurança.

Estamos a ser beneficiários de um contrato ARAAL que foi feito ainda no anterior Governo para a proteção da orla costeira em São Mateus que sofreu danos provocados pelo furacão Lorenzo. A Câmara entra com cerca de 30 % e o Governo Regional tem a seu cargo o valor restante da obra que vem resolver um problema gravíssimo. Como sabem, aquela é uma das estradas com maior trânsito, já que todo o acesso à metade oeste da ilha se faz por ali. O mar tinha infra escavado, criando verdadeiras grutas por debaixo da estrada que ameaçavam a segurança de quem ali passava e a obra está a entrar na sua fase final. Mas é isto porque, na

área da cultura, nem um cêntimo. Com quarenta anos ou sem quarenta anos de património, não há colaboração nenhuma.

Sr. d. m. José Toste – No seguimento da intervenção da senhora deputada Cláudia Cardoso, que trouxe aqui à colação um conjunto de temas relacionados com o investimento na área da cultura, trago também aqui para efeitos de discussão, um documento tornado público já em época estival que tem a ver com a execução do Plano Regional Anual de 2022 e com a fraca execução que houve de investimento público por parte do Governo Regional. Este documento ilustra de forma evidente a ausência ou o corte significativo do investimento previsto para o concelho de Angra do Heroísmo, como é demonstrado pelos seguintes exemplos:

Estavam previstos 104 580,00 € de investimento na beneficiação e pavimentação de estradas regionais em toda a ilha e foram apenas executados 36 401,00 €. Previa-se um investimento de 400 000,00 € para a ligação entre a Via Vitorino Nemésio e a Circular de Angra, foram executados apenas 77 188,00 €. Estava previsto um investimento de 50 000,00 € num programa de literacia em saúde na Unidade de Saúde da Ilha Terceira, foram executados apenas 17 400,00 €. Foi programado um investimento de 500 000,00 € para comparticipação na USIT com vista à fixação de médicos, foram executados apenas 33 000,00 €. Do investimento previsto para o Porto das Pipas, marina e baía de Angra no valor de 1 477 000,00 €, ficaram por executar aproximadamente 2/3 desta verba, ou seja, cerca de 874 000,00 €. Estava prevista a criação do Centro de Atendimento e Acompanhamento de Reabilitação Social para pessoas com deficiência e incapacidade, um investimento ao qual estavam alocados 250 000,00 €, foram executados zero euros. Dos 100 000,00 € destinados à recuperação da Igreja do Livramento na ilha Terceira, foram executados zero euros.

Isto começa já a chegar ao plano do insignificante mas, dos 15 000,00 € que estavam previstos para um estudo de impacto ambiental de acesso à Fajã do Ficher, foram executados zero euros. Estava também previsto um investimento de 727 000,00 € no Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão em que foram executados zero euros. Estavam programados 250 000,00 € para a promoção e angariação de fluxos turísticos no aeroporto civil das Lajes, mas foram executados uns míseros 15 000,00 €.

Estes resultados referem-se ao Plano de Investimento para 2022 e sabemos que se bateram *records* no primeiro trimestre de 2023 em termos de execução. Não precisamos de ser aqui relembrados em réplica, no entanto existe todo um ano para executar, por isso ficamos expectantes relativamente àquela que vai ser a execução nos demais meses do ano que está prestes a terminar. Relembro que o Plano de Investimentos deste ano sofreu um corte significativo relativamente ao Plano de 2022 e se a taxa de execução for a mesma, o investimento no concelho será ainda mais reduzido.

Mais preocupante do que a execução feita em 2022 e o que está a ser executado no Plano de 2023, além das obras do Porto das Pipas, de São Mateus e das ribeiras já aqui referidas, lembro que está a ser feita uma intervenção de suma importância na substituição da cobertura do edifício da Secretaria Regional da Agricultura, relatado como um investimento público de grande interesse para a ilha Terceira; não se percebe bem porquê, mas sim, ainda é investimento público.

A preocupação maior é a incerteza acerca da visão em matéria de investimentos que estão previstos neste concelho para 2024, já que a pouca execução que foi feita em 2022 e os investimentos previstos em 2023 são ações continuadas que constavam de outros planos, ou seja, não existe nada verdadeiramente novo no âmbito do investimento público no concelho de Angra do Heroísmo.

Tendo em conta que o senhor presidente da Câmara Municipal tem sede noutros organismos que eventualmente tiveram acesso à Proposta de Plano e Orçamento que será discutida através da Associação de Municípios, gostaria de saber se existe alguma perspetiva de um maior investimento público no concelho de Angra do Heroísmo por parte do Governo Regional, porque a realidade demonstra que o investimento é feito com verbas municipais ou com o apoio do Governo da República.

O concelho de Angra tem sido esquecido nas previsões de investimento e existe sempre o argumento de que o mesmo está a ser feito nas pessoas, sendo que aquele que é mais anunciado acontece apenas no concelho vizinho, como os programas de apoio à demografia «Novos Idosos» ou «Nascer+». Existe a perspetiva de alargamento a outros concelhos mas acho que o programa «Novos Idosos» ainda não contemplou Angra do Heroísmo.

Não só falta o investimento em betão como falta o dito investimento nas pessoas que é seletivo para este Governo Regional e com escolha de concelhos. É preciso não esquecer que o investimento em betão é também investimento em pessoas porque gera emprego e contribui para a melhoria dos serviços que são prestados às pessoas. Não gosto muito desta diferenciação que fazem ultimamente porque todo o investimento público é bom já que reverte a favor das pessoas, seja feito em betão ou em questões sociais.

Sr. presidente da Câmara – Creio que, nesta intervenção fui interpelado a respeito do que vai ser o plano mas não o conheço, apenas sei que houve um pedido feito pela Associação Regional dos Municípios. Se existe algum, decerto está nos lugares onde deve estar e não é do meu conhecimento, mas há um conjunto de condições que precisamos de abordar aqui.

Precisamos, de facto, resolver um conjunto de questões que estão em cima da mesa há demasiado tempo, como as acessibilidades que são permanentes e sobre as quais esta Assembleia se pronunciou por unanimidade. O que se disse na altura continua válido, é preciso reafirmá-lo constantemente e as acessibilidades têm a ver com investimentos.

O porto da Praia da Vitória, que é a porta de entrada de mercadorias nesta ilha, tem dados novos. Ainda não tive oportunidade de o ler integralmente, mas foi revelado parte do estudo sobre as questões do transporte marítimo que abre novas pistas, um assunto fundamental para o futuro da ilha que é preciso continuar a debater e trazer também a esta Assembleia e ao Conselho de Ilha.

Não podemos focar as nossas atenções apenas no que compete ao Governo Regional porque temos também um conjunto de questões internas que dizem respeito à própria Câmara. As vias terrestres são neste momento um assunto muito complicado na rede regional, na rede municipal e particularmente na rede agrícola e continuamos sem soluções adequadas para o problema. Lançámos pela terceira vez o concurso para a repavimentação daquele troço minúsculo entre a Ermida do Desterro e a rotunda junto a São Rafael e, apesar

do valor de 800 000,00 € que é manifestamente exagerado para aquela obra, o concurso ficou deserto mais uma vez.

Há dificuldades estruturais com a rede viária que temos que resolver de forma urgente e a situação da rede agrícola é particularmente alarmante porque está num estado miserável. Estamos no fim do verão e temos várias áreas deste concelho com o acesso às explorações agrícolas extraordinariamente dificultado. Com o inverno à porta ou algumas chuvadas intensas que surjam num dia destes, vamos seguramente ter seríssimos problemas.

Quanto à proteção da orla costeira, estamos a resolver uma das situações mais urgentes por se tratar de uma das estradas principais desta ilha, mas temos dois lugares do lado oeste em que, de vez em quando o mar traz pedras para a estrada.

É preciso resolver também um assunto muito complicado e extraordinariamente caro que tem a ver com a proteção da orla costeira no Porto Judeu, um investimento que rondará os 5 milhões de euros. Os projetos foram feitos, na altura foi estimado um custo de cerca de 3 milhões, mas foram acontecendo outras situações e é preciso encontrar com grande urgência uma forma de investir nas várias obras que são necessárias naquela zona.

É preciso não esquecer também as questões da energia em que continuamos a pagar um preço que não devíamos. Foram feitos investimentos na ilha, nomeadamente nas baterias, mas é preciso que o seu funcionamento resulte em favor dos consumidores de energia elétrica e não apenas da empresa que os gere, e temos que olhar também para o parque fotovoltaico que está por aí. Estas questões são fundamentais para o nosso futuro numa altura em que os preços dos combustíveis são cada vez mais inseguros. Temos condições nesta ilha para sermos absolutamente autónomos do ponto de vista energético, saibamos nós fazer os investimentos e dar-lhes o adequado enquadramento.

A Pousada da Juventude está para ali a degradar-se e a apodrecer e ninguém parece querer saber do assunto. Há sempre a desculpa de algo que aconteceu no passado, quando há um contrato que está publicado no Jornal Oficial disponível para consulta e diz claramente o que deveria ter sido feito.

Continuamos nestes impasses. É pena não termos presente nesta Assembleia o antigo deputado Luís Rendeiro porque, todas as vezes que a Pousada da Juventude fechava durante uma manhã, dava direito a uma grande intervenção. Pois a pousada já fechou há vários anos e é uma pena o senhor deputado não estar aqui.

Há muita coisa a fazer e as perspetivas são o que são. Da nossa parte e como é nossa obrigação, enviámos à Associação de Municípios o memorando do costume, que é isso mesmo, o memorando do costume; não há grandes notícias sobre essa matéria mas vamos estar atentos.

É importante prestarmos também atenção ao dossiê do próximo quadro comunitário para sabermos que fundos serão disponibilizados às autarquias e de que forma, uma questão incómoda mas que precisa de ser encarada.

Informo a Assembleia que terei que sair a meio da tarde porque vou participar no Congresso Nacional dos Municípios Portugueses que se inicia amanhã. Sem tencionar ser maçador porque o assunto foi já aqui referido, estarão em cima da mesa dois dossiês fundamentais para o futuro desta autarquia. O primeiro e mais direto tem a ver com a nova

lei das finanças locais e a forma como vamos ser financiados, o outro diz respeito ao acerto de competências e tem retroação sobre o financiamento porque uma coisa está ligada à outra e quem não tiver as competências não receberá o financiamento.

Os fundos comunitários e o futuro do financiamento desta autarquia são situações que não nos deixam descansados, antes pelo contrário, é importante que esta Assembleia esteja consciente que vivemos um tempo muito exigente.

Sra . d. m. Luísa Barcelos – O meu colega deputado do Nuno Melo Alves falou já acerca do património cultural e importa referir que, em termos governamentais, a obra da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Angra necessita de um investimento muito maior porque implica também a instalação de uma valência social mas, se há compromissos, os mesmos têm que ser acordados e cumpridos.

Tenho sempre a oportunidade de vos pôr a par de alguns investimentos feitos aqui na ilha Terceira, nomeadamente a instalação do serviço de radioterapia, o concurso para trinta médicos especialistas no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT) face à quebra e ao desinteresse durante anos em renovar o nosso quadro de médicos, o concurso público em que foi agora entregue um mamógrafo ao COA (Centro de Oncologia dos Açores) e um concurso para a aquisição de dois aparelhos de Raio X para a USIT (Unidade de Saúde da Ilha Terceira) no valor de mais de meio milhão de euros.

É importante referir também que a USIT reforçou em dobro o protocolo de cooperação com as casas de povo nas várias freguesias – o que não acontecia há em dez anos – e também um apoio às juntas de freguesia. Houve um aumento de 30 % do valor pago em diárias nas casas de saúde, que não era atualizado desde 2008, e é de destacar também a figura do Enfermeiro de Família a avançar com um projeto-piloto em São Sebastião e em Santa Bárbara.

No que respeita aos programas «Novos Idosos» e «Nascer+» que referiram aí, como bem sabem, existem critérios técnicos pelos quais os mesmos não foram ainda implementados em Angra do Heroísmo, nomeadamente a questão da cobertura da resposta de idosos e da natalidade.

Em relação aos números do turismo, se virem os dados do SEREA (Serviço Regional de Estatística dos Açores) referentes ao primeiro trimestre deste ano, em termos de dormidas, a Terceira registou mais de 19 % em relação a 2019. Houve igual indicador em relação ao primeiro semestre de 2022, ano em que a nossa ilha foi a que mais cresceu, e seremos irrealistas se esperarmos um crescimento galopante *ad aeternum* como em 2022.

A ilha Terceira registou no primeiro semestre um aumento de 27 % no número de hóspedes em relação a 2019 e mais 13 % do que em 2022. No que respeita aos proveitos, registaram-se mais 41 % em relação a 2019 e mais 7 % do que em 2022. Houve ainda neste primeiro semestre um aumento de 25 % no número de passageiros desembarcados comparativamente a 2019, mais 20 % do que em 2022.

No que toca ao investimento público e de acordo com o que foi anunciado pelo senhor presidente do Governo Regional, o porto da Praia da Vitória vai ter candidatados ao PO 2030, 30 milhões de euros para o Cais Multiusos. Pela importância geoestratégica que tem para a ilha Terceira e para a região, nestes dois anos e meio foram investidos mais de 9 milhões de

euros no porto da Praia da Vitória. Se acham que isso é pouco, porque é que não o fizeram antes?

Mas há mais: quanto ao Centro Interpretativo do Algar do Carvão, que aqui bem referiram, foi já lançado o concurso público no valor de 2,4 milhões de euros, reforçado o financiamento ao Eco-Freguesias no apoio atribuído às juntas de freguesia com vista a uma maior disponibilidade para salvaguardarem os investimentos que têm que fazer em matéria de valorização ambiental, e os equipamentos escolares têm abertos concursos no valor de quase 4 milhões de euros já que, todos os que estão presentes nesta sala, sabem que chovia nas salas de aula das nossas escolas, tal era o nível da falta de manutenção.

Aguardou-se de facto durante muito tempo por quadros comunitários para a manutenção da nossa rede viária e todos devem compreender que esta não foi a melhor opção. Estão a decorrer investimentos na manutenção e requalificação da rede viária nas Lajes, na Agualva, na Feteira, nas Cinco Ribeiras, na vila de São Mateus e na vila São Sebastião. Existe um investimento no âmbito do PRR para a requalificação da Circular de Angra e da ligação à Via Vitorino Nemésio, o mesmo acontecendo em caminhos agrícolas em Santa Bárbara, nos Biscoitos, no Posto Santo e na vila do Porto Judeu. Em termos de área de caminhos agrícolas, em 2018 houve intervenções em 126 km, enquanto em 2023 estão a ser intervencionados 249 km.

Em termos de investimento público previsto e executado no Plano Regional Anual, prevê-se para 2023, 122 milhões de euros em investimento na ilha Terceira, algo que nunca aconteceu em termos de execução nos governos socialistas. Se questionaram, devem ter interesse em perceber. Em dois anos de governação da Coligação foram investidos especificamente na ilha Terceira, 172 871 468,00 €. Se fizerem as contas, em períodos homólogos nos dois primeiros anos de governações anteriores, nunca tanto investimento foi feito nesta ilha. É certo que existe, nestes planos regionais anuais, uma maior verba que não está desagregada por ilha mas está agregada em termos de investimento nas pessoas, nomeadamente nas propinas e nos programas «Estudo Acompanhado» e «Novos Idosos».

Como muito bem lembrou o senhor deputado José Miguel Toste, no Plano Regional Anual para 2023 foram executados cerca de 40 % no primeiro semestre, o maior valor de execução registado desde que há memória.

É óbvio que todos queremos o melhor para a nossa terra – porque foi para isso que fomos eleitos – e não temos qualquer problema em elogiar o que é de ser elogiado, criticando também o que deve ser criticado. Elogiamos a Câmara Municipal quando faz um bom trabalho, estamos aqui para criticar o que entendemos que deve ser criticado e fornecemos alternativas e soluções para aquilo que entendemos que deve ser melhorado.

Dado que, em abril foi aqui aprovada a verba de 12 milhões de euros e o concurso público foi lançado no fim de maio, peço ao senhor presidente da Câmara, o ponto da situação do mercado municipal de Angra do Heroísmo, uma obra reivindicada e desejada há mais de vinte anos. Gostaria que nos desse também conta do ponto da situação do concurso público para a aquisição de mobiliário e equipamentos multimédia para o Centro Interpretativo e quando o mesmo vai ser efetivamente inaugurado, visto que está já a ser utilizado há vários meses.

Sr. presidente da Câmara – A senhora «assessora de imprensa» ou «adjunta» do grupo parlamentar fez o relatório das atividades e muito bem. Foi magnífico e ficámos todos informados, mas é uma pena não tropeçarmos em todas essas obras porque devem ser virtuais.

A senhora esquece-se que estão a entrar no vosso último ano de governação, por isso deixem de falar sempre no passado e de dizer que são o máximo. Fiz parte de governos, orgulho-me muito disso e nessa altura fizeram-se obras grandes. A senhora vai para a Praia da Vitória pela Via Rápida – que na altura era horrível e ia destruir a Terceira – e passa por uma aerogare que foi feita de novo; já está velha, mas está lá. Lembra-se que o Porto da Praia foi totalmente destruído e foi reconstruído?

Deixe de dizer que no passado não se fez porque isso destrói a credibilidade do processo político. Os senhores estão a trabalhar e fazem o que podem, mas diga isso em vez de estar sempre a dizer que agora é que é, porque não o é. Isso de dizer «para o futuro vamos fazer…», se me apetecer, posso começar também aqui a dizer que daqui a dois anos no próximo quadro comunitário, a Câmara vai investir milhões sem fim.

Não é assim que se faz política. A política faz-se com factos e coisas feitas e é o que tentamos fazer nesta Câmara; aconselho-a a seguir o mesmo caminho mas não sou o seu conselheiro político e a senhora seguramente terá o seu guru.

As questões que a senhora deputada me colocou, essas sim, são verdadeiramente importantes e merecem uma resposta cabal. Em reunião de Câmara resolvemos prorrogar até dia 4 de novembro, o prazo de entrega de propostas para o mercado municipal para que haja mais concorrência e a participação de um maior número de empresas no processo, já que as coisas não estão fáceis do ponto de vista da constituição civil e não queremos correr o risco de termos um concurso deserto. Existem já algumas propostas mas as regras do concurso são tais, que só as abriremos a partir dessa data para vermos o que lá está. Queremos ter a certeza que a obra será bem feita e devidamente adjudicada.

Foi feito todo o desenvolvimento do projeto do Centro Interpretativo e estamos no processo de ir adquirindo, mas vamos devagar até sabermos com o que contamos do ponto de vista do próximo quadro comunitário porque não sou tão otimista como o senhor presidente do Governo Regional, que anuncia já 30 milhões, talvez porque é ele que manda no quadro comunitário. Como não mando no quadro comunitário, não me atrevo a anunciar milhões. Vamos lá chegar com certeza, mas de acordo com as nossas capacidades e dentro daquele que é o equilíbrio financeiro do município.

Da mesma maneira que este ano demos prioridade aos quarenta anos de património mundial, iniciámos o processo para o ano 2024 e demos também prioridade às questões viárias e aos pavimentos. Visto que ficou deserto o concurso que há bocadinho referi, foi aberto outro para a pavimentação do chamado Caminho de Cima entre as Doze Ribeiras e São Bartolomeu por onde passa muita gente e está num estado lamentável.

Já que a senhora deputada fez tantas referências aos investimentos na saúde, posso dar-lhe a boa notícia que a Câmara assumiu asfaltar aquele caminho miserável de acesso ao Centro de Saúde porque ninguém consegue por lá passar. Será uma contribuição inversa com a Câmara a pagar ao Governo e não o Governo a pagar à Câmara, porque estamos aqui para

servir o povo. O senhor vereador desenvolveu as questões contratuais necessárias para que se faça rapidamente aquela obra de misericórdia porque vai ali todos os dias gente para consultas. O outro dia fui lá para experimentar e, de facto, não dá para passar uma carrinha pequenina.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves (num ponto de ordem à Mesa) – É a segunda vez que o senhor presidente da Câmara trata muito deselegantemente e até com falta de educação, um membro deste grupo municipal. Numa vez anterior era do Bloco de Esquerda e hoje é assessora de imprensa. Se o senhor presidente da Câmara quer descer a esse nível, nós não vamos conseguir fazê-lo da mesma forma.

Peço ao senhor presidente da Assembleia que chame o senhor presidente da Câmara à atenção por estes tratamentos impróprios. Há aqui o senhor presidente da Câmara, o senhor deputado municipal e o senhor presidente da junta de freguesia e não há a assessora de imprensa, do Bloco de Esquerda ou do que quer que seja. Senhor presidente da Câmara, isso não lhe fica bem.

Sr. presidente da Câmara – Senhora deputada municipal, não tinha nem tenho qualquer interesse ou intenção em desrespeitá-la, apenas fiz uma observação que me parece caber perfeitamente num debate desta natureza. Tenho uma larga experiência, foram dezasseis anos em debates e digo-lhe que já fui muito mais duro em outras circunstâncias.

Senhor deputado Costa Neves, deixe-me dizer-lhe que, se a senhora deputada municipal não gosta deste tratamento, eu também não gosto do tratamento nem do tom das suas publicações ou dos artigos que faz. Tenho todo o respeito pela senhora deputada e espero que tenha por mim, exatamente o mesmo respeito; quando não o tiver, pode esperar de mim exatamente o mesmo tratamento.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Peço a palavra para um protesto a toda esta situação.

Sr. presidente da Mesa – Explique a razão do protesto, uma vez que o líder da sua bancada já interveio.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Agradeço a solidariedade do líder da minha bancada mas a acusação foi feita à minha pessoa, como tal penso que é devida uma palavra. Estou aqui eleita, tal como as restantes pessoas desta mesa e exijo ser tratada de igual forma que os restantes deputados municipais. Foram outros deputados municipais que levantaram a questão do investimento público na ilha Terceira e não lhes foram dirigidos quaisquer adjetivos, por isso espero e exijo o mesmo tratamento da parte do senhor presidente da Câmara, pessoa a quem reconheço mérito e simpatia. Só espero que o senhor presidente me trate da mesma forma que o trato. Agradeço a atenção dada pela vereação a uma deputada municipal tão novata nesta Assembleia, mas tudo isso faz parte do discurso democrático. Quando estamos nesta Assembleia somos tratados como deputados municipais, vereação e presidentes e apenas espero um tratamento igual ao dos meus restantes colegas.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa tem a responsabilidade de gerir os trabalhos, mantendo a disciplina nas reuniões, a honra e a dignidade da própria Assembleia e de cada

um dos seus elementos, por isso apelo ao cumprimento do que consta no regimento e à convivência interpares com elevação, educação e civismo.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Boa tarde senhor presidente e demais elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo, colegas deputados municipais.

Não concordo com o que acabou de acontecer porque fui também alvo de outro tipo de epíteto, nomeadamente quando era adjunto do senhor Secretário da Educação e Cultura, e não levei a mal.

Acho que há aqui um tom de cordialidade e ironia entre o que escrevemos nos nossos artigos de opinião e as brincadeiras normais, nomeadamente os apartes que acontecem nas bancadas políticas em todo o lado, e pareceu-me ter havido um momento de excessiva ofensa e papismo nesta discussão, algo que não partilho. Podem chamar-me o que quiserem desde que haja respeito e enquadramento na piada em questão.

Acho estranho que a senhora deputada municipal, que não é mais nada, senão deputada aqui, tenha conseguido elencar um conjunto de setores que não fazem parte da minha área de atuação, mas a cultura faz. Desde há mais de vinte anos que tenho trabalhado em áreas relacionadas com a cultura, como associações culturais e outras entidades e, de facto, nunca o incumprimento dos apoios aos agentes culturais nos Açores foi tão mau e tão grave como tem acontecido nos últimos três anos.

Os apoios à cultura devem ser concedidos entre julho e setembro para serem executados no ano seguinte, não importa que esteja o PSD, uma coligação ou o PS no Governo. O COFIT, o AngraJazz ou as associações que, nas juntas de freguesia ou nas cidades, pretendem desenvolver pequenos projetos culturais – que por vezes não ultrapassam os 500 euros – apresentaram as suas candidaturas em 2022 e ainda não foram processadas em setembro deste ano 2023. Como referiu a minha colega Cláudia Cardoso, foram executados apenas 150 mil de um orçamento de 800 mil euros que – e falando também contra o meu partido – tem sido paulatinamente reduzido ao longo dos anos até ter estabilizado neste valor, mais o apoio ao cineteatro Miramar que esta Coligação tentou vender em hasta pública.

Não há apoio à cultura. Lamento ouvir os deputados na nossa Assembleia Legislativa Regional – alguns da oposição – dizendo que são pessoas da cultura só porque participaram numa filarmónica, sabem dar uns toquezinhos num violão ou fazem uns vídeos para a internet. Dizem que são muito, muito solidários com as dificuldades e depois… não há. Digo isto porque pertenço a cinco ou seis associações, nem todas culturais, algumas fizeram pedidos de apoio ao RJAAC, e até ao dia de hoje, o máximo que recebemos foi um ofício da Direção Regional dos Assuntos Culturais. Até aqui conseguiram, não só voltar ao passado, como desrespeitar o nome «cultura». São apenas assuntos da cultura, são *fait divers*. Recebemos um ofício a avisar que, parte do valor tinha sido processado na Contabilidade Pública mas não sabiam quando iria ser pago, ou seja, passámos o ano 2023 sem esse apoio e corremos o risco que o mesmo aconteça em 2024.

Visto que fiz parte de comissões de apreciação de projetos da Direção Regional da Cultura, é-me difícil perceber que as mesmas tenham reunido apenas em junho deste ano. Esta Coligação teve três diretores regionais em três anos, desde um padre que era contra as

touradas e ferrou um touro, passando por um músico muito bem-intencionado que desapareceu, até um madeirense que mandou nestas coisas, por isso estamos nesta situação.

No que diz respeito à defesa do que é nosso, é como dizem os ingleses: «Put your money where your mouth is.» Façamos aquilo que dizemos. Podemos prometer e depois não executar e a verdade é que neste ano 2023 não houve execução praticamente nenhuma no apoio à cultura. Não fosse a Câmara de Angra apoiar as entidades sediadas no concelho, algumas com direções marcadamente da oposição, não teríamos tido qualquer apoio para executarmos os nossos projetos, o que me leva a questionar o senhor presidente da Câmara e o executivo com responsabilidades nesta área, se têm aumentado os pedidos de apoio no «MyAngra» a projetos de continuidade anteriormente apoiados pelo Governo Regional. Gostaria de saber se a Câmara de Angra prevê, no orçamento do próximo ano, um reforço financeiro de apoio às entidades culturais sediadas no concelho.

Não posso deixar de referir a visão que a direita tem do património, particularmente o líder do CDS-PP, que deixou várias vezes dito que os arqueólogos e a Direção Regional da Cultura eram empecilhos. Vejo com muito agrado que o seu colega Nuno Melo Alves não é da mesma opinião, acha que são extremamente importantes e que o património deve ser salvaguardado.

Sr. presidente da Câmara – Infelizmente, o senhor vice-presidente que tem a seu cargo duas áreas críticas do ponto de vista do financiamento, a cultura e o desporto, está em serviço em dois eventos organizados por outra entidade, por isso terei que lhe dar uma resposta um bocadinho mais redonda.

É público e notório que o município tem vindo a aumentar o financiamento às diversas entidades, exatamente no sentido de manterem a atividade, mas o nosso orçamento não é elástico e não podemos chegar ao ponto de nos substituirmos a tudo aquilo que seria o financiamento público.

Há um limite que foi claramente atingido neste ano e não é possível ir muito além disto. Estamos a financiar cerca de 1,2 milhões de euros no desporto e na cultura, o que é muito dinheiro para esta autarquia, mas fazemo-lo no sentido de evitar que as coisas parem. Não teria acontecido o campeonato de canoagem nem o COFIT, assim como o festival AngraJazz que vai decorrer nos próximos dias, ou seja, temos um conjunto de eventos com larga tradição e um enorme peso a nível regional que não teriam acontecido, não fora a Câmara de Angra substituir-se à subsidiação regional.

Na verdade, estamos a atingir um momento difícil e não consigo prever o que acontecerá em 2024. O orçamento será apresentado na próxima sessão da Assembleia Municipal mas o enquadramento está já resolvido e teremos, na semana que vem, a primeira reunião com os senhores presidentes de juntas de freguesia no sentido de começarmos a estabelecer as linhas. Contudo, isto não dá para crescer e não se prevê que tenhamos qualquer fonte de receita extra que nos permita encaixar esta diminuição drástica que tem havido, não apenas na área da cultura onde é mais notória, mas também na área do desporto.

Precisávamos de ter um governo com mais dinheiro que desse mais apoio a estas duas áreas. Há uma grande dependência do ponto de vista do financiamento dos clubes e das diversas entidades e a nossa obrigação enquanto município é tentarmos resolver o assunto na

medida do possível, o que temos feito de forma unânime. Contudo, há limites e o limite foi claramente atingido no ano 2023.

Sra. d. m. Marília Vargas – A senhora deputada Luísa Barcelos referiu a área da saúde em que tenho mais conhecimento, por isso não percebo se acredita mesmo no que diz ou demonstra um perfeito desconhecimento da realidade. Creio que, na saúde, a senhora deputada tem um perfeito desconhecimento da realidade.

Em maio tínhamos já alertado para a degradação das contas da saúde, a situação dos Núcleos de Saúde familiar e o aumento da dívida. Na reunião que houve do Conselho Consultivo na Unidade de Saúde de Ilha, da qual faço parte na qualidade de membro desta Assembleia, o Partido Socialista pronunciou-se a respeito desta situação e a vossa resposta foi a do costume com argumentos falaciosos como a pesada herança, etc., etc. A conta da região e os relatórios das contas das unidades de saúde revelaram o que disse o PS e o que também dissemos aqui. As unidades de saúde de ilha e os hospitais referem que esta situação financeira se deve à ausência de transferências da parte do Governo Regional que, por sua vez, justificou que foram verbas não cabimentadas. Entretanto, como é que ficamos? Ambas são graves. É esta a realidade e não aqueles números e o panorama espetacular que a senhora deputada Luísa Barcelos nos relatou aqui. A senhora falou na abertura do concurso do «Raio X» para a USIT que avariou e ficou parado desde fevereiro, obrigando os utentes a fazerem radiografias na Praia da Vitória durante todo este tempo, e só agora é que fazem alguma coisa?

A senhora deputada falou também na abertura de concursos de médicos. Vocês são bons nessa campanha de, não sei quantas contratações e que cada vez há mais médicos, mas nunca falam dos médicos que saem. Este ano saíram dois anestesistas do hospital, causando um impacto enorme nas listas de espera cirúrgicas, mas disso ninguém fala. As contratações de que falam referem-se a médicos que estão lá a arrastar-se com contratos Covid, que há muito deveriam ter sido regularizados. Agora, com um contrato tardio, vão fazer com que percam todas as regalias que conquistaram, as folgas e o banco de horas que acumularam enquanto fizeram contratos Covid. É isto que o vosso governo está a fazer.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Começo por agradecer o reconhecimento que o senhor presidente da Câmara faz às dificuldades de contratação para a realização de obras em que uma nica de estrada está com concursos vazios, agora imaginem isto traduzido para centenas de obras da administração regional, sendo que os empreiteiros são os mesmos que concorrem a estas pequenas empreitadas no concelho de Angra, que ficam desertas.

Existem de facto, dificuldades de ordem prática que são, por todos, conhecidas. Foi aqui mencionada uma obra que será financiada ao abrigo do PRR, nomeadamente a ligação entre a Via Rápida e a Circular, em que houve também atrasos nos concursos. Os relatórios produzidos regularmente pela Direção Regional, que é beneficiária intermediária do PRR nos Açores, estão publicados no *site* do Governo Regional e também num *site* denominado «Plataforma dos Fundos» que foi criado por este Governo para dar transparência e acompanhamento a toda a execução dos fundos. Estão lá relatados os alertas, os desvios e os atrasos que têm acontecido e nada está a ser ocultado a ninguém. A execução que não

ocorreu em 2022, terá forçosamente que acontecer em 2024 ou 2025 com o fim do PRR e não há volta a dar porque, se não for cumprido, não há.

Por outro lado, fico também satisfeito pelo facto de o senhor presidente da Câmara ter dado conta que a cultura, ao nível de verbas nacionais do PRR, irá tentar dar algum apoio à Câmara de Angra, o que significa que têm surtido efeito, os esforços e os contactos feitos desde o início de 2021 quando a versão final do PRR foi aprovada por Bruxelas. Em 2020 o Governo da República não aprovou o PRR com 5 % das verbas para as regiões autónomas como era esperado, mas sim com 4 % e o recurso a 1 % de verbas nacionais que permitem esta margem.

O Governo Regional tem procurado garantir desde 2021 o máximo de elegibilidades junto de uma ministra e de um secretário de Estado que têm a tutela dos fundos e um maior peso político do que um ministro com a tutela da cultura a nível nacional. Tem conseguido responder aos pedidos da região autónoma na área da cultura e dos bairros digitais, aos quais as autarquias também concorrem, além de outras áreas.

Existe já contratualizada uma verba significativa que está disponível e a ser paga pelo PRR nacional para entidades regionais e isto não cai do céu; tudo tem sido feito com o esforço, os bons ofícios e a intervenção direta de membros do Governo Regional, concretamente dos dois departamentos que tutelam os fundos do PRR, que são a secretaria e a respetiva direção regional. Fico contente por saber que o retorno é favorável a essas intervenções.

É relevante frisar que algumas empreitadas estão a ficar repetidamente desertas, uma situação que não acontece apenas com a Câmara de Angra, visto haver outras autarquias a desistirem de candidaturas ao PO 2020 que ainda não acabou. Algumas reduzem os investimentos por falta de capacidade e de resposta do mercado e os contratos não ficam prontos a tempo de serem visados pelo Tribunal de Contas. As coisas estão a acontecer desta forma na região e em todo o país, por isso temos que melhorar e adaptar.

Atendendo à discussão do Ponto 4, nomeadamente a proposta para que seja feita uma atribuição fixa de verbas às juntas de freguesia com base no valor que é posteriormente transferido para as autarquias pelo Governo da República, pergunto ao senhor presidente se será mesmo necessário reunir com as juntas de freguesia ou se decorrerá da discussão do Ponto 4 mais logo.

Para terminar, quero dizer à senhora deputada municipal Marília Vargas que, desde que o PS acabou com a SAUDAÇOR, as contas da saúde nunca mais foram as mesmas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Permitam-me recuar algum tempo no calendário para lembrar um período em que a Câmara Municipal e o Governo Regional apoiavam uma determinada instituição com 98 % do custo do que quer que fosse e depois vinha um senhor, que na altura se intitulava Ministro da República, e atribuía 2 %. Por estranho que pareça, muitas vezes o sentido de agradecimento daqueles que recebiam os 2 % era mais manifestado em relação ao então Ministro da República, do que os 98 % que tinham recebido do Governo Regional ou da Câmara Municipal.

Este exemplo veio-me de vez em quando à cabeça durante a discussão desta manhã. Recuei mais de 30 anos e pareceu-me que havia também aqui laivos disso quando se disse

que o Ministro da Cultura, a excelência, virá aos Açores para resolver todos os nossos problemas. Graças a Deus, vai dar-nos qualquer coisa para a Igreja do Castelo. Bom, somos uma cidade património mundial, portanto agradecemos fervorosamente o que vem do senhor Ministro da Cultura e esquecemos tudo o resto que a Câmara Municipal e o Governo Regional têm feito praticamente desde 1976, portanto ao longo destes últimos 50 anos. Talvez o senhor Ministro da Cultura possa fornecer também o equipamento para o Centro Interpretativo e ajudar a enquadrar harmoniosamente o mercado municipal no meio da cidade.

Venha a ajuda de onde vier mas não posso aceitar que sejamos quase obrigados a pôr-nos de joelhos a agradecer a figura do senhor Ministro da Cultura que vem resolver os problemas, tanto mais que a Câmara de Angra se distingue nesse aspeto como uma entidade ativa. O senhor Ministro da Cultura deixe-se ficar em sua casa, não se esqueça que os Açores são Portugal e fique a saber que não nos dá uma esmola quando reconhece o que quer que seja. Já agora, que o Governo da República não se esqueça de todas as áreas que não estão regionalizadas e não são função de poder local, como se esquece das Forças Armadas, das Polícias e da segurança pública, das finanças ou das instalações.

Como açoriano, neste momento não devo agradecimento nenhum ao Governo da República. Devo sim, interpretações centralistas e o esquecimento absoluto das regiões autónomas. Não, senhor presidente. O senhor Ministro da Cultura não vem fazer favor nenhum aos açorianos.

Parece-me um bocado inútil discutir o verso e o reverso da medalha mas assisto com curiosidade à discussão e incomoda-me aquilo em que estamos todos juntos. Não conto os últimos dois porque ainda não percebi bem mas, ao longo dos últimos vinte e quatro anos, a ilha Terceira foi mandada para um plano que nunca foi o seu durante a história dos Açores. Todos sabemos em que período isto aconteceu e não estou a falar de estradas ou de escolas; estou a falar do papel atribuído à vocação da ilha, nomeadamente em termos de acessibilidades, de distribuição de cargas e do contacto com o exterior em que deveríamos ter um papel completamente diferente. Talvez não seja preciso irmos atrás do pecado original nem levantar dedos, mas o facto é que isso aconteceu e não acontecia até aos anos 90.

Devíamos dar à região o que podemos realmente dar. Continuemos solidários e consequentes nesta questão porque também já estou farto de argumentar e puxar para cima da mesa e ver depois que os nossos esforços são mais ou menos inconsequentes.

Por último, peço ao senhor presidente da Câmara que nos diga como vamos ficar no que diz respeito ao IMI na zona classificada. Parece que estamos na altura e deve ter havido tempo para esclarecer o que juridicamente a lei diz, por isso gostaríamos de saber para o que estamos reservados.

Sr. presidente da Câmara – É óbvio que estamos de acordo quanto à questão da centralidade e temos que lutar por ela, mas estranho que os senhores fiquem sempre presos ao passado. Foram só os vinte e quatro anos e os outros não foram? Por amor de Deus! As coisas aconteceram e eu participei nesse processo. Não tenho um histórico tão longo quanto o seu mas, infelizmente para mim, já é demasiado longo. Falemos das coisas como elas devem ser faladas e deixemo-nos desta retórica redutora em que, tudo o que está mal aconteceu nos

últimos vinte e quatro anos e tudo o que é bom passou-se numa época dourada que nunca existiu, porque a verdade não é essa. Todos andamos pelos caminhos e sabemos o que está a acontecer, por isso não vale a pena virem para aqui com estes discursos e a mesma conversa porque não cola.

Infelizmente, nos últimos tempos tem vindo a esbater-se a energia que colocámos em torno desta matéria e a ação do próprio Conselho de Ilha. Houve um tempo em que nos unimos num só esforço, mas esse tempo desapareceu e dou-lhe toda a razão. Estou também farto de dizer sempre que sim, mas todos percebemos que nada vai acontecer enquanto continuarmos a atirar as coisas para trás, o que é preocupante porque tem a ver diretamente com o nosso futuro. Posso dizer também que a culpa do pecado original foi da Eva mas temos é que olhar para o futuro, construindo-o, algo que tem falhado nesta ilha, no Conselho de Ilha, se calhar, também nesta Câmara, e contra mim falo.

Interpelação impercetível.

Sr. presidente da Câmara – Sim. Sérgio Ávila, sim. É o que lhe posso dizer de tudo o que está a acontecer e já aconteceu. Culpe a Eva porque assim é mais seguro. Foi a serpente que teve a culpa, a partir daí a coisa descarrilou e nunca mais acertou. Não vale a pena continuarmos assim.

Tem efetivamente havido uma atenção da parte do Governo da República e sei que os senhores que suportam este Governo, se sentem asfixiados porque acham que deveria andar por aí a atirar dinheiro para vos salvar das coisas que fazem. Pode-se gastar o dinheiro que se quiser porque alguém há de vir pagar, mas não é assim. Quando fazemos coisas, temos que ser consequentes, seja na Câmara, no Governo ou em qualquer outro lugar. Quando a Câmara toma uma decisão, eu não vou a seguir gritar ao Governo: «Por favor, paga a coisa que fiz.» Não é assim que funciona aqui nem em lado nenhum.

É verdade que, de vez em quando temos a questão dos 2 %, é uma pena que isso aconteça e aconteceu recentemente. O município pagou 100 % da recuperação da obra da Igreja das Concecionistas e parece que houve alguém que pagou 0,5 %. A questão não deve ser colocada assim mas creio que pouco interessa ao município; o que interessa é que as coisas estejam feitas e foi um alívio porque representa 1,3 milhões de euros a mais no nosso orçamento e não somos ricos.

Venha o senhor Ministro da Cultura, venham todos os senhores ministros que quiserem e ajudem porque precisamos disso. Não estamos aqui numa luta de passar culpas e achar que a nossa autonomia se faz, lutando contra. A nossa autonomia faz-se sendo verdadeiramente autónomos, algo que nos recusamos obstinadamente a ser. Incomoda-me seriamente ver esvair-se completamente o impulso autonómico sem produção de legislação, o que não tem acontecido apenas nos últimos três ou quatro anos deste mandato, porque o problema vem de longe.

Vejo que estamos cada vez mais divididos e afastados do objetivo fundador da nossa autonomia. Fiquei também ofendido com o que ouvi vindo de São Miguel, acho que qualquer terceirense deve sentir o mesmo e não podemos continuar assim. É esse o problema e não o

facto de cá vir o senhor ministro. Venham os ministros que vierem porque os receberemos como sempre fizemos e tratá-los-emos como deve ser.

O que verdadeiramente interessa é que olhemos cá para dentro e resolvamos os problemas que estão a acumular-se de forma avassaladora quando estamos a caminho dos cinquenta anos de autonomia. Se formos à rua perguntar às pessoas o que pensam, talvez o melhor seja acabarmos com isto, o que é muito mau.

Sou profundamente autonómico e acho que temos que lutar pela autonomia, encontrando pontos de contacto e não de divisão. Precisamos de fazer rapidamente as reformas necessárias porque existe aquele ditado que diz que, quem não reforma, é reformado e espero que a nossa autonomia não seja reformada.

Senhor deputado, é este o drama que está a acontecer, por isso peço a sua ajuda e a de todas as bancadas neste processo. Conseguimos fazê-lo durante algum tempo, mas infelizmente nos últimos tempos, estamos a perder o norte e não vale a pena estarmos a apontar dedos. A Câmara de Angra gastou neste ano, cerca de 4 milhões de euros em questões de património e estes 1,3 milhões representam 25 % desse valor.

Sejamos claros e não vale a pena embandeirar em arco. O senhor ministro não vem salvar ninguém mas teve a simpatia de ajudar, coisa que outros não fizeram. O que recebi da nossa Direção Regional da Cultura foi um conjunto de ofícios que foram enviados ao Ministério Público sobre queixas de janelas de alumínio. Foi este o tipo de atitudes que recebi.

Temos que encontrar atitudes positivas, fazendo o que deve ser feito, em vez de estarmos constantemente a fazer os outros tropeçar. Qualquer coisinha que se faça, é logo para não se fazer para ver se não corre bem. Não é disto que precisamos; o que precisamos é de uma atitude de colaboração, seja com o Governo Regional ou com o Governo da República. É essa a postura que a Câmara de Angra tem tido sempre. Temos ajudado no que podemos e não interessa quem. Ajudamos organismos da região e organismos da república, reconhecemos que temos também recebido ajudas daqui, dali e de acolá, mas há coisas que não estão a correr bem.

Tivemos um bom período nesta ilha em que lutámos com o mesmo objetivo, mas deixámos de o ter e temos que o recuperar, caso contrário, ficaremos perdidos no meio deste mar tumultuoso porque as coisas não serão nada fáceis nos próximos anos do ponto de vista financeiro e político. Ou os terceirenses se unem em torno de objetivos comuns, ou vamos andar aqui ao sabor das pequenas coisas partidárias, como tem acontecido.

É preciso recuperar o trabalho feito e talvez vamos a tempo de o fazer, embora fique cada vez mais difícil porque o tom desta Assembleia começa a revelar as diferenças que vão surgindo. As eleições regionais estão a aproximar-se e neste momento quem quiser federar interesses, tem uma dificuldade muito maior do que teria tido no ano que agora está a acabar ou no anterior. Perdemos esse tempo também por culpa minha, porque sou ator nesse processo, mas precisámos rapidamente de nos sentar e falar sobre isto, sob pena de ficarmos mal. Quanto aos senhores ministros, pois venham todos porque saberemos recebê-los e sabemos também fazer contas para aferirmos quem pagou o quê.

Em resposta à questão do IMI, a minha opinião é a que manifestei aquando das eleições autárquicas, que foi tornada pública e assumo completamente. Todos devemos pagar IMI e há

um conjunto de regras que agora ficaram à disponibilidade do município para estabelecer algumas isenções para alguns tipos de imóveis. O assunto está a ser devidamente estudado e entrará no enquadramento orçamental do ano que vem. A Câmara apresentará a sua proposta sobre esta matéria na sessão de dezembro da Assembleia Municipal, mas não haverá isenções de IMI para toda a gente porque não foi esse o meu compromisso quando enfrentei os eleitores. Se tivesse dito o contrário, tinha sido muito mais simpático e teria conseguido mais meia dúzia de votos, mas mantenho exatamente o que disse nas últimas eleições e é isso que faremos.

Sr. d. m. Marcelo Pamplona – Muito boa tarde a todos. Relativamente às questões dos ministros, e porque considero sempre bem-vinda, toda a colaboração institucional ou financeira do Governo da República, vou partilhar convosco uma nota do Agroportal de 2004 em que, o então Ministro da Agricultura, doutor Costa Neves, veio aos Açores anunciar apoios do Governo da República no valor de 24 milhões de euros.

Passados vinte anos, não se pode dizer uma coisa, esquecendo o comportamento que se teve. Sejam ou não da mesma cor partidária, toda a colaboração que exista entre o Governo da República e o Governo Regional, vai no sentido de desenvolver a região, neste caso a ilha Terceira em particular.

Quis partilhar convosco esta notícia que não vem de encontro àquilo que o senhor deputado municipal Carlos Costa Neves acabou de referir e é importante relembrarmos o que aconteceu há vinte ou trinta anos relacionado com os intervenientes no debate. Não vale a pena, apenas por questões partidárias, fazer um ataque a um determinado comportamento que o próprio teve no passado.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Pedi a palavra porque fui pessoalmente interpelado e recordado em relação ao meu passado longínquo. A minha escola foram doze anos de autonomia. Vim aos Açores, convidado pelo Governo Regional e pelo senhor Secretário Regional da Agricultura de então, porque havia uma série de questões pendentes que precisavam de ser resolvidas. Quem se lembrar dessa visita, lembrar-se-á também do reequilíbrio que conseguimos obter em relação a vacas aleitantes porque a distribuição de novos direitos que ia ser feita prejudicava claramente os Açores e estava já proposta pelas direções gerais. Em reuniões que se fizeram nessa altura foram reequilibrados os direitos em termos nacionais porque, como muitas vezes acontece, o nacional estava a beneficiar em relação ao regional e não estava a ser proporcional. A convite do senhor Secretário Regional da Agricultura, vim para ajudar e para complementar. Depois foi anunciado o que ajudava e o que complementava.

O senhor Ministro da Cultura pode vir à vontade e venham também todos os que trouxerem coisas boas. Venham até assistir ao Lusitânia/Benfica ou venham para tudo o que for necessário. O que não gostei – talvez por ter percebido mal – foi desta dualidade: Câmara boa, Governo Regional mau, Câmara boa, Governo da República bom ou Câmara boa, Ministro da Cultura bom.

Como disse o senhor presidente da Câmara, acho que essa discussão não nos leva a bom porto. Ou o Governo Regional fez tudo, ou não fez nada e nada disso é verdade. É verdade

que há coisas que não fez, mas também é verdade que fez muita coisa e por muito que não gostem de ouvir, os últimos dois anos foram antecedidos de vinte e quatro. Parece que a descrição não é financeira, mas todos sabemos que é de um enorme buraco financeiro, e não me agrada que as coisas se ponham nestes termos. Este é azul, este é encarnado e este é verde. Tudo o que é encarnado é bom e tudo que é verde é mau e eu até sou do Sporting. Não gosto da discussão política nesses termos.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do senhor presidente da Câmara relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de junho a 31 de agosto, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Os senhores membros da Assembleia tiveram oportunidade de consultar o documento que foi distribuído. Neste período, talvez o que mais se destacou foi a realização das festas Sanjoaninas que decorreram com toda a normalidade e pleno sucesso dentro dos nossos objetivos. Creio que foram umas excelentes festas, quer na vertente das festividades que decorreram no centro da cidade, quer na vertente taurina.

O verão, do ponto de vista da animação cultural e do trabalho que foi feito com as juntas de freguesia e com as diversas instituições, foi também excelente. O município de Angra do Heroísmo manteve uma colaboração ativa que acabou por se estender ao município da Praia da Vitória, já que acabámos por emprestar material a praticamente todas as juntas de freguesia da ilha. Fez-se aqui um bom trabalho de apoio às festividades de verão.

As questões financeiras estão também dentro da normalidade do ponto de vista da receita e da despesa. Continuamos portanto com contas equilibradas sem quaisquer motivos para preocupações e tudo indica que terminaremos o ano com uma excelente execução como, aliás, aconteceu no ano passado.

Foi publicado ontem o anuário financeiro das autarquias referente ao ano 2022 em que a nossa aparece entre as que apresentam melhores condições, mais uma prova de que as coisas estão bem nesta vertente.

No que diz respeito às questões do pessoal, dos concursos que foram autorizados por esta Assembleia Municipal, creio que dois tiveram o seu termo e os outros continuam a decorrer. Feito o balanço entre as duas sessões desta Assembleia, temos um trabalhador a mais. Alguns saíram e houve algumas aposentações, portanto tivemos o aumento de um trabalhador, algo que não é propriamente significativo.

As coisas têm também decorrido com normalidade no que respeita às obras. Diria que o principal insucesso foi aquele que já aqui referi respeitante à adjudicação da obra do

Lameirinho em que, de facto, as coisas não correram bem, mas excedemos o limiar no que diz respeito ao «1.º Direito». Prevíamos a execução de 10 milhões de euros este ano e nesta altura já temos 12,5 milhões adjudicados, o que é muito bom. Tínhamos apontado para 90 casas mas estamos já com 139 e continuamos a contar, o que demonstra que as coisas estão a correr muito melhor do que esperávamos.

Mantenho alguma reserva porque o desafio é imenso do ponto de vista da execução, mas reduziu-se uma parte do meu ceticismo inicial, já que as coisas estão melhores do que aquilo que esperei. Se nos for possível manter este passo até ao fim do programa, vamos ter muito sucesso na sua execução.

A respeito de outras intervenções que estão a ser feitas, terminou uma com algum vulto na Canada do Rolo na freguesia da Terra Chã e está em plena execução uma outra obra que tem apresentado algumas dificuldades relacionadas com paredes e questões com proprietários. Refiro-me àquele troço logo abaixo da Boa Hora que tem ali uma zona muito complicada com paredes muito altas em que é preciso fazer umas obras, mas estamos a tentar resolver o assunto da melhor forma possível.

No que diz respeito à única entidade na qual temos participação, o relatório da TERAMB será apresentado mais à frente, mas posso dizer-vos que as coisas estão a correr bem melhor do que no ano passado, tudo indicando que vamos ter um resultado positivo no fim do ano, ou seja, vamos ter lucro em vez dos 160 mil euros de prejuízo que tivemos o ano passado.

Passando agora a questões mais genéricas acerca do relacionamento do município com o exterior, mantemos as preocupações que já aqui referi respeitantes à construção do próximo quadro comunitário e ao financiamento nacional e chamo a atenção dos senhores membros desta Assembleia para as notícias deste fim de semana. É importante seguirem o que vai acontecer no congresso que se inicia amanhã de manhã porque o que sair dali vai com certeza determinar o nosso futuro nos próximos anos.

A época balnear deste ano foi das melhores de sempre com excelentes resultados analíticos, à exceção de uma questão de areias, gaivotas e mais não sei o quê, algo impossível de evitar. Tivemos um resultado de ouro em toda a nossa rede balnear sem quaisquer dificuldades com os nadadores salvadores e, mais importante do que tudo, não aconteceu nenhum acidente ou incidente digno de nota. A época balnear terminou sem problemas sérios o que, infelizmente tem acontecido nos últimos anos, mas este ano tudo decorreu o melhor possível.

Porque este assunto tem estado nas preocupações dos últimos dias devido aos sismos que aconteceram na semana passada, temos vindo a manter um trabalho de colaboração com as diversas entidades ligadas à Proteção Civil. Até parece que tínhamos combinado porque os equipamentos foram entregues de manhã e o sismo aconteceu à tarde, mas não há razões para pânico ou quaisquer outras preocupações. Contudo, temos que ser prudentes e fica aqui o meu apelo aos senhores presidentes de juntas de freguesia para que façam o que está previsto e tomem as diligências necessárias porque são razoavelmente grandes as probabilidades de acontecer um sismo. Felizmente, hoje vivemos quase todos em casas com a segurança necessária no que diz respeito à construção, mas às vezes os pormenores estragam

as coisas e basta pôr aquele jarrão pesado em cima do armário sobre a cabeceira da cama para haver um problema.

É importante que se faça os possíveis no sentido de evitar que o esforço que tem vindo a ser feito na melhoria da segurança das habitações, seja de alguma maneira estragado por pequenas coisas que podem resultar em situações mais graves. Volto a dizer que a atividade do município está a decorrer com perfeita normalidade sem nada de notável a apontar.

Sra. d. m. Sónia Pimentel – Muito boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais.

Pudemos verificar durante o mês de agosto um pouco por todo o concelho, um acumular de lixo diferenciado e na minha zona contei pelo menos umas três semanas sem a recolha do lixo dos ecopontos que transbordavam. Como consequência dessa situação, verificou-se um acumular de lixo indiferenciado, em que muitos dos contentores extravasavam. Dado que as recolhas eram feitas à sexta-feira de manhã e voltavam a ser feitas na segunda-feira, foi bastante feio de ver aquele acumular de lixo junto dos contentores durante o fim de semana.

A minha pergunta vai no sentido de perceber o que se terá passado, se houve alguma situação que saísse fora do controlo da Câmara, e se não poderia ter sido providenciada uma recolha extra durante o fim de semana, já que o contentor do lixo indiferenciado encheu com o material que era suposto ser depositado nos ecopontos.

Sr. presidente da Câmara – Não foi durante três semanas, isto aconteceu durante cerca de uma semana e meia porque a empresa que tem a seu cargo a recolha dos recicláveis, teve um duplo problema: uma questão que teve a ver com a avaria de um equipamento de recolha e um problema de pessoal, já que foi obrigada, fora daquilo que era o seu planeamento, a dar férias a alguns trabalhadores por razões que têm a ver com contratos de trabalho e questões laborais. Foram imediatamente tomadas medidas corretivas, ao fim de poucas semanas tudo voltou à normalidade e aprendeu-se algumas lições a respeito de uma questão que é preciso resolver, já que a empresa deve dispor de um camião de reserva para o caso de haver uma anomalia como a que aconteceu.

Esse problema não teve a ver com os serviços da Câmara que manteve a normalidade na sua recolha. Pedimos explicações à empresa, responsabilizámo-la por isso e não fomos muito simpáticos porque a situação foi um bocadinho além do planeamento possível, particularmente quando se trata de uma empresa pequena. Na mesma semana, houve férias e avaria de equipamentos, um daqueles azares que têm consequências, mas esperemos que o assunto tenha ficado devidamente resolvido. Temos uma razoável certeza que a empresa está neste momento a desenvolver os procedimentos necessários para adquirir a redundância nos seus equipamentos no sentido de evitar que estas situações voltem a acontecer.

Houve uns dias em que estivemos parecidos com a generalidade dos outros concelhos, mas somos diferentes na maior parte do ano e isto serviu para experimentarmos o que os outros vivem todo o ano.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Ao referir as questões dos sismos, o senhor presidente da Câmara lembrou-me a situação do acesso ao hospital. Se é um facto que houve já um

investimento que ajuda a mitigar o risco de inundações e as dificuldades de acesso, a dada altura houve expectativas acerca da melhoria da acessibilidade pelas traseiras, por isso gostaria de saber se há evoluções nessa matéria, desconhecendo se essa estrada pertence à Câmara ou se é da competência do Governo Regional.

Sr. presidente da Câmara – Embora a estrada seja da responsabilidade do Governo Regional, a Câmara assumiu que ajudaria, tem toda a vontade e está disponível, mas temos ali um outro problema sério que tem a ver com o escoamento dos esgotos daquela urbanização situada na encosta imediatamente acima da entrada norte, que continuam alegremente a extravasar todas as vezes que chove mais um bocadinho.

Estamos preparados para fazer esta obra em coordenação com o Governo Regional quando fizerem o asfaltamento daquele troço. Vamos ter que abrir uma vala desde o acesso ao hospital até à Estrada Regional, indo ligar à cabeça da rede junto ao parque de exposições. Estamos à espera que o Governo Regional faça os procedimentos necessários para o asfaltamento do troço entre a rotunda da Toyota até lá acima à Grota do Medo; quando fizerem isso, nós faremos a nossa parte.

Sr. d. m. César Medeiros – Cumprimento o senhor presidente da Mesa e demais membros, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores e também os caros colegas deputados municipais.

Tenho algumas questões para colocar ao elenco camarário acerca do controlo das infestantes nas vias de circulação da zona urbana. Estamos naturalmente a incluir passeios e vias públicas onde também se pode discriminar intervenções de rotina ou limpezas pontuais que muitas vezes são efetuadas nas zonas limite. Isto leva-me a pedir esclarecimentos no sentido de perceber que métodos estão a ser utilizados no controlo destas infestantes no espaço urbano.

Quanto subimos a Rua do Galo, vemos surgir as infestantes, seguindo o seu ciclo. Mais do que o aspeto estético, há aqui também uma questão de segurança dos peões porque estas infestantes provocam escorregadelas, podendo originar ferimentos desnecessários. Tenho conhecimento que está a ser feito o controlo químico, uma área que me diz respeito, por isso pergunto que outros métodos estão a ser equacionados para o futuro, se o controlo nas zonas limítrofes está protocolado com as juntas de freguesia e se o senhor presidente está satisfeito com a alocação das despesas nas rúbricas que estão protocoladas. Talvez deva ser melhorado o cumprimento desses compromissos porque há zonas que poderiam estar mais bem cuidadas.

A presença das árvores num meio urbano é determinante para a qualidade do ar, do conforto térmico e até para a redução de ruído, por isso precisam de condições para sobreviverem. As árvores não são um problema, são a solução para os vários aspetos que referi. Presumindo que houve uma justificativa técnica, gostaria de saber por que razão foram recentemente removidas árvores na Rua Manuel Joaquim Andrade e na Rua Cândido de Forjaz. Pergunto se a Câmara planeia repor outras espécies ou tenciona remover totalmente as árvores para regularizar passeios, sabendo das vantagens de uma cidade verde com inúmeros benefícios para os cidadãos.

Um terceiro ponto tem a ver com algo que foi publicitado esta semana acerca da presença de uma praga nos Aloés, o Aloe arborescens, também conhecido por Aloé vulgar ou Babosa. Uma vez que foi identificada uma praga de tripes nesta espécie, pergunto que medidas conjugadas do foro químico, físico, mecânico ou outras, estão a ser adotadas para o seu controlo, sabendo de antemão que importa preservar esta espécie ornamental que faz parte das nossas zonas de circulação. Esta praga de tripes é picadora-sugadora e danifica os tecidos das folhas, fazendo com que a clorofila se neutralize e as folhas se tornem castanhas. É altamente voraz e pode transitar para espécies de interesse agrícola, por isso é importante perceber onde os Aloés foram mais atacados e se essas tripes transitaram já para outras espécies.

Sr. presidente da Câmara – Estamos de facto a viver uma situação que não é nada boa no que respeita às ervas. Manifesto também aqui o meu descontentamento pela evolução das coisas, mas a verdade é que este ano conjugaram-se aqui alguns fatores muito negativos: a proibição da utilização do Glifosato – que era o único produto verdadeiramente eficaz neste controlo – com um ano de calor e humidade como não há memória.

A erva cresceu em todo o lado e não apenas nos cerrados dos lavradores. Os senhores presidentes de juntas de freguesia também se têm queixado desse problema e com razão, portanto estamos todos no mesmo barco e nenhum de nós tem o direito de apontar o dedo aos outros. Tenho acompanhado o trabalho que os senhores presidentes de junta têm feito dentro dos possíveis, por isso têm a minha solidariedade e compreensão. Se a Câmara não deu conta do recado na parte que controla, pois é natural que os senhores presidentes de junta se deparem com os mesmos problemas.

Isto é o resultado direto de uma medida que tenho grandes dificuldades em compreender. É possível usar este produto em alimentos, mas na sola dos sapatos é que não, o que não faz sentido, e os nossos deputados não deveriam ter criado esta proibição. As consequências estão à vista, não se passam apenas aqui e têm a ver com uma luta insana contra os transgénicos. O Glifosato foi desenvolvido para ser usado com os transgénicos e como não conseguem dar a cabo dos transgénicos, os anti-transgénicos viram-se para o Glifosato. Às vezes as pessoas não percebem, o que tem levado a um conjunto de questões ideológicas e globais em torno desta matéria.

Em cidades onde não era costume vê-las crescer, cheguei a ver ervas que me davam pelo joelho e houve um senhor presidente de Câmara que, num ataque de desespero e manifestando a sua discordância, contratou um rebanho de ovelhas e pô-las a pastar pelo centro da cidade fora para que se visse o que estava a acontecer.

Este problema não é apenas nosso; é global e complexo e a única solução realista é irmos cimentando as calçadas tanto quanto possível. Reparem que não temos esse problema nas ruas em que foi feita a aplicação de cimento, portanto não há outra solução. Esta rua aqui, que neste momento está a gerar críticas, é umas das próximas a ser intervencionada e há de ficar como aquela ao pé dos correios ou a Ladeira de São Francisco aqui ao lado.

Temos vindo a usar um herbicida que é absolutamente ineficaz; põe as plantas castanhas durante cerca de duas semanas mas depois voltam alegremente à vida com energia redobrada. Temos uns senhores que andam com a máquina de fio a cortar uma ervinha maior

aqui e ali e se alguém tiver uma solução mais eficaz, nós e os senhores presidentes de juntas de freguesia ficaremos eternamente gratos porque estamos desesperados com isto. Há uns anos fizemos um grande investimento na compra de uma máquina que produz vapor de alta temperatura e teoricamente mataria as ervas, que ficam todas pretas, mas ao fim de oito dias voltam com mais energia porque estão adaptadas à herbivoria e quando cortamos a parte de cima, a raiz reage com redobrada energia.

Nada disto tem funcionado aqui e em lado nenhum. Angra está a debater-se com o problema que muitas cidades europeias estão a enfrentar neste momento e para o qual, a única solução são as mudanças no pavimento. Enquanto tivermos pavimentos como estes, vamos ter que viver com as ervas e não me parece que alguém pense em voltar aos tempos antigos em que tínhamos uns senhores com uns banquinhos e uns ferrinhos a arrancar ervas.

Estou tão insatisfeito quanto o senhor deputado ou talvez mais; fico verdadeiramente chateado ao ver as ervas crescerem mas não temos soluções e estamos todos no mesmo barco a fazer o melhor possível para controlar a situação. Pode ser que o ano que vem seja mais seco, o que não é bom para a lavoura mas sempre é melhor para as ervas, portanto, veremos o que acontece.

Neste último ano a Câmara procedeu ao plantio de umas centenas de árvores com razoável sucesso. Algumas morreram ali nas avenidas e vão ser substituídas nos meses de outubro e novembro. Morreu também uma árvore de grande porte aqui na Praça Velha e já cá está a que a vai substituir. Há também o compromisso de voltarmos a plantar as árvores que o senhor deputado referiu, mas não no passeio, porque o problema tinha a ver com os tropeções das pessoas mais idosas. À semelhança do que foi feito nas avenidas, em novembro – o período adequado para estas operações – vamos criar aquelas caldeiras na zona de estacionamento.

A questão das tripes não é da responsabilidade municipal e compete a quem tem o controlo fitossanitário na região. Segundo parece, os riscos não são muitos, mas o Governo Regional foi alertado para a situação, por isso esperemos que tome as necessárias medidas no sentido de a controlar. A Câmara está a remover as plantas danificadas no espaço municipal e tudo indica tratar-se de uma infestação recente.

Estas grandes oscilações populacionais acontecem sempre, portanto no ano que vem a população provavelmente cairá e os Aloés voltarão. Haverá com certeza algumas oscilações ao longo dos próximos anos até que aconteça um equilíbrio ecológico entre a nova espécie que cá chegou e as plantas que ela infesta. Enquanto estiver no Aloé, as perdas económicas não são muitas porque a planta cresce rapidamente e esperamos que recupere nos próximos tempos.

Chamo a atenção que a maior parte dos Aloés não está em propriedade municipal mas sim nas casas particulares e cada um terá que resolver o seu problema. Outros estão, por exemplo, aqui na Circular e noutras vias regionais, um assunto que as Obras Públicas decerto tentarão resolver, e não sei responder quanto à possibilidade de virem a ser afetadas outras culturas. De acordo com o que li na literatura científica mais recente sobre o assunto, os riscos não parecem muitos. Existe um departamento que tem a seu cargo a proteção das plantas e

fará o que tem que fazer no âmbito da fitopatologia. Esta situação não ocorre apenas na ilha Terceira, já que vi notícias que, afinal, existe também em São Miguel.

Para se perceber o que é isto das tripes, são umas mosquinhas minúsculas muito difíceis de ver, daquelas que normalmente se põem a voar por cima de nós no verão. Não são as tripes adultas que fazem mal, são as larvas que perfuram estas plantas e criam o caminho para a sua morte. Não vamos entrar aqui numa dramatização porque este problema surge todos os anos e esperamos que o departamento competente tome as medidas necessárias. Lembro o que aconteceu, por exemplo, com o Escaravelho japonês, que hoje ainda anda por aí mas devidamente controlado pela natureza e ninguém está muito preocupado com a situação porque a ecologia é mesmo assim. Quando chega, por exemplo, uma nova espécie de pardais, acontece uma explosão populacional porque não há inimigos naturais, mas não há doenças e as coisas voltam ao seu lugar. Teremos certamente uns anos de oscilações mas esperamos que se tomem as medidas necessárias.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Foi já aqui feito pelo senhor presidente da Câmara, o balanço da época balnear, mas ainda assim gostaria de lhe colocar algumas questões. Já que este foi mais um ano em que a piscina do Negrito não foi contemplada com a bomba, pergunto se esse investimento está previsto para o próximo ano, já que os banhistas que utilizam a piscina nessa zona balnear que é bastante procurada, certamente sentirão melhores condições no acesso ao mar. Gostaria que nos fizesse também o ponto da situação em relação à concessão do Forte do Negrito.

Houve reclamações por parte dos banhistas na zona balnear da Silveira durante toda a época balnear devido ao ruído excessivo dos aparelhos de ar concessionado do hotel Caracol e do horário de funcionamento do snack-bar que está concessionado a esta zona balnear. Gostaria de saber qual a abordagem da Câmara em relação a esta matéria e também as razões que levaram à interdição da zona balnear da Prainha a banhos durante uns dias.

Talvez devido ao seu formato, os bebedouros municipais que estão dispersos ao longo da nossa cidade, e bem, parece que estão a ser utilizados como cinzeiros. Há beatas nos vários bebedouros aqui mesmo na Praça Velha e também na zona do Relvão. Queria perceber se a Câmara tem conhecimento desta situação e de que forma pretende resolvê-la.

Como o senhor presidente da Câmara disse, e muito bem, tem sido feito um investimento na rede viária, tendo sido já inaugurada a Canada do Rolo na Terra Chã e segundo o que tem sido discutido, pretendem requalificar também a Rua do Galo. Gostaria que nos dissesse para quando está prevista essa requalificação ou, pelo que se ouve dizer, se a mesma está de alguma forma atrasada devido aos problemas na empreitada de requalificação da Ladeira de São Francisco.

Sr. d. presidente da Câmara – Discutiremos essas matérias referentes a investimentos quando chegarmos à altura do Plano e Orçamento porque agora não tenho uma posição sobre o assunto. Quanto ao que aconteceu na Silveira, entrámos em contacto com o hotel, que tomou algumas medidas corretivas, e creio que o ruído foi reduzido porque houve alteração do posicionamento. Os horários de abertura e fecho não nos dizem respeito por se tratar de uma questão comercial e existem mais dois estabelecimentos cá em cima na rua que

estão abertos o tempo todo, portanto não se pode dizer que na Silveira haja falta de acesso a comidas e bebidas.

No que à Prainha diz respeito, não houve qualquer violação da qualidade da água. Foi posta em execução uma exigência da Direção Regional do Ambiente em que, sempre que chova mais do que não sei o quê, temos que colocar a bandeira vermelha durante os dias necessários até que venha o resultado da análise. Houve medidas preventivas e nenhuma das análises apresentou qualquer resultado negativo, portanto a Prainha esteve sempre em excelentes condições. De agora em diante, cada vez que chover é isto que teremos que fazer, ou seja, é colocada a bandeira vermelha e colhida uma análise e a Prainha reabre quando chegar o resultado, o que demora tipicamente três dias. Todas as análises apresentaram resultados muito bons, portanto, temos qualidade ouro na Prainha durante todo o ano com exceção da areia. Foi isto que aconteceu, portanto, não aconteceu nada.

Nunca tinha ouvido falar acerca dos bebedouros, o que lhe posso dizer é que há porcos em todo o lado, mas vamos estar atentos. Espero que não seja uma questão generalizada, porque é profundamente ridícula, e quem faz isso merece a nossa reprovação sem palavras meigas.

A Ladeira de São Francisco tem um problema que nos está a apoquentar e ainda não está resolvido. Um tubo de queda proveniente do telhado do hotel ficou mal ligado à rede de águas pluviais e quando chove muito é criada uma pequena erupção ali junto à paragem dos táxis, mas o assunto é da responsabilidade do empreiteiro que vai ter que introduzir medidas corretivas. Estivemos lá com uma daquelas câmaras que se usam dentro das tubagens e descobrimos que lavaram material com cimento, o que originou uma espécie de bola dentro da tubagem e implica a abertura de um buraco num destes fins de semana para substituição da conduta interior que contém cimento. É uma situação desagradável e desnecessária porque o empreiteiro não pode lavar ferramentas e deixar a água com cimento correr para dentro das tubagens. Se isto acontecesse na canalização por aí adiante, poderia causar seríssimos prejuízos. Eu suma, foi responsabilizado quem de direito, que tomará as devidas medidas.

Não lançámos ainda este procedimento aqui devido à configuração dos passeios e outras questões de desenho urbano e também porque tenho interesse em ir para o Alto das Covas porque é mais urgente e não é possível intervir em dois lados ao mesmo tempo para não criar um caos no trânsito. O nosso esforço nesta altura está em torno do Alto das Covas, aquela que gostaríamos que fosse a primeira obra a arrancar, particularmente na Rua da Queimada, que tem o asfalto todo desfeito e vai ser substituído por calçada por se situar na zona classificada. Está a ser feita uma obra complementar relacionada com a escola e só depois é que procederemos à intervenção na Rua da Queimada.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Gostaria de ver esclarecidas várias questões do relatório da atividade municipal. Na página 35 é referido que houve lavagem, e bem, dos contentores do lixo de apoio a eventos. Queria saber se o município procede a uma limpeza regular dos restantes contentores de lixo do concelho, já que tem havido, principalmente da parte de munícipes da Conceição, várias queixas acerca de maus cheiros e de falta de limpeza atempada e regular dos contentores de lixo e de reciclagem.

Na página 59 é referida a reparação e manutenção do edifício do Jardim dos Côrte-real. Tenho ideia que esse edifício nunca foi utilizado, por isso gostaria de saber se o município tenciona concessionar a estrutura para, de alguma forma, a rentabilizar.

Na página 70 do relatório e por aí abaixo, é referida e bem, uma série de investimentos que o município fez na requalificação da rede municipal desportiva, nomeadamente, campos, piscinas e pavilhões, mas existe um conjunto de infiltrações e falta de manutenção de equipamentos no Pavilhão Multiusos Luís Bretão que condicionam a prática do bólingue. Pergunto se a Câmara tem conhecimento desta situação e como pretende resolvê-la, porque já vi que desconhece algumas outras…

Sr. presidente da Câmara – Eu conheço tudo.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O senhor presidente não estava a par da situação dos bebedouros, por isso já valeu a pena trazê-la aqui.

Na página 80 do relatório da atividade municipal é referida a aquisição de um edifício em Santa Bárbara para o transformar num pavilhão multiusos. Peço ao senhor presidente que nos diga do que se trata e se será semelhante a um polidesportivo, na medida em que existe uma promessa, talvez desde 2013, para a construção de um pavilhão em São Mateus e também um compromisso com a Terra Chã para a construção de um pavilhão de apoio ao bairro.

Sr. presidente da Câmara – O município dispõe de uma viatura específica que todos os dias está na rua a lavar contentores. O que acontece de vez em quando, particularmente no verão quando a temperatura é mais elevada, é que alguém coloca nos contentores, carne, peixe estragado e outras coisas podres que exalam mau cheiro. Normalmente o assunto resolve-se no dia mas incomoda quem vive ali à volta e estamos mais uma vez a falar de pessoas que têm pouca consideração pelos vizinhos. Conheço um caso ocorrido na Conceição em que alguém tinha alimentos no congelador, que se estragaram devido a algum problema elétrico, e a pessoa pô-los no contentor do lixo em vez de tomar as medidas adequadas.

Há uma viatura com um sistema próprio que procede à lavagem diária de contentores e essa referência que aí está tem a ver com outra coisa. Como este ano houve muita afluência a festas, montou-se um sistema específico que é uma inovação, já que normalmente não funciona assim. Houve um particular cuidado com os contentores que foram colocados em touradas e outros arraiais.

As obras no Jardim dos Côrte-real têm a ver com o mau estado do ar condicionado e da eletricidade devido a infiltrações. Como o telhado do edifício é um jardim, há problemas de infiltração pelas condutas de eletricidade e a situação está a ser resolvida. Houve um concurso e o edifício foi concessionado a uma senhora que teve algumas dificuldades; tem pago a sua renda mas abriu e fechou e quando chamámos a atenção para o assunto, anunciou que ia abrir no início do mês.

A situação do edifício do bólingue é bem mais complexa porque os equipamentos estão obsoletos e descontinuados pelas respetivas marcas. Como é difícil encontrar peças de reposição cada vez que avaria qualquer coisa, é preciso procurar um sucateiro ou alguém que tenha máquinas de bólingue antigas, o que significa que estamos a chegar ao ponto em que

vai ser preciso fazer a substituição integral daquele equipamento. O orçamento que recebemos ultrapassa os 70 mil euros, o que é muito dinheiro, mas aparentemente não há outra solução porque aquelas máquinas estão a beirar os vinte e cinco anos, o fabricante já não as faz e não há peças. Tem havido sucessivos problemas, obrigando à canibalização, ou seja, à retirada de peças de uma máquina para outra. É a isso que se deve a queixa – que tem razão de ser – mas o assunto não é fácil de resolver e a única solução é um investimento muito grande que é preciso fazer ali, provavelmente no próximo ano.

Em resposta à sua questão acerca de um pavilhão em Santa Bárbara, o que acontece é que apareceu uma oficina à venda e a Junta de Freguesia está a propor a sua aquisição. O assunto está em estudo, portanto vamos ver o que fazemos. Não se trata de um pavilhão desportivo nem nada que se pareça; é apenas uma garagem, algo semelhante ao que a Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras está a fazer e fizeram outras juntas de freguesia. Alguém quer vender uma garagem algures e a Junta de Freguesia diz que tem as condições necessárias.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Começo por agradecer o esclarecimento do senhor presidente da Câmara em relação ao IMI, um assunto que foi recorrentemente tratado nesta Assembleia. O senhor foi dizendo durante todos esses debates que não era ainda oportuno discuti-lo sem revelar a sua posição, muito menos que constava do seu programa eleitoral. É estranho que só hoje essa posição tenha sido claramente assumida, já que começámos as nossas interrogações no ano passado.

O senhor presidente nunca quis clarificar o assunto, mas fê-lo hoje, partindo do princípio geral em que «todos pagam», mas admite exceções e esperaremos para ver quais são. A nossa posição não é essa, nós partimos do «ninguém paga», à exceção daqueles que o devem fazer quase como forma de penalidade.

Este não será provavelmente o momento para discutirmos o assunto, há muito que o poderíamos ter feito e já tentámos por diversas vezes. Apetece-me rir porque o senhor presidente da Câmara sempre adiou o tratamento da questão sem assumir uma posição e agora finalmente caiu assim de repente, que até fiquei sem perceber se estava a ouvir bem.

Mudando de assunto, peço-lhe agora que acione os mecanismos para pormos a funcionar o Prémio Literário Álamo de Oliveira que foi aqui aprovado há algum tempo, faltando apenas a nomeação do júri.

Sr. presidente da Câmara – Senhor deputado Costa Neves, com igual riso, deixe-me dizer-lhe que o assunto só agora está a ficar clarificado porque foi aprovada uma lei que não tem qualquer regulamentação e tarda em chegar um conjunto de posições por parte da Autoridade Tributária. O assunto não é para rir, é muito sério e exige ponderação no sentido de percebermos como devemos navegar; nós e os outros municípios que estão na mesma situação, porque todos temos a mesma dúvida. Tenciono encontrar-me amanhã com alguns colegas que estão com o mesmo problema para tentar perceber de que forma estão a equacionar a questão.

O senhor deputado seguramente já leu a lei e viu que apenas se alterou meia frase. E agora como é que navegamos nessa pequena alteração? O assunto é difícil e complexo, da minha parte não há nem nunca houve má vontade em debatê-lo e continuo com sérias

dúvidas sobre a forma como as coisas funcionarão; eu e todos os que estão envolvidos neste processo.

Os senhores presidentes de juntas de freguesia que estão fora desta zona ficarão seguramente muito agradecidos por pagarem IMI para que outros não paguem. As coisas não são assim, tem que haver justiça e equidade e é isso que me move: justiça e equidade. Todos temos que pagar porque todos somos beneficiários dos bens resultantes do IMI, com particular intensidade na zona urbana em que o investimento é maior. A justiça e a equidade dizem que não é admissível que uns sejam isentos e outros não.

Existe já um conjunto de medidas de redução que teremos que manter, aprofundar e melhorar nalguns aspetos para esclarecermos o que for possível. Não tenho um conhecimento desta matéria tão bom quanto gostaria e não conheço ninguém que o tenha. O assunto é complexo e difícil e vai seguramente apoquentar-nos bastante na elaboração do próximo orçamento.

Repito que não houve nem há qualquer má vontade da minha parte em discutir o assunto, apenas refiro o que já disse que está publicado. É óbvio que tenho a obrigação de cumprir com os meus compromissos, mas é uma afirmação genérica porque, para mim, as questões concretas continuam cheias de incerteza.

O senhor deputado Costa Neves tem toda a razão quanto ao Prémio Literário Álamo de Oliveira; o assunto já deveria estar resolvido e foi esquecimento da minha parte, mas faremos os possíveis para andarmos rapidamente com isso.

Terminadas as intervenções, a informação da atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (49/2023/AMAH).

Interrupção dos trabalhos para almoço.

1.2 – Terceira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2023. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Este ponto visa abrir uma rubrica para permitir receber as verbas que serão contratualizadas no âmbito da cultura e fazer o acerto na área do «1.º Direito», já que os valores se mostraram insuficientes e é preciso inscrever mais algum dinheiro. No fim de contas, nada é alterado na realidade orçamental do ano.

A Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2023 foi aprovada por unanimidade. (50/2023/AMAH).

1.3 – Primeira alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Também aqui estamos a falar de uma alteração que resultou da experiência do primeiro ano de funcionamento do «Estudo Acompanhado». São essencialmente questões que têm a ver com os valores a pagar a quem trabalha nesta área e com questões organizativas das salas. Esta é também uma alteração de pormenor resultante de um ano de experiência. À medida que o programa for crescendo, vamos percebendo o que temos que alterar.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Quero agradecer ao senhor presidente da Câmara por me ter feito chegar uma nota com o número de alunos abrangidos. Como é sabido, este programa foi aprovado por unanimidade depois de largamente debatido e tem grandes potencialidades e objetivos de louvar, pese embora a pouco explicável razão para não haver maior adesão.

O «Estudo Acompanhado» tem neste momento oito salas, cinquenta e quatro alunos e, suponho, oito professores. Tendo em conta as dificuldades que passámos e ainda passamos e as dificuldades que, com certeza, muitas famílias terão no acesso a um esquema de estudo acompanhado, apesar de não serem da responsabilidade da Câmara ou da Assembleia Municipal, estes números chamam-nos à atenção para um trabalho pedagógico que todos teremos que fazer, porque não se percebe que esta disponibilidade não seja mais aproveitada.

Sr. presidente da Câmara – Concordo inteiramente com o senhor deputado Carlos Costa Neves porque o programa tem realmente um imenso potencial, mas o primeiro ano foi pequeno. Esperemos que a palavra vá passando e a adesão vá crescendo porque estamos convencidos que o «Estudo Acompanhado» corresponde a uma necessidade de muitas famílias. Esta é uma mera alteração de pouca monta que tem a ver com o primeiro ano de experiência e vamos ver como as coisas evoluem.

A primeira alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado foi aprovada por unanimidade. (51/2023/AMAH).

1.4 – Alteração ao Regulamento Municipal de Prémios de Mérito Escolar e de Apoio à Frequência de Estudos Pós-Secundários e Superiores. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma pequena alteração que visa essencialmente reconhecer as particulares dificuldades das famílias que tenham mais do que um filho a estudar no ensino superior em simultâneo.

No âmbito da latitude que o regulamento lhe confere, a Câmara Municipal tem aprovado sempre por unanimidade alguma majoração para estes casos. A verdade é que há muitas famílias nesta situação, por isso pretende-se dar uma bonificação, ou seja, tornar mais simpático o escalão quando exista mais do que um estudante no mesmo agregado familiar. É um mero acerto e o reconhecimento de uma realidade com que a Câmara se tinha já deparado aquando da atribuição das bolsas.

Aproveito para informar que temos provavelmente o melhor programa de bolsas do país com uma enorme adesão. Vamos a caminho dos 750 mil euros de despesa anual neste programa que, se calhar, começou como o «Estudo Acompanhado» e teve um arranque meio titubeante nos primeiros anos, mas está a crescer rapidamente e com uma enorme adesão por parte das famílias do nosso concelho.

Este ano não temos ainda dados definitivos devido a um período complementar de candidatura para os jovens que só foram colocados na 2.ª e 3.ª fase das candidaturas ao ensino superior. O assunto não está ainda fechado mas temos outro notável crescimento do número de candidatos, o que é um bom sinal.

O documento constante do Ponto 1.4 foi aprovado por unanimidade. (52/2023/AMAH).

1.5 – Regulamento que define as condições de acesso ao programa de apoio a projetos socioeducativos e pedagógicos «Escola para todos, todos na escola». Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Estamos a fundir dois documentos, um na área social para as escolas, outro na área do apoio pedagógico, o que resulta de cinco anos de aplicação do regulamento. Depois de uma reunião do Conselho Local de Educação em que esta proposta foi aprovada por unanimidade, chegámos à conclusão que, em vez de apresentarem duas candidaturas a dois programas separados, seria mais vantajosa para as escolas, a apresentação de uma única candidatura.

Mantém-se tudo igual do ponto de vista dos objetivos, havendo apenas esta fusão dos dois programas num só e alguma simplificação do ponto de vista da candidatura porque houve alterações legislativas nas escolas que fizeram desaparecer alguns dos programas que eram citados. Fundem-se os dois programas e adequa-se a própria candidatura à legislação enquadradora da atividade das escolas.

A senhora vereadora lembra que, anteriormente, apenas podiam concorrer os estabelecimentos de ensino público e a partir de agora passam a poder concorrer também os estabelecimentos de ensino particular e as escolas profissionais. Podem concorrer a este programa, todos os estabelecimentos de ensino com sede no concelho de Angra do Heroísmo e, num caso especial, também os da freguesia dos Biscoitos que, como sabem, pertence ao concelho da Praia da Vitória.

O regulamento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade. (53/2023/AMAH).

1.6 – Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo e estabelecimento de medidas preventivas - Canada da Luz e Rua Padre Joaquim Borges de Meneses. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 123.º, conjugada com a alínea b) do n.º 2 do artigo 133.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A de 16 de agosto.

Sr. presidente da Câmara – Peço a particular atenção da Assembleia para este ponto porque existe aqui alguma complicação e precisamos de estar bem conscientes do que vamos votar. Num dos casos trata-se da recuperação do edifício onde funcionou a PRIPAZ ali em São Bartolomeu, que está abandonado e vandalizado sem janelas e foi adquirido por um promotor privado que o quer transformar em apartamentos para habitação. Acontece que aquilo está zonado como uma atividade industrial e o edifício é neste momento um problema para a vizinhança devido ao abandono e ao vandalismo, por isso pretende-se suspender essa classificação do solo para permitir que o mesmo seja adaptado para habitação.

O outro caso de suspensão do PDM tem a ver com umas matas que existem entre São Carlos e a Canada da Luz. Há uma empresa privada que pretende investir ali na construção de um condomínio fechado com quarenta e quatro habitações, o que ajudará a diminuir a pressão sobre a habitação no concelho, portanto este investimento é muito bem-vindo.

A complicação que referi é que a validade da nossa aprovação depende de um parecer do Governo Regional, que ainda não foi dado. Como não podemos atrasar mais isto porque os promotores têm as suas razões e para evitarmos a realização de reuniões extraordinárias da Assembleia Municipal, proponho que esta suspensão seja aprovada condicionalmente, ou seja, apenas terá validade se chegar o parecer positivo do Governo Regional; não havendo parecer positivo, o assunto ficará sem efeito e será devidamente comunicado a esta Assembleia na nossa reunião de dezembro. Diz-me a senhora vereadora que o Governo solicitou mais informação mas ainda não temos o parecer final.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Como bem explicou o senhor presidente da Câmara e sem que a minha intervenção represente uma crítica, esta questão é um pouco cinzenta e às vezes é pena que não haja prazos para emitir pareceres. Se bem percebo, nada disto entra em vigor sem que chegue o parecer do Governo Regional e havendo uma transformação de zona rural em zona urbana, trata-se de uma alteração e não de uma suspensão do PDM, ainda por cima com o estabelecimento de medidas preventivas. Como conheço algumas medidas estabelecidas há trinta anos, que ainda são preventivas, peço ao senhor presidente da Câmara que clarifique melhor a situação.

Sr. presidente da Câmara – É a linguagem que está estabelecida no decreto legislativo regional que enquadra esta matéria. Na verdade, está-se a suspender nessa parcela, as normas que lhe são aplicáveis, clarificando que é apenas naquela zona e para aquele objetivo específico. Num caso, pretende-se construir quarenta e quatro apartamentos, no outro, o objetivo é transformar também em apartamentos, um edifício que já existe.

Esta suspensão tem medidas preventivas e é válida enquanto não for aprovado o novo PDM, o que esperamos que aconteça em poucos meses. Há aqui interesses de investidores privados, razão pela qual consideramos o assunto urgente, sob pena de perdermos duas boas possibilidades de investimento. Estamos a falar da criação de uma dúzia de apartamentos em São Bartolomeu, com a reabilitação de um edifício abandonado que está a incomodar a vizinhança, e de um investimento relativamente elevado num segmento de habitação que muito jeito dará ao nosso concelho.

Estamos a suspender a aplicação do PDM naquelas duas propriedades, daí a suspensão parcial, e há medidas preventivas para que sejam construídos aqueles apartamentos, ou nada acontece. Não é dada uma carta-branca porque estamos a indicar especificamente o objetivo desta suspensão.

Sr. d. m. André Castro – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Considerando que a suspensão parcial ou total do PDM se reveste de grande responsabilidade e exige rigor, estratégia e um grande planeamento, pergunto ao senhor presidente da Câmara se esta será a medida mais adequada e se tem conhecimento da ocorrência de alguma situação semelhante.

Sr. presidente da Câmara – Vem-me à ideia uma suspensão recente do PDM para a ampliação da Sociedade das Doze Ribeiras e é este o mecanismo legalmente estabelecido para a resolução deste tipo de conflitos. No continente, a suspensão do PDM é uma competência absoluta das assembleias municipais e aqui estamos nesta situação mitigada em que dependemos de um parecer que estamos a aguardar. Foram feitas todas as *démarches* e creio que a situação estará no bom sentido, mas hoje não temos o documento na mão, por isso esta suspensão é colocada com este caráter condicional.

Antes da revisão do PDM, este é o mecanismo que permite resolver questões pontuais como estas que são verdadeiramente importantes e de grande interesse para as respetivas freguesias e para o concelho em geral. Não faz muito sentido que a freguesia de São Bartolomeu continue com uma ruína e ao mesmo tempo se perca um investimento de cerca de 12 milhões de euros numa zona estratégica do ponto de vista do crescimento e da consolidação da malha urbana do nosso concelho.

Sr. d. m. André Castro – Os terrenos das Doze Ribeiras e de Santa Bárbara eram já terrenos urbanos e lembro que, na altura, as situações relativas à zona industrial e ao kartódromo não avançaram por serem considerados prédios rústicos, por isso julgo que isto não é assim tão simples apenas com a suspensão parcial do PDM.

Sr. presidente da Câmara – São assuntos totalmente diversos que tiveram os seus desfechos e não houve qualquer alteração do PDM. A obra do kartódromo está a ser executada neste momento e era preciso desafetar do domínio florestal, o que foi feito por um decreto legislativo regional. Não tem nada a ver com o ordenamento do território e sim, com a submissão daquele terreno ao regime florestal. Estamos em vias de adjudicar a construção do dito kartódromo e, na sequência dessa desafetação, nesse mesmo terreno está em fase final de construção, uma nova fábrica de lacticínios.

Quanto à suspensão parcial do PDM, é este o mecanismo legal existente que foi também usado nas Doze Ribeiras porque estava estabelecida para aquela zona, uma determinada densidade que era excedida. Sempre que queiramos ultrapassar uma regra num local qualquer do nosso território, é feita a suspensão parcial naquela área e aplicadas medidas preventivas para que se cumpra um determinado objetivo.

Ao suspendermos o PDM naquela mata em São Carlos, não quer dizer que se vá construir lá outra coisa qualquer; ou são construídos aqueles apartamentos ou não acontece

nada. O mesmo se passa em relação a São Bartolomeu em que apenas se pode adaptar aquele edifício a apartamentos. O que estamos a dizer é que esta regra se aplica a este fim específico e não fica qualquer buraco vazio no PDM. A notícia que recebi é que houve também essa compreensão da parte do Governo Regional e é apenas uma questão de tempo.

Para que fique tudo claro, é bom que esta Assembleia saiba que está a aprovar algo condicionado e a nossa deliberação ficará sem efeito se o parecer do Governo Regional for negativo.

Sr. d. m. Cesário Pamplona (presidente da J. F. de São Bartolomeu de Regatos) – Gostaria de esclarecer uma dúvida porque acho que ganhei uma parcela de terreno sem saber. Segundo os últimos censos que foram feitos há relativamente pouco tempo, a PRIMAZ não pertencia à freguesia de São Bartolomeu e nunca fiz limpeza até àquela zona porque nunca a reconheci como uma parcela de São Bartolomeu. Tenho todo o interesse que faça parte da freguesia porque poderão surgir mais algumas casas e habitantes mas, para que não haja qualquer conflito com a freguesia de São Mateus da Calheta, precisamos de ter a certeza que aquela parcela nos pertence.

Sr. presidente da Câmara – As fronteiras entre freguesias são uma prorrogativa da Assembleia Legislativa Regional e no nosso registo consta como pertencendo a São Bartolomeu. Se, tradicionalmente, sempre foi de São Mateus, ainda bem que assim é e não vamos discutir o assunto porque os senhores deputados regionais é que têm o poder de fixar limites de freguesias.

Apenas li o que consta neste texto porque a matriz refere São Bartolomeu, mas todos sabemos que os limites entre freguesias estão muito confusos e cheios de contradições e não queremos tirar nenhum bocado a uma freguesia para o dar a outra. Aquele lugar fica na Rua Joaquim Borges de Meneses e todos sabemos do que estamos a falar. Podemos esclarecer essa dúvida junto dos senhores deputados regionais, mas é um assunto que não podemos nem devemos resolver aqui.

O parecer da DRCPL (Direção Regional da Cooperação com o Poder Local) que aqui tenho indica o endereço com o código postal de São Bartolomeu mas não significa nada mais do que isto. Como sabem, há vários casos de sobreposição de freguesias e nós guiamo-nos pelas tradições. Se pertence a São Mateus, pois que seja de São Mateus. De uma freguesia ou de outra, o que importa é que serve o concelho de Angra.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o documento constante do Ponto 1.6 foi aprovado por maioria condicionalmente mediante o parecer do Governo Regional dos Açores, com 28 votos a favor (21 do PS e 7 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 5 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (54/2023/AMAH).

Sr. d. m. Carlos Costa Neves (numa declaração de voto) – O grupo municipal da Coligação está de acordo com a proposta de alteração da finalidade dos terrenos e do imóvel em São Bartolomeu e em São Mateus. Nada temos a opor mas não queremos criar precedentes de aprovações condicionadas. Pelas palavras que referi anteriormente, esta poderia ser uma exceção que benevolamente aceitaríamos, mas se entrarmos no campo das

aprovações condicionadas por não terem chegado os devidos pareceres, estaremos a pisar terrenos pantanosos.

Sr. d. m. Rogério Sousa (numa declaração de voto) – Quero deixar claro que voto favoravelmente esta proposta condicionada e já ouvi a bancada da Coligação dizer por diversas vezes que devemos acelerar os processos de construção de hotéis para aumentarmos a nossa capacidade de receber quem nos visita e favorecer quem investe na nossa cidade.

Pelo que entendi das explicações do senhor presidente da Câmara, ficou bem claro que esta condição depende apenas de um parecer tácito que, à partida será positivo, sendo necessário algum trabalho de avanço, que é exatamente o que estamos aqui a fazer.

Não acho que estejamos a abrir um precedente, mas sim uma exceção para captar investimento, resolvendo ao mesmo tempo alguns problemas de saúde pública. O meu filho de dezasseis anos tem amigos que moram ali perto do local onde era a PRIMAZ e um dos divertimentos de alguns miúdos da zona é entrarem a altas horas no edifício abandonado, tentando ludibriar o sistema de segurança ou qualquer elemento da segurança que lá esteja a trabalhar. Quanto mais depressa suspendermos o PDM e for feito aquele investimento, melhor será para o nosso concelho e para todos nós.

1.7 – Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo – 2023/2027. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Este documento visa dar enquadramento a um conjunto de políticas que o município tem em prática e algumas que pretende levar a cabo. Este plano resultou de um trabalho colaborativo com setenta instituições que apresentaram cerca de quarenta medidas que podem servir melhor o concelho do ponto de vista da colaboração que o município pode prestar a uma problemática que, infelizmente, tarda em desaparecer. O objetivo é termos um documento enquadrador e orientador das políticas de combate à pobreza no concelho.

Sr. d. m. César Medeiros – É de salutar a construção deste «Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo». O documento está muito bem delineado, é exaustivo e tem uma componente de enquadramento e caracterização de diferentes parâmetros de análise. Tive a preocupação de ler as 153 páginas e fiquei bastante contente pelo acesso a toda aquela informação.

Este plano foi aprovado por esta Assembleia e é de facto um passo importante da parte da Câmara Municipal para mitigar ou, se quisermos ser mais arrojados, eliminar a pobreza e as situações de maior vulnerabilidade social do nosso concelho. São, de facto, quarenta medidas distribuídas por vários eixos num plano que está alinhado com as estratégias, nacional e regional. Convida os parceiros locais a darem os seus contributos e experiências, identificando perfeitamente os velhos e os novos públicos vulneráveis, porque tudo está em mutação constante.

Manifesto mais uma vez a minha satisfação pela forma como este documento foi construído; demonstra muita credibilidade, responsabilidade e uma intenção de fazer

acontecer, organizando e sistematizando informação. Tive também a oportunidade de verificar que, muitas das medidas que nele constam, estão já implementadas e a acontecer no terreno, levadas a cabo por estas setenta organizações.

Este documento contém indicadores, mas são imprecisos e voláteis. Provavelmente não será o espaço certo, mas haverá certamente lugar à definição de metas, por isso gostaria de ouvir outras opiniões nesse sentido. Há que eliminar a pobreza dos públicos vulneráveis, por isso precisamos de saber o que melhorou, o que podemos fazer diferente e se está previsto um calendário de implementação. É verdade que está ali referido o período entre 2023 e 2027, um espaço temporal que é bastante longo, por isso gostaria de saber se a visão do executivo camarário vai no sentido de o implementar anualmente, de forma bianual ou se tem a duração de três anos.

Que fique bem claro que esta bancada da Coligação manifesta a sua satisfação por este documento que é importante e contribuirá para mitigar as situações de pobreza no concelho de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara – Fico satisfeito com as palavras simpáticas da bancada da Coligação. A primeira avaliação está prevista para o final de 2024 e a execução das metas dependerá de cada exercício orçamental porque é necessário alocar os recursos necessários. O que temos aqui são as medidas de orientação política e o seu esforço de execução tem uma componente orçamental que terá que ser considerada em cada exercício. Esta Assembleia terá que ter esta matéria em consideração em cada um dos anos seguintes quando aprovar o orçamento do nosso município.

Posto à votação, o Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo 2023/2027 foi aprovado por unanimidade. (55/2023/AMAH).

1.8 – Primeira Atualização à Estratégia Local de Habitação. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta primeira alteração resulta da experiência adquirida com as primeiras empreitadas que vos referi na parte da manhã. Detetou-se que o valor que tínhamos estimado para o investimento por m² de habitação estava claramente elevado, por isso foi possível fazer adjudicações bastante mais baixas.

Temos uma folga de 12 milhões de euros no programa, o que nos permitirá construir quarenta novas casas. Por não haver no mercado, casas disponíveis para arrendar, resolveu-se retirar o dinheiro que estava destinado ao arrendamento e subarrendamento e transferi-lo para a construção de novas habitações, juntamente com o que se poupou nas adjudicações. A alteração à Estratégia Local de Habitação é acrescentar a construção de quarenta novas habitações.

Num programa com esta magnitude financeira, teremos provavelmente mais alterações, adequando os resultados que se vão obtendo à medida que for havendo execução e vamos

lançar o programa porque tudo isto tem que ser feito com grande urgência dentro do período permitido pelo PRR.

Trouxemos o assunto a esta Assembleia tão depressa quanto soubemos e vamos tentar dar execução muito rapidamente porque as metas são muito curtas. O tempo urge e estamos numa situação muito complicada, mas vamos ver se conseguimos aplicar este dinheiro.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Pergunto ao senhor presidente da Câmara se essas quarenta casas farão parte de um bairro ou serão construídas em diversas freguesias.

Sr. presidente da Câmara – Não pretendemos criar nem acrescentar bairros. Existe um lote em Santa Luzia e três na Conceição e a nossa intenção é criar habitações, particularmente para gente mais nova, construindo em quatro locais diferentes onde o município tem sobras de terreno que podem ser utilizadas. Todos conhecem os preços que estão a ser praticados e os mais novos têm basicamente vedado o acesso à habitação, por isso vamos aproveitar esta oportunidade que nos surgiu nas poupanças que se fizeram.

Quero deixar mais uma vez bem patente perante esta Assembleia, o nosso grau de incerteza. Esta é uma aposta muito difícil de ganhar mas vamos fazer os possíveis. O prazo é muito curto para arrancarmos do zero mas vale a pena tentar. Já que o dinheiro existe, vamos tentar aplicá-lo bem.

Posta à votação, a Primeira Atualização à Estratégia Local de Habitação foi aprovada por unanimidade. (56/2023/AMAH).

1.9 – Carta Educativa de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Como sabem, as competências do nosso município em matéria de educação não são muitas. Estamos a atualizar a «Carta Educativa» face aos dados dos censos 2021, dado que a carta anterior estava construída com base nos resultados de 2011. Quando saíram os novos resultados encomendou-se um estudo demográfico aprofundado a uma entidade ligada à Universidade de Coimbra.

A parte mais importante desta «Carta Educativa» é a vertente demográfica. Este estudo tem um excecional valor, não apenas para a educação, como também para o planeamento económico, já que foi feito um estudo detalhado dos dados de cada uma das dezanove freguesias do nosso concelho que nos permite ter uma noção do envelhecimento da população, dos setores de atividade e das questões da pendularidade, estabelecendo também uma visão demográfica para um horizonte de, pelo menos três décadas para cada uma das nossas freguesias, admitindo que não aconteça nada que altere esta evolução.

Este trabalho demográfico pode ser explorado na área da saúde, da habitação, dos transportes coletivos, etc., um instrumento que ficará à disposição do município, do Governo Regional e de outras entidades, incluindo as de natureza académica que queiram estudar com profundidade a demografia do concelho.

Não conheço os outros, mas teremos provavelmente o melhor estudo demográfico que existe no arquipélago dos Açores. À semelhança do que fizemos com a versão anterior, o

município tenciona editá-lo separadamente em forma de livro para que possa ser estudado particularmente nas áreas sociais, o que acaba por ter uma relação direta com o que esta Assembleia aprovou na estratégia de luta contra a pobreza e nas áreas do envelhecimento e da saúde. A vertente educativa tem obviamente a sua importância mas o município de Angra do Heroísmo é apenas senhorio de umas quantas escolas e não será com certeza por aqui que alguma coisa vai mudar na educação do concelho.

Sr. d. m. Rogério Sousa – A intervenção do senhor presidente da Câmara acabou por esvaziar parte do que eu pretendia dizer. Na altura em que esta carta foi apresentada, fiz um trabalho de pesquisa acerca da forma como alguns municípios regionais e nacionais elaboram e entendem as suas próprias cartas educativas. Ao contrário do que acontece com os municípios dos Açores, os municípios do continente têm competências e uma intervenção direta nas escolas.

Como disse o senhor presidente da Câmara, esta é se calhar a melhor carta demográfica e de estudo já que, mais do que uma política educativa, faz uma análise demográfica com base nas questões da educação. Quero parabentear a Câmara pelo bom trabalho que foi feito e gostaria de conhecer a perspetiva do executivo no que diz respeito à população mais idosa, ou seja, o que poderemos fazer através da escolarização no sentido de combatermos a diminuição demográfica dos nossos alunos, que é natural, acontece no mundo inteiro e tem a ver com condições sociais, de saúde, etc.

Como portugueses, açorianos e terceirenses de gema que somos, temos muita dificuldade em aceitar a ideia da aprendizagem ao longo da vida. A atitude de muitos dos que têm um emprego e a sua vida «feita», é que já estudaram o que tinham que estudar e não há nada que a escola lhes possa dar.

Acredito que o futuro passa pela educação ao longo da vida em todas as faixas etárias para as populações ativas e em envelhecimento, uma forma de reduzirmos este absentismo escolar demográfico, porque estão a desaparecer alunos.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma ferramenta que permite olhar também para essa situação mas às vezes caímos num excessivo pessimismo em relação a estas questões demográficas.

O que está a acontecer entre nós não é diferente do que aconteceu em todo o mundo desenvolvido. Estamos a entrar no estágio final da chamada transição demográfica, que aqui entre nós se iniciou nos anos oitenta com a generalização dos métodos de controlo da natalidade e com o planeamento familiar, o que implica também algum grau de estabilização, por isso não creio que a nossa população vá continuar a cair até o infinito. Houve uma transição em que passámos de um determinado tipo de sociedade e de família para outro, mas estamos a entrar na fase final deste processo. É apenas isto que está a acontecer sem nada de excecional ou alarmante.

As questões que merecem alguma reflexão têm a ver com a fixação de jovens no nosso território. Não temos um problema demográfico de natalidade, o que temos é um problema de fixação de famílias jovens que possam dar sustentabilidade demográfica às nossas freguesias, o que nos conduz diretamente a uma questão já aqui várias vezes abordada que

tem a ver com a sustentabilidade económica. Sem empregos bem remunerados e estáveis, não há jovens que se queiram fixar no nosso território. Saibamos dar a volta por cima na área da economia, que a demografia seguirá naturalmente o seu caminho.

A questão que se coloca neste momento é como podemos atrair atividade económica para o concelho e encontrar empregos bem remunerados que deem aos jovens que completam o ensino superior, condições para que possam regressar à sua terra e aqui fazerem vida. Temos um razoável número de empregos na construção civil e noutras áreas menos especializadas e estamos a gerar muito pouco emprego nas áreas mais especializadas. De acordo com o que está também patente neste estudo, a verdade é que estamos a enviar para o ensino superior, mais do que a terça parte dos nossos jovens e ao longo da próxima década, chegaremos provavelmente aos 50 %.

Este sucesso que estamos a ter na vertente educativa é simultaneamente uma ameaça para a vertente demográfica. Se não criarmos os empregos que estes jovens esperam para o seu futuro, eles não se fixarão no nosso território, e quanto melhor for a sua formação académica e profissional, maior será a sua capacidade de empreendedorismo e de se fixarem noutros territórios onde a vida lhe sorria melhor.

O grande desafio é o desafio da economia que se coloca em todas as nossas freguesias. É interessante ver também neste estudo, que o nosso concelho está a tender para uma enorme homogeneidade. Ao contrário do que se possa imaginar, não há freguesias distantes mais envelhecidas e outras próximas e menos envelhecidas porque estão todas a convergir para um padrão comum da tal maturidade do fim da transição demográfica. É essa a grande conclusão que se tira daqui e torna urgente encontrar respostas na área económica. Não temos um problema de natalidade, o que temos é um problema de criação de emprego e de fixação de jovens no nosso território.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Senhor presidente da Câmara, também nós queremos distinguir a qualidade do trabalho e procurar que ele seja consequente. O nome «Carta Educativa» é um pouco equívoco mas admito que seja o que a lei permite, embora o documento acabe por ser muito mais rico do que uma carta educativa.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Como referiu o líder da minha bancada, esta «Carta Educativa» tem o mérito de estudar o concelho em termos demográficos. Estamos obviamente de acordo com esta mais-valia que, a par de outros instrumentos como o «Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social de Angra do Heroísmo», tem o mérito de interligar e interseccionalizar as competências no âmbito local e regional em prol da comunidade. Esta poderá ser também a altura de se avançar com o que foi aqui proposto o ano passado no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, ou seja, um projeto-piloto de valências de apoio à infância nas freguesias mais longínquas do centro urbano, à semelhança do que já existe noutros concelhos.

Posta à votação, a Carta Educativa de Angra do Heroísmo foi aprovada por unanimidade. (57/2023/AMAH).

1.10 – Pedidos de autorização de atualização extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços com duração plurianual, das empresas IBERLIM e SAMSIC PORTUGAL. Para autorização da Assembleia Municipal nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 54/2023 de 24 de fevereiro.

Sr. presidente da Câmara – Estas são as duas empresas que têm com o município, contratos de limpeza a longo prazo. No âmbito das questões relacionadas com a inflação e a atualização extraordinária do salário mínimo, saiu uma legislação especial que permite que estas empresas com uma determinada percentagem de salários mínimos, possam pedir uma atualização. Foram verificados os condicionalismos legais, por isso o município tem essa obrigação que acaba por ser uma compensação dada pelas entidades públicas face à imposição de aumentos extraordinários que alteraram as condições contratuais.

Os pedidos constantes do Ponto 1.10 foram autorizados por unanimidade. (58/2023/AMAH).

1.11 – Pedido da TERAMB, EM, tendo em vista a contração de um empréstimo a curto prazo com o objetivo de antecipação de receitas ou fundo de maneio da tesouraria até ao montante máximo de 450 000,00 € (quatrocentos e cinquenta mil euros) e com o prazo máximo até 31-12-2023. Para autorização da Assembleia Municipal conforme resulta do artigo 20.º, alínea e) dos estatutos da TERAMB.

Sr. presidente da Câmara – Apesar de a TERAMB se encontrar numa situação económica excelente já que vai a caminho de ter lucro este ano, tem no entanto problemas de tesouraria que resultam do facto de alguns clientes não estarem a pagar atempadamente as suas contas, o que obriga à tomada de algumas medidas.

Foi feito um conjunto de encomendas relacionadas com o atual quadro comunitário, que precisam de ser executadas de imediato e há pagamentos a fazer a fornecedores que não vão ficar à espera que os nossos clientes nos paguem. O objetivo é que a TERAMB resolva esta equação difícil até 31 de dezembro, pagando as despesas e fazendo os seus investimentos, sendo depois ressarcida pelos fundos comunitários.

O pedido constante do Ponto 1.11 foi autorizado por unanimidade. (59/2023/AMAH).

1.12 – TERAMB, EM - Relatório de Gestão de Contas relativo ao 1.º trimestre de 2023. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Lamentavelmente, a Assembleia recebeu este relatório tarde de mais porque estamos a entrar no último trimestre do ano e podemos fazer uma previsão bem mais avançada. Como há pouco afirmei, se não surgir nenhuma situação que venha perturbar o andamento da empresa, encaminhamo-nos para um resultado positivo na casa da centena de milhares de euros no final do ano. Estamos neste momento numa paragem técnica para substituição de alguns equipamentos, daí a necessidade do empréstimo

que consta no ponto anterior da Ordem de Trabalhos. Do ponto de vista do funcionamento, as coisas estão a correr manifestamente bem na TERAMB.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (60/2023/AMAH).

1.13 – Relatório Anual de Atividades e Avaliação de 2022, da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo). Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. d. m João Mateus (presidente da CPCJ de Angra do Heroísmo) – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Como indica o documento que foi distribuído aos senhores membros da Assembleia, o que vos posso dizer é que o número de processos tem vindo a aumentar de forma gradual em relação a 2021 e prevê-se um acréscimo também neste ano de 2023. Anteriormente a faixa etária mais problemática era a dos catorze, quinze e dezasseis anos e atualmente temos mais problemas com as crianças dos zero aos cinco anos.

Não nos tem sido fácil dar resposta a todas as situações com que nos deparamos mas tentamos fazer o possível com os recursos que temos e julgo que este ano será mais complicado do que o anterior. Como poderão verificar pelos gráficos do documento que vos foi distribuído, a situação agravou-se após o período da pandemia, tendo aumentado também as situações resultantes de violência doméstica.

O absentismo escolar reduziu de alguma forma mas os casos existentes são bastante complicados porque envolvem miúdos com necessidades especiais. As escolas não conseguem dar resposta a essas situações, assim como não têm oferta formativa para os jovens absentistas na faixa dos catorze, quinze e dezasseis anos de idade.

Um outro problema com que nos deparamos é a falta de resposta no âmbito da saúde mental ao nível da habitação, já que as residências de acolhimento não estão preparadas para receberem esses jovens, uma situação que muito nos aflige.

Resumindo, temos alcançado alguns sucessos, não tantos quanto gostaríamos, mas é o que temos conseguido fazer com os recursos de que dispomos. Fico ao dispor para quaisquer questões que me queiram colocar.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Agradeço a intervenção do senhor presidente da «Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo» e manifestar, da parte da bancada municipal da Coligação, uma admiração profunda por quem aceita exercer estes cargos.

Mais do que falar dos relatórios e das dificuldades por que passa a CPCJ, gostaria de assinalar que os seus membros lidam diariamente com problemas e questões com implicações sociais muito complicadas de resolver e fazem-no a título voluntário, ou seja, além do tempo que gastam, não têm qualquer benefício pelo trabalho que fazem em termos de carreira – aqueles que representam entidades – nem em qualquer outro termo. Sabemos que não é fácil tomar decisões em relação a uma criança abusada ou a respeito de um caso de

violência doméstica. Reconhecemos o trabalho delicado que é necessário fazer no apoio à criança, em muitos casos com consequências diretas na sua vida e na vida da sua família.

Estou certo que todos reconhecemos que o trabalho que é prestado à comunidade pelos membros destas comissões deveria ser qualificado de outra forma e com outras condições, nomeadamente ao jeito de alguma compensação a estas pessoas, porque isto só se faz por vocação. Deixo aqui esta afirmação e gostaria muito de contribuir para uma alteração do regime das comissões de proteção de crianças e jovens.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades e Avaliação de 2022, da CPCJ. (61/2023/AMAH).

1.14 – Comunicação da ERSARA (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores) respeitante à auditoria realizada à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Este documento é bastante positivo e significa que estamos muito bem no que diz respeito à gestão das águas e dos resíduos. Se me permitem, estou particularmente orgulhoso pela quantidade e excelente qualidade da água que temos. Há aqui melhorias e o nosso município não poderia estar melhor nesta vertente.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (62/2023/AMAH).

1.15 – Voto de Congratulação pelos 275 anos de presença açoriana em Santa Catarina. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara resolveu por unanimidade propor à Assembleia Municipal, este Voto de Congratulação que, afinal, não vai ter o destino que estava previsto. Quando o mesmo foi aprovado, contávamos com a visita do prefeito de Florianópolis mas um conjunto de questões infelizes impediram a sua vinda nesta altura. De qualquer modo, o voto faz todo o sentido porque Angra foi o porto de partida de uma boa parte das pessoas que foram povoar a ilha de Santa Catarina. A par de outros açorianos, foram essencialmente terceirenses que para lá foram e levaram muitas das nossas tradições, da nossa forma de ser e da nossa arquitetura. Olhando para o que lá está, reconhecemos imediatamente a nossa ligação histórica.

A Câmara Municipal propõe a aprovação deste Voto de Congratulação e que, na impossibilidade de o mesmo ser entregue em mão, seja remetido ao seu destinatário. Contudo, espero que tenhamos um encontro físico logo que possível.

O Voto de Congratulação constante do Ponto 1.15 foi aprovado por unanimidade. (63/2023/AMAH).

Sr. presidente da Câmara – Por uma questão de economia de tempo, proponho a discussão conjunta dos pontos 1.16, 1.17, 1.18 e 1.19 dado que se trata de votos vindos da Assembleia Legislativa Regional. A Câmara Municipal fez apenas de correio, remetendo para

conhecimento da Assembleia, os votos que recebeu do Parlamento Regional. Ficamos muito satisfeitos que a ALRAA tenha aprovado estes votos que vos estamos a comunicar.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa da Assembleia Municipal congratula-se com estes votos que chegaram à Câmara Municipal, enviados pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

1.16 – Ofício da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo um Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário do Sport Clube Barbarense. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (64/2023/AMAH).

1.17 – Ofício da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo um Voto de Congratulação a Vitória Costa Neves Dutra Goulart – Campeã Nacional de Juvenis em Judo. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (65/2023/AMAH).

1.18 – Ofício da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo um Voto de Congratulação pelos 50 Anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (66/2023/AMAH).

1.19 – Ofício da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo um Voto de Congratulação à Quinta do Martelo pela conquista do galardão "Green Key" pelo 17.º ano consecutivo. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (67/2023/AMAH).

1.20 – Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Graco da Cunha Gregório. Para aprovação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

Sr. presidente da Câmara – Estamos a prestar homenagem a alguém que teve um papel extremamente relevante na nossa comunidade como médico pioneiro em alguns tipos de terapia, que introduziu entre nós várias técnicas com resultados muito positivos, mas também como cidadão e político. Tenho que lhe prestar uma particular homenagem, já que ele foi o mandatário da candidatura nesta nossa última eleição. Estamos a falar de um cidadão extremamente prestimoso que teve um percurso notável na nossa comunidade e merece o respeito de todos nós. Nesse sentido, a Câmara propôs por unanimidade, este Voto de Congratulação que vos apresentamos. Convidamos-vos a juntarem-se a nós na memória deste homem que tão bem serviu a nossa terra.

Sr. presidente da Mesa – Foi deliberado na reunião da Conferência de Líderes que me caberia ler este voto:

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento de Álvaro Graco da Cunha Gregório (1936-2023).

«*Álvaro Graco da Cunha Gregório nasceu a 8 de setembro de 1936 em Santa Cruz da Graciosa tendo, aos dez anos de idade, vindo viver para a ilha Terceira onde concluiu os estudos liceais. Em janeiro de 1965 licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Ainda em Coimbra concluiu o curso de Climatologia e Hidrologia, tendo em vista trabalhar nas termas do Carapacho na Ilha Graciosa.*

Depois de concluir o serviço militar obrigatório, que incluiu uma comissão de serviço no Ultramar, trabalhou durante sete anos como médico na ilha Graciosa. Transferiu-se em 1977 para o Hospital de Angra do Heroísmo onde exerceu a sua atividade no Serviço de Medicina.

Enquanto aguardou a abertura, pela primeira vez no país, do concurso para o Internato de Medicina Interna, foi Delegado de Saúde do Concelho de Angra do Heroísmo e trabalhou no Serviço de Luta Anti-Tuberculosa (SLAT). Entretanto foi fazendo diferenciação em Imunoalergologia, tendo terminado o curso em Lisboa em 1984. Ingressou no Internato de Medicina Interna, cuja especialidade terminou em 1994.

Durante o seu percurso hospitalar foi diretor do Serviço de Medicina e presidente do Conselho de Administração do Hospital de Angra do Heroísmo.

Além de exercer a profissão no setor público, sempre manteve consultório privado e prestando serviço a diversas entidades, entre as quais a Força Aérea Portuguesa, a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e vários sindicatos e instituições similares.

Aposentou-se em 2004 após 39 anos de serviço público, tendo mantido a sua atividade médica com o seu consultório e prestando serviço a diversos sindicatos, no Centro de Oncologia dos Açores e também em algumas instituições de solidariedade social.

Deixou-nos no dia 28 de agosto aos 86 anos de idade, deixando para a posteridade as memórias de um homem bom que trabalhou com grande empenho em prol da comunidade, quer a nível profissional, quer pessoal.

Como humanista, Álvaro Graco da Cunha Gregório deixa-nos um legado de saber valorizar a condição humana, acima de tudo pelo seu caráter de generosidade, compaixão e preocupação em valorizar os atributos e realizações do outro.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em reunião realizada no dia 1-09-2023 e a Assembleia Municipal em sessão ordinária ocorrida no dia 29-09-2023, deliberaram aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Graco da Cunha Gregório e manifestar grande pesar e solidariedade para com a sua família e todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 29 de setembro de 2023.»

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Quero associar-me a este Voto de Pesar pelo falecimento do doutor Álvaro Gregório que nos vem da Câmara Municipal e prestar-lhe a minha homenagem porque, ao longo da vida e do exercício da sua atividade, agiu de forma a ganhar o respeito, a admiração e a consideração de todos nós e quem o conheceu, ficou marcado por ele. Porque tive a possibilidade de o conhecer em termos pessoais e no exercício da sua atividade, associo-me e associo expressamente o grupo municipal da Coligação a esta homenagem.

Sra. d. m. Marília Vargas – O grupo municipal do PS presta também a sua homenagem ao doutor Álvaro Gregório que foi um dirigente histórico do Partido Socialista, um médico exemplar e um amigo sempre disponível que, com um sorriso ímpar, estava sempre disposto a dar uma palavra de estímulo a quem precisasse. Apresentamos as nossas mais sinceras condolências à família, dizendo que o falecimento do doutor Álvaro Gregório é uma grande perda para a nossa ilha e para a nossa região.

O Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Graco da Cunha Gregório foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (68/2023/AMAH).

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Nomeação do presidente da Junta de Freguesia de São Bento, João Moniz, bem como do substituto, o presidente da Junta de Freguesia da vila de São Mateus da Calheta, Paulo Gomes, a fim de participar no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses no dia 30 de setembro no Seixal. Para ratificação do órgão deliberativo municipal.

Após votação por escrutínio secreto, a Assembleia Municipal ratificou com 34 votos a favor e 2 abstenções, o ato de nomeação dos autarcas supramencionados para o evento em causa. (69/2023/AMAH).

3 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

3.1 – Voto de Congratulação a Beatriz Castro pelos resultados alcançados na prática de Karaté. Para votação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Maria de Fátima Ferreira procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Beatriz Castro pelos resultados alcançados na prática de Karaté.

«A atleta Beatriz Castro iniciou a prática de Karaté em 2014 com cinco anos, no Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, que representa até hoje.

Ao longo da sua carreira desportiva teve um percurso sempre crescente ao nível da sua formação e da sua prestação competitiva. Desde cedo abraçou a vertente competitiva, tendo participado de forma regular e assídua em todas as competições locais, o que lhe conferiu lugares cimeiros no ranking da ilha Terceira em todas as épocas.

A nível regional, obteve classificações de pódio em todas as suas participações, tanto na disciplina de Kata como de Kumite. Atualmente é bicampeã regional na disciplina de Kumite nos anos de 2022 e 2023.

A nível nacional, além de diversos pódios em provas e torneios, sagrou-se por dois anos consecutivos vice-campeã na disciplina de Kumite em 2021 e 2022, tendo em 2023, alcançado o 3.º lugar individual, bem como o 2.º lugar em Kata e o 3.º lugar em Kumite por equipas.

Ao longo da época 2022/2023, a atleta foi convocada para a Seleção Regional que integrou a "Karate 1 – Youth League", prova da Federação Mundial de Karaté, tendo sido a primeira atleta açoriana a vencer uma eliminatória nesta importante competição internacional.

Em 2022/2023 a atleta obteve resultados relevantes, dos quais se destacam:

– 2.º Lugar no Open Internacional de Cascais (Kumite);
– 2.º Lugar no Open Internacional de Lisboa (Kumite);
– 2.º Lugar no Campeonato Nacional de Clubes (Kata);
– 3.º Lugar no Campeonato Nacional de Clubes (Kumit);
– 3.º Lugar no Campeonato Regional (Kata);
– 1.º Lugar no Campeonato Regional (Kumite);
– 3.º Lugar no 1.º Open de Odivelas (Kumite);
– 2.º Lugar na Taça Nacional CPK (Kata);
– 3.º Lugar na Taça Nacional CPK (kumite);
– 3.º Lugar no Campeonato Nacional (Kumite);
– 1.º Lugar no Ranking da Ilha Terceira (Kumite);
– 3.º Lugar no Ranking da ilha Terceira (Kata).

Pelo conjunto de resultados apresentados, dos quais se destaca o facto de ter sido por duas vezes vice-campeã nacional em 2021 e 2022 e medalha de bronze em 2023 na disciplina de Kumite no Campeonato Nacional organizado pela Federação Nacional de Karaté - Portugal, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal, nos termos regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Congratulação.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 29 de setembro de 2023.»

O Voto de Congratulação a Beatriz Castro foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (70/2023/AMAH).

3.2 – Voto de Congratulação a Mariana Fernandes pelos resultados alcançados na prática de Karaté. Para votação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Valdeci Purim procedeu à leitura do voto em epígrafe.

<u>VOTO DE CONGRATULAÇÃO</u>:

A Mariana Fernandes pelos resultados alcançados na prática de Karaté.

«*A atleta Mariana Fernandes iniciou a prática de Karaté em 2015 com cinco anos de idade no Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, que representa até hoje, sempre com orientação do Sensei João Guiod de Castro. O seu percurso desportivo foi consistentemente pautado por boas prestações, tendo participado todas as épocas desde o início do seu percurso desportivo no Campeonato da Ilha Terceira com pódios cimeiros em 2017, 1019, 2020, 2021 e 2022.*

A nível regional obteve o primeiro pódio em 2018 com o 3.º lugar na disciplina de Kata no Campeonato Regional dos Açores, melhorando os seus resultados em 2021 e 2022 em que foi bicampeã regional na disciplina de Kumite e na disciplina de Kata.

A nível nacional, além de diversos pódios em provas e torneios, sagrou-se vice-campeã nacional na disciplina de Kumite no ano de 2021.

A evolução humana, social e desportiva de Mariana Fernandes culminou na época de 2022/2023 em que conseguiu concretizar a sua melhor época desportiva, alcançando resultados relevantes que justificaram que tivesse sido reconhecida pelo "Conselho Açoriano para o Desporto de Alto Rendimento" como "Jovem Talento Regional", estatuto que ostentará na presente época desportiva 2023/2024.

Ao longo da época 2022/2023, a atleta destacou-se a nível nacional e internacional, tendo sido convocada para a Seleção Regional de Karaté, representando-a em provas nacionais e internacionais.

Em 2022/2023 a atleta obteve resultados relevantes, dos quais se destacam:

– 1.º Lugar na disciplina de Kumite +50kg no "I Open Internacional de Karaté de Odivelas";

– 2.º Lugar na disciplina de Kumite +50 kg no "Torneio Juvenil de Valongo";

– 2.º Lugar na disciplina de Kumite +50kg e 3.º lugar na disciplina de Kata na "Taça Nacional do Centro Português de Karaté";

– 2.º Lugar na disciplina de Kumite e 3.º lugar na disciplina de Kata no "Campeonato Nacional de Clube"s (em conjunto com as colegas Beatriz Castro e Inês Barbosa);

– 3.º Lugar na disciplina de Kumite +55kg categoria de Juvenil no "Campeonato Nacional de Karaté".

A evolução patenteada e os resultados obtidos justificaram a estreia em provas internacionais, tendo participado na prova "Karaté 1 – Youth League WKF" na Corunha, representando a Seleção dos Açores de Karaté no mês de Abril de 2023.

Pelo conjunto de resultados apresentados, nos quais se destaca a conquista da medalha de bronze na disciplina de Kumite no "Campeonato Nacional de Karaté" organizado pela Federação Nacional de Karaté Portugal, os grupos municipais do Partido Socialista e da coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal, nos termos regimentais aplicáveis, a aprovação deste voto de congratulação.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 29 de setembro de 2023.»

O Voto de Congratulação a Mariana Fernandes foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (71/2023/AMAH).

3.3 – Voto de Congratulação a Vitória Costa Neves Dutra Goulart pelo título de Campeã Nacional de Judo de Juvenis. Para votação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

A senhora d. m. Luísa Barcelos procedeu à leitura do Voto de Congratulação em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Vitória Goulart – Campeã Nacional de Judo na categoria de Juvenis -52kg.

«*A jovem terceirense Vitória Costa Neves Dutra Goulart sagrou-se campeã nacional de Judo na categoria de Juvenis -52 kg entre 23 participantes da mesma categoria, na competição decorrida no primeiro fim de semana do mês de junho no Seixal.*

Após quatro lutas vitoriosas, a final da competição, que durou cerca de 1 minuto e meio, validou o título de campeã nacional à judoca da ilha Terceira. Vitória Goulart integrou a comitiva açoriana pelo Clube de Judo da Ribeira Grande que também se sagrou Campeão de Portugal de equipas no escalão de Juvenis Femininos de Judo, entre as dez equipas que se apresentaram em competição, num salutar e enriquecedor momento desportivo do mais alto nível nacional.

Com apenas 13 anos de idade, a agora campeã nacional Vitória Goulart iniciou o seu percurso no Judo aos 8 anos de idade no Judo Clube de São Carlos, tendo como treinadora Rute Meireles e onde desenvolveu a aptidão e o gosto pela prática desportiva entre setembro de 2017 e finais de 2022. Desde o início de 2023, a judoca tem continuado a sua atividade desportiva no Clube Escolar Jeronimus D'Angra, na Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade em Angra do Heroísmo.

Mantendo a treinadora com que iniciou este percurso, em 5 anos de prática desportiva da modalidade de Judo, Vitória Goulart conta com um palmarés auspicioso nas várias competições em que se tem apresentado, particularmente a partir do ano de 2022:

– Conquistou o primeiro lugar no "Open Coimbra" na categoria de Juvenis -44kg em fevereiro de 2022;

– Conquistou o primeiro lugar no" Open Almada" na categoria de Juvenis -44kg em março de 2022;

– Conquistou o primeiro lugar da "III Taça do Município de Cuba" na categoria de Juvenis -44kg em abril de 2022;

– Conquistou o primeiro lugar no" Campeonato Regional de Judo" na categoria de Juvenis -48kg em maio de 2022;

– Conquistou o primeiro lugar no" Open da Ilha Terceira" na categoria de Juvenis -44kg em julho de 2022;

– Conquistou o terceiro lugar de equipas, integrando o Clube de Judo da Ribeira Grande no "Campeonato Nacional de Judo de Juvenis" em outubro de 2022;

– Conquistou o primeiro lugar na competição do 22.º aniversário do Judo Clube Pragal/Almada na categoria de Juvenis -48kg em fevereiro de 2022.

Em abril e maio deste ano de 2023 venceu o primeiro lugar do "Open Clube Escolar Jeronimus D'Angra" na categoria de -48kg e venceu o primeiro lugar do "Open Internacional da Madeira" na categoria de -48kg, assim como venceu o primeiro lugar na "Liga Juvenil do Porto" na categoria de -52kg.

Este histórico repleto de participações meritórias e vitoriosas da atleta terceirense é fruto de uma disciplina e empenho inexcedíveis, de um treino diário e constante, de um apoio e retaguarda relevantes por parte dos colegas, da treinadora e dos seus familiares.

Neste momento, o título de campeã nacional abre novas oportunidades e perspetivas de mais competições e mais sucessos na modalidade do Judo a Vitória Goulart, como seja, a recente chamada à Seleção Nacional, que trarão novos motivos para orgulho por esta atleta e pela aposta desta prática desportiva nos Açores em geral e na ilha Terceira em particular.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os grupos municipais da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e do Partido Socialista, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária de 29 de setembro de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Vitória Goulart pela vitória no "Campeonato Nacional de Judo de Juvenis" na categoria de -52kg.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao Clube Escolar Jeronimus D'Angra, à Direção Regional do Desporto e à família da atleta.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 29 de setembro de 2023.»

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Apenas para assinalar que voto nesta atleta todos os dias mas hoje não vou votar. É como se não estivesse na sala.

O Voto de Congratulação a Vitória Goulart foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (72/2023/AMAH).

O Senhor deputado municipal Carlos Costa Neves ausentou-se da reunião no momento da discussão e votação em virtude de se encontrar impedido nos termos do artigo 69.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo).

3.4 – Voto de Pesar pelo falecimento do Diácono Martins do Carmo. Para votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto.

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento do Diácono Martins do Carmo.

«*Faleceu no passado mês de julho aos 80 anos de idade, o Diácono Martins do Carmo, em resultado de um acidente de viação que vitimou também a sua esposa.*

Luís Rafael Martins do Carmo, natural de Santa Luzia na ilha Terceira, dedicou a sua vida à Igreja, tendo sido investido como Diácono Assistente em 1990 e tendo privado com o Papa João Paulo II aquando da sua visita aos Açores no verão de 1991.

Martins do Carmo foi presidente do Secretariado Diocesano de Leigos e Diácono Auxiliar nas freguesias de São Bento, Porto Judeu e Santa Luzia em Angra do Heroísmo. Teve também

a seu cargo a Celebração da Palavra na Sé Catedral de Angra durante muitos anos, onde colaborou como catequista. Foi também Pároco Coadjutor das freguesias do Porto Judeu e de São Bento.

Foi o primeiro Diácono Permanente dos Açores, tendo-se também tornado no mais antigo Diácono Permanente em funções na Diocese de Angra, completando mais de 25 anos ao serviço da Igreja.

Bancário de profissão, foi também professor de História da Igreja, Patrologia e Latim no Seminário durante vários anos.

Foi colaborador do jornal "A União" e tornou-se uma voz conhecida na rádio, mais propriamente na Rádio Clube de Angra, principalmente nos comentários da missa difundida semanalmente a partir da Sé de Angra; foi também responsável pelas reportagens da cimeira entre Nixon e Pompidou em 1971 e do sismo de 1980.

Só uma paixão por aquela que viria a ser a sua esposa e companheira de vida – num amor que nem a morte separou – o afastou do sacerdócio a tempo inteiro. Casado, com filhos e netos, Luís Rafael Martins do Carmo foi um comunicador nato, um verdadeiro contador de histórias, um homem de fé e de cultura reconhecido por todos quantos com ele privaram ao longo da sua vida.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e do Partido Socialista, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária de 29 de setembro de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Diácono Martins do Carmo.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Diocese de Angra, à Assembleia de Freguesia de Santa Luzia e à sua família.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 29 de setembro de 2023.»

O Voto de Pesar pelo falecimento do Diácono Martins do Carmo foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (73/2023/AMAH).

3.5 – Voto de Pesar pelas consequências do terramoto ocorrido em Marraquexe, cidade que, com Angra do Heroísmo, integra o Comissariado das Regiões da Europa do Sul e Mediterrâneo da OCPM (Organização das Cidades Património Mundial). Para aprovação pela Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Mesa – Por deliberação na reunião da Conferência de Líderes e na sequência de uma mensagem enviada pelo senhor presidente da Câmara em nome do executivo às entidades oficiais, ficou deliberado que a Assembleia Municipal se associaria a este Voto de Pesar e me caberia lê-lo:

VOTO DE PESAR:

Pelas consequências do terramoto ocorrido em Marraquexe.

«*No passado dia 8 de setembro, um violento sismo com a escala de magnitude de momento de 6.8, antiga escala de Richter, assolou Marraquexe-Safim e regiões vizinhas em*

Marrocos. Os danos causados foram amplamente divulgados pelos meios de comunicação social nacionais e internacionais, destacando-se sobretudo, a lastimável perda de cerca de 3000 vidas humanas, a destruição maciça de casas, bens pessoais e infraestruturas essenciais, nomeadamente hospitais.

Associa-se a destruição de infraestruturas e monumentos pertencentes ao património da UNESCO. Segundo declarações oficiais de dirigentes do referido organismo, e cito: "A destruição é maior do que o esperado e constitui um desafio a longo prazo que exigirá um grande esforço na sua reconstrução e preservação."

Estamos perante uma catástrofe natural que, além da tragédia causada em seres humanos e no património edificado, acarreta um impacto imensurável a nível loco-regional.

Marraquexe, uma das zonas mais devastadas, e a cidade de Angra de Heroísmo pertencem à Organização de Cidades Património Mundial da Europa do Sul e Mediterrâneo.

Assim, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária no dia 29 de setembro de 2023, associa-se ao Voto de Pesar aprovado pela Câmara Municipal e, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um Voto de Pesar pelas nefastas consequências do terramoto ocorrido, pretendendo demonstrar a nossa solidariedade e disponibilidade para ajudar e incentivar a reconstrução e a reabilitação, que desejamos seja rápida e eficaz.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao senhor embaixador de Marrocos em Portugal, bem como à senhora presidente da Câmara de Marraquexe, Fatima Ezzahra El Mansouri.

– Grupo municipal da coligação (PPD/PSD – CDS/PP – PPM).
– Grupo municipal do Partido Socialista.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 29 de setembro de 2023.»

Sr. presidente da Câmara – Marraquexe tem tido uma relação muito próxima de colaboração com Angra do Heroísmo e tal como nós, integra o Comissariado da Região da Europa do Sul e Mediterrâneo da Organização das Cidades Património Mundial. Lembro que esteve muito recentemente entre nós, o diretor do património da cidade de Marraquexe, com a qual temos uma colaboração estreita e profícua.

É com muita pena nossa que vemos uma cidade que, assim como Angra, está a fazer um enorme esforço no sentido de recuperar o seu património e de repente acontece uma tragédia destas. É de lamentar que se tenha perdido muito do trabalho que se fez e muito mais precisa agora de ser feito.

Os desafios que se colocam a Marraquexe são muito semelhantes aos que a nossa cidade enfrentou na sequência do sismo de 1980. Há um caminho difícil e doloroso a percorrer, o mesmo que Angra enfrentou e continua a enfrentar 43 anos depois porque ainda estamos a recuperar património.

Os danos são imensos em Marraquexe, uma cidade pertencente a um país com menos recursos do que o nosso, mas os estragos são também enormes na vertente monumental. Todos vimos fotografias de edifícios marcantes da cidade que estão completamente

arruinados, por isso acho que Angra tem a obrigação de manifestar a sua solidariedade, enviando uma mensagem de esperança. O caminho será difícil mas consegue-se lá chegar. Há um trabalho conjunto que teremos que fazer no Secretariado do Mediterrâneo e Europa do Sul no sentido de, tanto quanto possível, ajudar Marraquexe a encontrar o seu caminho nestes tempos difíceis.

A Organização das Cidades Patrimonial Mundial junta a nível mundial, todas as cidades que estão inscritas na lista do património mundial e está organizada regionalmente, ou seja, existem áreas do mundo onde são criados os secretariados e um conjunto de cidades, entre as quais está Angra do Heroísmo, que assumem a gestão local. Juntamente com Marraquexe, nós pertencemos ao secretariado que gere o sul da Europa e o Mediterrâneo.

Fica aqui da parte da Câmara, a nossa manifestação de solidariedade e o desejo que Marraquexe consiga ultrapassar rapidamente os tempos difíceis que está a viver e que o património extraordinário que lá existe, seja rapidamente recuperado para o seu estado original.

O Voto de Pesar pelas consequências do terramoto ocorrido em Marraquexe foi aprovado por unanimidade. (74/2023/AMAH).

4. – Carta aberta em defesa das juntas de freguesia e das instituições da ilha Terceira. Para debate da Assembleia Municipal.

Sra. d. m. Mónica Rocha – Dirigimo-nos a esta Assembleia com o objetivo de apresentar as nossas preocupações e constrangimentos enquanto autarcas da ilha Terceira. Num esforço conjunto, apelamos a que nos ajudem a promover uma reflexão saudável e promissora em torno de várias temáticas e áreas que afetam as nossas instituições, as diversas forças vivas das nossas freguesias e, acima de tudo, as nossas comunidades, o nosso povo. Povo que votou e deposita em nós a confiança para encontrarmos soluções para as suas necessidades, que confia em nós e espera que tudo façamos para superar as suas expectativas.

Este é um dos instrumentos que temos ao nosso dispor para transmitir, dar a conhecer e, em muitos casos, reforçar sem receios o que nos preocupa e o que nos impede de ter uma melhor ação, de fazer um melhor trabalho. Muitas destas nossas preocupações são transversais aos dois concelhos e outras não são certamente, tendo em conta que o município de Angra do Heroísmo, na pessoa do seu presidente e do executivo camarário, já sanou diversas destas necessidades, mas mostramo-nos solidários com os constrangimentos ainda vividos pelos colegas autarcas do concelho da Praia da Vitória na procura de mais e melhores mecanismos de apoio.

Acreditamos que, com o esforço de todos, assumindo cada um, as suas responsabilidades e indo ao limite dos seus recursos e competências, poderemos encontrar, construir e propor soluções para melhor servir a ilha Terceira. Assim sendo, apontamos quatro fatores que sentimos como os maiores constrangimentos para as juntas de freguesia e para as instituições socioculturais, desportivas e religiosas. São eles:

– O excesso de burocracia aplicada às juntas de freguesia de tão reduzida dimensão e com tão parcos recursos humanos e financeiros.

– A reduzida capacidade financeira das juntas de freguesia perante o imenso volume de solicitações a que procuram responder.

– O excesso de logística e burocracia que são exigidas às comissões e instituições, bem como as avultadas despesas de funcionamento.

– A necessidade de incentivos à captação de voluntários para as coletividades.

Ao debruçarmo-nos sobre os mesmos, apresentamos de uma forma resumida algumas das medidas ou soluções que compõem o documento.

É da opinião geral que a recém-criada Direção Regional de Cooperação com o Poder Local poderia exponenciar o seu campo de ação, aproveitando o manancial imenso de mecanismos e instrumentos que poderá criar ou melhorar em prol de um poder local mais capacitado e eficaz.

Seria importante que a mesma direção regional procurasse apoiar, reforçando o seu gabinete na vertente de apoio jurídico, criando documentos em minutas que fossem facilmente completados pelas juntas de freguesia e apoiasse também na produção de documentação formal que lhes é exigida como, por exemplo, a «Norma de Controlo Interno» e o «Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção», e ao nível do cumprimento de determinadas imposições legais como, por exemplo, a proteção de dados, entre outras.

Consideramos importante que, parte ou a totalidade do IVA gasto pelas juntas de freguesia, lhes seja reembolsado no final do ano fiscal a fim de ser reinvestido nas suas normais atividades.

Sugere-se que os montantes transferidos no âmbito da delegação de competências entre as juntas de freguesia e as câmaras municipais não dependa dos montantes negociados entre essas autarquias e seja indexado a nível superior a partir dos valores que as câmaras municipais recebem do Estado para a execução dessas tarefas. Tendo em conta o aumento de solicitações, responsabilidades e delegações de competências, este recurso financeiro é fundamental para que se possa continuar a servir mais e melhor as nossas comunidades.

É um facto que as juntas de freguesia, com os parcos recursos financeiros que dispõem, não conseguem candidatar-se aos vários programas de emprego que existem, bem como dificilmente conseguem integrar de forma permanente e a seu custo, colaboradores. Assim, seria fundamental à manutenção das suas mais elementares atividades, que o Governo Regional dos Açores criasse uma modalidade de programa ocupacional especificamente direcionado às autarquias locais, assegurando, por exemplo, o recrutamento de cidadãos de baixa empregabilidade de faixas etárias mais baixas e por períodos temporais bem mais longos que os atualmente permitidos, reforçando por conseguinte, os quadros de pessoal das juntas que, de outra forma, não é possível. Esta sugestão advém da consciência cimentada pela ampla experiência no terreno de que, com estas alterações, conseguimos promover uma melhor integração laboral de todos estes cidadãos, podendo os mesmos, com um emprego de maior duração, construir um projeto de vida mais estável.

Os documentos de contabilidade que são exigidos às instituições, as quais operam com orçamentos reduzidos e em regime de voluntariado por parte dos seus sócios ou membros diretivos, são exatamente os mesmos que se aplicam às empresas. Isto é mais um fator que desincentiva os cidadãos a aceitarem pertencer a estes órgãos o que, não só põe em causa o

futuro dessas instituições, como lança uma nuvem negra sobre a preservação futura das nossas mais distintas tradições. Assim, seria importante a criação e disponibilização de documentos uniformizados segundo os pressupostos legais devidamente atualizados às alterações mais recentes.

Seria fundamental também que as candidaturas a apoios culturais do Governo Regional apresentadas por dada comissão – que geralmente desenvolve um mandato de apenas um ano – fossem analisadas e deliberadas no ano em que são apresentadas e os apoios fossem concedidos preferencialmente nesse mesmo ano. Temos como exemplos, o SOREFIL e o RJAAC, já referidos aqui hoje.

Os valores requeridos às instituições, por exemplo às sociedades filarmónicas, ao nível dos direitos de autor e da PassMúsica, são algo excessivo e totalmente desproporcional face à realidade desses organismos e às imensas dificuldades financeiras que atravessam, algo que não só as onera imenso, como constitui um fator de repulsa a que os voluntários assumam as comissões.

Roga-se para que seja considerada a hipótese da criação de uma tarifa social de eletricidade aplicada aos vários organismos socioculturais, desportivos e religiosos, como forma de reduzir uma despesa que, em muitos casos, constitui um enorme estrangulamento à normal atividade destas instituições.

Considera-se também como justa e necessária, a criação de uma modalidade de combustível mais barato, bem como a isenção no que, ao pagamento do Imposto Único de Circulação diz respeito.

Apela-se a que se facilite sobremaneira a obtenção da declaração de utilidade pública por parte das várias instituições sem fins lucrativos existentes na ilha Terceira com vista aos respetivos processos conducentes, por exemplo, à isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sugere-se que, aquando da realização da declaração de impostos, os 0,5 % daquele valor que podem ser consignados a determinado tipo de instituições, qualquer cidadão que legalmente integre a direção ou comissão de uma associação ou instituição cultural, possa consignar esse montante de 0,5 % do IRS a si próprio.

Voltamos a reiterar que urge refletir e debater de forma saudável e construtiva sobre tudo o que acima referimos, apresentando por ventura outras soluções que enriqueçam este documento e nos ajudem a prestar um melhor serviço. Estamos convictos de que, apesar dos desafios do presente e do futuro, juntos poderemos sair mais capazes e mais fortes a bem da ilha Terceira e de todos os terceirenses.

Porque agora sabemos o que foi dito aqui nesta Assembleia, temos a dizer que lamentamos profundamente que, para o grupo municipal do PPD/PSD – CDS-PP – PPM e para os presidentes de juntas de freguesia do PSD, «este documento não tem ponta por onde se lhe pegue e é vergonhoso».

Pois bem, dizemos bem alto e em bom som que a única opinião que conta para nós é a do povo e a das gentes das nossas freguesias e estas vão saber quem, mal ou bem, defendeu os seus interesses. Quem, mal ou bem, tentou fazer chegar mais longe as suas necessidades. Quem, mal ou bem, foi mais longe sem medos ou receios e assumiu tudo o que aqui

apresentamos. Saberá por fim, mesmo perante todas as tentativas de boicote, quem é que persistiu. Acreditamos que a memória não será curta e a história dirá quem deve ter realmente vergonha.

Carta Aberta em defesa das Juntas de Freguesia e das Instituições da Ilha Terceira

Preâmbulo

O presente documento surge na sequência de uma série de constatações óbvias face aos preocupantes processos de complexificação, de burocratização e de encarecimento das mais elementares atividades desenvolvidas, quer pelos autarcas locais, quer pelos milhares de voluntários que constituem as centenas de instituições desta ilha (ex. Sociedades Filarmónicas, Casas do Povo, Comissões de Festas, Comissões Fabriqueiras das Igrejas, Irmandades dos Impérios, Grupos Desportivos, etc.), as quais são o principal garante da preservação das nossas mais genuínas tradições.

Às dificuldades acima aludidas, acrescenta-se toda uma série de outras que se prevê venham a constituir, num horizonte muito próximo, uma séria ameaça à continuidade da atividade da esmagadora maioria das referidas instituições e Juntas de Freguesia, a começar, precisamente, na mais que provável incapacidade de recrutamento de cidadãos disponíveis, quer para incorporar as respetivas direções, quer para formalizar candidaturas a Juntas de Freguesia.

Mais, o quase certo términus do adicional ao Fundo de Financiamento de Freguesias, as recentes e continuadas subidas das taxas de juro pelo Banco Central Europeu e a crise inflacionista que persiste, são realidades cujo impacto nefasto sobre as Juntas de Freguesia e sobre as instituições, e consequentemente sobre muitas das nossas manifestações religiosas, culturais, sociais e desportivas, urge minimizar.

Nesse sentido, as várias Juntas de Freguesia da Ilha Terceira, enquanto entidades próximas das localidades e das suas populações e, como tal, perfeitamente conscientes da gravidade deste assunto, entendem como premente a elaboração de um conjunto de reivindicações dirigidas a várias entidades, nomeadamente: Governo Regional dos Açores, Assembleia Regional da Região Autónoma dos Açores e deputados que a compõe, Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória e suas Assembleias Municipais, Conselho de Ilha da Terceira e ANAFRE.

De referir que, muitas destas nossas preocupações são transversais aos dois concelhos, outras não são certamente, tendo em conta que o Município de Angra do Heroísmo, na pessoa do seu presidente e executivo camarário, já sanou diversas destas necessidades, mas mostramo-nos solidários com os constrangimentos ainda vividos pelos colegas autarcas do concelho da Praia da Vitória na procura de mais e melhores mecanismos de apoios.

A bem da Terceira, a bem dos terceirenses…!

I – JUNTAS DE FREGUESIA

1. Excesso de burocracia aplicada a Juntas de tão reduzida dimensão e com tão parcos recursos (quer humanos, quer financeiros):

a) A lei não tem em conta a reduzida dimensão das Juntas, a sua incapacidade técnica, nem tampouco o facto de os elementos das Juntas serem voluntários que têm uma ocupação profissional raras vezes compatível com as burocracias e pressupostos técnicos que a lei exige atualmente às Juntas. Para nós este é um fator que promove disparidades e desigualdade;

b) Os documentos de contabilidade que são exigidos às nossas Juntas de Freguesia (ex. requisições, cabimentos, compromissos, faturas, recibos, dezenas e dezenas de mapas quando da prestação de contas, etc.) que operam com orçamentos frequentemente inferiores a cem mil euros) são exatamente os mesmos que se aplicam às grandes Juntas de Freguesia (por exemplo, da Área Metropolitana de Lisboa) ou mesmo às grandes empresas;

c) É da opinião geral, por parte das Juntas de Freguesia, que a recém-criada Direção Regional de Cooperação com o Poder Local (DRCPL) poderia exponenciar o seu campo de ação, aproveitando o manancial imenso de mecanismo e instrumentos que poderá criar ou melhorar em prol de um poder local mais capacitado e mais eficaz. Será, pois, fundamental, aproximar a DRCPL às Juntas e ao terreno em que estas operam em benefício de ambos;

d) Seria Importante que a mesma Direção Regional procurasse apoiar as Juntas reforçando o seu gabinete na vertente de apoio jurídico, (ex. criando documentos em minutas facilmente completados pelas Juntas), apoiasse na

produção de documentação formal que lhes é exigida, (ex. Norma de Controlo Interno, Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção) e mesmo ao nível do cumprimento de determinadas imposições legais (ex. proteção de dados), etc.;

e) Seria de extrema utilidade que, se possível, se afetasse a cada Junta de Freguesia, um técnico administrativo capacitado em serviços de natureza burocrática no âmbito das que atualmente são exigidas às Juntas de Freguesia;

f) Consideramos que a atribuição do estatuto de meio-tempo aos presidentes de Junta de Freguesia (mesmo das autarquias menos populosas) constituiu um "presente envenenado" na medida em que o acréscimo de cerca de € 340/mês se vem a traduzir, no ano posterior – aquando dos acertos referentes ao IRS – em perdas que, nalguns casos, ultrapassam os € 2000 anuais. Entende-se como premente a revisão desse estatuto, sugerindo-se que o valor auferido passe a ser considerado como "gratificação" e, como tal, isento do pagamento de IRS; seria assim importante que a ANAFRE pudesse interceder neste sentido junto das entidades competentes nesta matéria.

2. Reduzida capacidade financeira das Juntas de Freguesia perante o imenso volume de solicitações a que procuram responder:

a) Consideramos importante que, parte ou a totalidade do IVA gasto pelas Juntas de Freguesia, lhes seja reembolsado (ex. no final do ano fiscal após apuramento do quanto essas autarquias dispensaram com esse imposto);

b) Sugere-se que os montantes transferidos no âmbito da delegação de competências entre as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais não dependam dos montantes negociados entre essas autarquias, mas que sejam indexados, a nível superior, a partir dos valores que as Câmaras Municipais recebem do Estado para a execução dessas tarefas e que esse processo seja automático, isto é, transferido diretamente do Estado para as Juntas de Freguesia. Tendo em conta o aumento de solicitações, responsabilidades e delegações de competências, este recurso financeiro é fundamental para que se possa continuar a servir mais e melhor as nossas comunidades;

c) É um facto que as juntas, com os parcos recursos financeiros que dispõem, não

conseguem candidatar-se aos vários programas de emprego que existem, bem como dificilmente conseguem integrar de forma permanente e a seu custo, colaboradores. Assim, seria fundamental à manutenção das suas mais elementares atividades, que o Governo Regional dos Açores criasse uma modalidade de Programa Ocupacional especificamente direcionado às autarquias locais, assegurando, por exemplo, o recrutamento de cidadãos de baixa empregabilidade de faixas etárias mais baixas e por períodos temporais bem mais longos que os atualmente permitidos, reforçando por conseguinte os quadros de pessoal das juntas que, de outra forma, não é possível. Esta sugestão advém da consciência cimentada pela ampla experiência no terreno de que, com estas alterações, conseguimos promover uma melhor integração social e laboral de todos estes cidadãos, podendo os mesmos com um emprego de maior duração, contribuir para a construção de um projeto de vida mais estável e promissor.

d) Por forma a corrigir o dispêndio de tempo e de recursos financeiros (ex. com os parquímetros), sugerimos a criação de um mecanismo (ex. Cartão do Membro de Junta) que permita a um membro de uma Junta de Freguesia ter atendimento prioritário e isenção do pagamento de parquímetro, quando, ao serviço da sua Junta, se dirige a determinando instituto público.

II – INSTITUIÇÕES SOCIOCULTURAIS, DESPORTIVAS E RELIGIOSAS

1. Excesso de logística e de burocracia exigidas às Comissões:

a) Inexistência de documentos uniformizados segundo os pressupostos legais e devidamente atualizados às alterações mais recentes, que sejam dispensados diretamente a essas instituições e/ou, indiretamente às Juntas de Freguesia (para que depois os forneçam às respetivas coletividades);

b) Os documentos de contabilidade que são exigidos às instituições, as quais operam com orçamentos reduzidos e em regime de voluntariado por parte dos seus sócios/membros diretivos, são exatamente os mesmos que se aplicam às empresas. Isto, evidentemente, é mais um fator que desincentiva os cidadãos a

aceitarem pertencer a esses órgãos, algo que, obviamente, não só põe em causa o futuro dessas instituições, como lança uma nuvem negra sobre a preservação futura das nossas mais distintas tradições;

c) Seria pertinente que as candidaturas a apoios culturais ao Governo Regional apresentadas por dada comissão – que geralmente desenvolve um mandato de apenas um ano – fossem analisadas e deliberadas no ano de apresentação da candidatura e os apoios concedidos, preferencialmente nesse mesmo ano (ex. SOREFIL e RJAAC)

2. Avultadas despesas de funcionamento:

a) Requer-se, a bem da preservação das nossas tradições, maior flexibilidade e adaptação de medidas ao nível do policiamento e demais forças de segurança que é exigido aquando da realização de determinados eventos (ex. culturais, recreativos, desportivos e religiosos), dado que a obrigatoriedade de policiamento em todas as estradas incorporadas nos arraiais de festas implica um custo desmesurado às respetivas comissões organizadoras;

b) Os valores requeridos às instituições (ex. às sociedades filarmónicas) ao nível dos direitos de autor e da "PassMúsica" são algo excessivo e totalmente desproporcional face à realidade financeira desses organismos e às imensas dificuldades financeiras que atravessam, algo que não só as onera imenso, como constitui um fator de repulsa a que os voluntários adiram a essas comissões. Tudo isto põe em risco o futuro dessas "casas" e, com ele, a perpetuação das nossas tradições seculares (ex. bodos, coroações do Espírito Santo, Carnaval, etc.);

c) Roga-se para que seja considerada a hipótese de criação de uma tarifa social de eletricidade aplicada aos vários organismos socioculturais, desportivos e religiosos, como forma de reduzir uma despesa que, em muitos casos, constitui um enorme estrangulamento à normal atividade dessas instituições;

d) Apela-se a que se facilite sobremaneira (ex. disponibilizando apoio jurídico e documentação pré-formatada) a obtenção da declaração de utilidade pública, por parte das várias instituições sem fins lucrativos existentes na Ilha Terceira,

com vista aos respetivos processos conducentes à isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);

e) Considera-se como justa e necessária à preservação das instituições/organismos a criação de uma modalidade de combustível mais barato (à semelhança do designado "gasóleo verde"), bem como a isenção no que ao pagamento do Imposto Único de Circulação diz respeito;

f) Solicita-se às Câmaras Municipais que as tarifas de água e de resíduos que são aplicados às instituições e organismos culturais, sociais, religiosos e desportivos sejam revistas por forma a que esses organismos não sejam encarados como entidades comerciais e assim possam beneficiar de tarifas reduzidas.

3. Necessidade de incentivo à captação de voluntários para essas coletividades:

a) Sugere-se que, aquando dos acertos de IRS, os 0,5 % daquele valor que podem ser consignados a determinado tipo de instituições (ex. às de solidariedade social), qualquer cidadão que legalmente integre a direção/comissão de uma associação/instituição cultural possa consignar esse montante de 0,5 % do IRS a si próprio.

Concluindo, reiteramos que urge refletir e debater de forma saudável e construtiva sobre tudo o que acima referimos e por ventura outras questões que contribuam para um melhor serviço a bem de todos os terceirenses.

Bem Hajam.

Os autarcas que abaixo assinam...

Juntas de Freguesia do Conselho da Praia da Vitória

Junta de Freguesia da Vila das Lajes

César Toste

Junta de Freguesia das Fontinhas

Paulo Sousa

Junta de Freguesia da Vila Nova

Vasco Lima

Junta de Freguesia de Santa Cruz

António Borges

Junta de Freguesia da Agualva

Hélio Rocha

Junta de Freguesia do Cabo da Praia

Osvaldo Sousa

Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo

John Borges

Junta de Freguesia de São Brás

Marco Toste

Junta de Freguesia do Porto Martins

Raquel Mendonça

Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras

Bruno Lopes

Junta de Freguesia dos Biscoitos

Luís Viera

Juntas de Freguesia do Conselho de Angra do Heroísmo

Junta de Freguesia da Vila do Porto Judeu

Honória Leandro

Junta de Freguesia da Conceição

Paulo Jorge Silva

Junta de Freguesia das Doze Ribeiras

Sandra Mendes

Junta de Freguesia do Posto Santo

Ana Fortuna

Junta de Freguesia dos Altares

Cidália Parreira

Junta de Freguesia de Santa Bárbara

Paulo Fagundes

Junta de Freguesia da Vila de São Mateus

Paulo Gomes

Junta de Freguesia da Serreta

Marco Alves

Junta de Freguesia de São Bento

João Moniz

Junta de Freguesia de Santa Luzia

Emanuel Garcia

Junta de Freguesia das 5 Ribeiras

Luis Leal

Junta de Freguesia da Ribeirinha

Alberto Melo

Junta de Freguesia da Vila de São Sebastião

Guilherme Bizarro

Junta de Freguesia da Feteira

Luis Soares

Junta de Freguesia do Raminho

Mário Cardoso

Junta de Freguesia da Sé

Cecília Costa

Junta de Freguesia da Terra- chã

Bruno Fagundes

Junta de Freguesia de São Pedro

João Enes

Junta de Freguesia de São Bartolomeu

Cesário Pamplona

Por volta das 17h00 a senhora deputada municipal Maria de Fátima Ferreira assumiu as funções de 1.ª secretária da Mesa, uma vez que a senhora deputada Tânia Lemos teve que se ausentar da reunião.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Vamos pôr as coisas perfeitamente claras. Há pouco, durante a discussão do ponto 1.13 referente à CPCJ, tive a oportunidade de manifestar o respeito que nos merecem as pessoas que integram essas comissões, pela sua dedicação ao trabalho e pelo que dão de si à comunidade através do exercício daquelas funções em regime de voluntariado. Ora, mais ainda do que o respeito que merecem essas comissões e as pessoas que as integram, merecem todos os membros das juntas de freguesia, das assembleias de freguesia e das direções das instituições.

Aqueles que me conhecem melhor e conhecem também o trabalho dos que representam esta Coligação, terão a noção do respeito e da prioridade política – permitam-me que diga assim – que o seu trabalho merece da nossa parte porque são, afinal, um pouco a fotografia da gestão que assumem em cada uma das suas freguesias. Depois de integrarem uma lista, aqueles que tomaram a opção de concorrer pela Coligação, responsabilizam-se por representar todo o povo da sua freguesia e estou certo que o mesmo se passa com todos os partidos. Se há exemplos de dedicação à causa pública, ao seu semelhante, ao seu vizinho e às instituições da sua freguesia, são os presidentes de juntas de freguesia e os restantes elementos que as compõem, assim como aqueles que aceitam ser membros das assembleias de freguesia.

Que não restem dúvidas da importância económica, social e política e do respeito que nos merecem os órgãos e os elementos do poder local no exercício da sua representação, tanto os que estão mais para a esquerda, como os que estão mais para a direita; é exatamente por nos merecerem tanto respeito, que defendemos que o documento deve ser aperfeiçoado. Pode alguém ter dito em conversa de orelha que é vergonhoso, que é isto ou aquilo, mas com certeza não fui eu que o disse; contudo, precisa de ser melhor consolidado para que seja mais conhecido, respeitado e possa chegar mais longe.

Além de todos os presidentes de junta aqui presentes, se há pessoas que respeito, são os presidentes da Junta de Freguesia da Agualva e da Junta de Freguesia do Porto Martins, com quem já trabalhei muito de perto. Respeito-os como pessoas, como autarcas, como profissionais e de todas as outras formas, e suponho que são eles que estão na origem deste texto. Respeito maior não pode haver, mas os compromissos na política dão muito trabalho. Às vezes são coisas simples, mas dão trabalho porque obrigam a conversar e a abdicar de umas coisas para aceitar outras que, em princípio, não se aceitariam.

Ninguém nesta sala tinha conhecimento deste documento antes da passada terça-feira. O senhor presidente da Câmara disse na reunião da Conferência de Líderes, que havia uns rumores mas não tinha conhecimento do documento. O senhor presidente da Assembleia Municipal afirmou exatamente a mesma coisa na mesma reunião e tenho razões para acreditar no que ele transmitiu. O mesmo se passou com a líder da bancada municipal do Partido Socialista.

Talvez alguns presidentes de junta tivessem conhecimento desse documento mas os membros eleitos da Assembleia Municipal não o conheciam, daí que tenhamos proposto o adiamento da sua discussão para a próxima sessão da Assembleia Municipal para que houvesse a possibilidade de o consolidar com vista a ser aceite por todos e merecer uma votação unânime, mas a minha proposta não foi entendida.

Foi-me dito durante o debate da manhã que esta questão tinha que ser tratada hoje porque tinha a ver com o próximo orçamento regional. Por amor de Deus! Utilizemos todos os argumentos mas tenhamos uma discussão séria. Há um decreto legislativo regional apoiado pela ANAFRE que está neste momento em discussão na Assembleia Legislativa Regional, já passou a fase da comissão e não sei se será aprovado antes ou depois do orçamento porque,

tanto quanto sei, ainda não está agendado. Temos tempo para apresentar este documento em qualquer momento e podemos aprová-lo em dezembro juntamente com o orçamento ou numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

Quero manifestar ao senhor presidente da Mesa, a todos os membros da Assembleia e à presidência da Câmara Municipal, que estamos disponíveis para votar um documento complexo como este, desde que o mesmo seja negociado, trazido ao conhecimento da Assembleia com a antecedência necessária e haja espírito de compromisso.

A questão correu melhor na Praia da Vitória do que em Angra do Heroísmo. Isto de enveredar por momentos mais indicados politiqueiramente ou, infelizmente, por parágrafos com os quais terminou a intervenção da senhora deputada que acabou de intervir, não é de forma alguma, uma abordagem apartidária. O que quero é uma abordagem de presidentes e membros de juntas de freguesia consolidada entre todas as forças políticas.

O principal problema das juntas de freguesia é o não aproveitamento integral das suas potencialidades. Sentimos que podem fazer muito mais do que fazem neste momento, até de acordo com a velha regra do princípio da subsidiariedade em que, quem está mais perto do povo é que deve ter a competência de atuação. Queremos o reforço das juntas de freguesia, mas isso dá trabalho e devemos avaliar melhor se há competências que lhes podem ser atribuídas. Há competências discutíveis em matéria fiscal, estamos circunscritos a dois concelhos e a uma ilha e esta questão pode não estar suficientemente amadurecida.

O contributo que quero dar a este debate é a afirmação da vontade do grupo municipal da Coligação em participar numa discussão que leve a uma conclusão que nos comprometa a todos, mas cientes daquilo que queremos fazer. A nossa disponibilidade é inteira e queremos o sucesso desta iniciativa que é o sucesso da vontade resultante da experiência do dia a dia dos presidentes de juntas de freguesia e dos restantes elementos que as compõem. É isso que a gente quer e, a nosso ver, não é com a carta aberta que nos foi apresentada, que atingimos esse objetivo.

Deem três ou quatro horas, cinco dias ou uma semana para se discutir o assunto e não estejam preocupados porque, o que poderemos ou não fazer, não terá com certeza nenhuma influência até ao momento da aprovação do orçamento regional que, se não está já fechado, estará muito perto de fechar, tal como o orçamento de Estado. Estas questões podem unir-nos em vez de nos dividir, como pareceu acontecer na primeira parte desta discussão.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal e senhoras secretárias, senhoras e senhores vereadores, caras e caros colegas deputados municipais.

Peço desculpa por falar num assunto que foi já aqui amplamente debatido. Concordo um pouco com tudo mas preciso de fazer uma cronologia do que se passou, que é relevante porque toca à minha pessoa e à figura do presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião e toda esta história está um bocadinho mal entendida.

Não consigo precisar o dia, mas algures na semana antes das festas da vila de São Sebastião – que são uma loucura para a junta de freguesia, tal como são para os meus

colegas, as festas nas suas freguesias – recebi uma chamada de uma pessoa que é presidente de uma junta de freguesia da Praia da Vitória e cujo nome não vou obviamente mencionar aqui, a dizer que se tinham juntado para fazerem um documento a pedir mais apoios e reivindicar mais condições para as juntas de freguesia. Todos o apoiavam do lado da Praia e gostavam muito de vir falar com as pessoas do lado de Angra para apoiarem também esse documento e, provavelmente alterá-lo na medida em que os de Angra entendessem, se chegassem a consenso.

Friso que, o que me foi transmitido, era pedir apoio para as juntas de freguesia e esta situação sempre me pareceu perfeitamente apartidária desde o princípio. Como tinha o meu contacto, essa pessoa telefonou-me e pediu-me para contactar os presidentes de junta do PSD, pedindo-lhes que tivessem uma reunião com os que viessem da Praia para mostrar o documento e falar. Disse-me que estava também a ser marcada uma reunião do lado do PS pela minha colega Honória Leandro da vila do Porto Judeu e iam tentar para o dia 24 ou 26 de junho. Eu disse que não podia marcar para essa altura porque estaria nas festas da vila e a pessoa disse que então teria que marcar para quando fosse possível. Ainda liguei a três colegas presidentes de junta do concelho de Angra para tentarmos marcar a reunião antes das festas da Praia da Vitória, mas depois essa pessoa ligou-me, dizendo que seria impossível porque não se pode fazer nada durante as festas e voltaríamos a este assunto depois das festas de verão. Concordei que realmente é muito difícil fazer seja o que for durante as festas e ainda não tinha visto documento nenhum, por isso não fazia ideia do que se estava a reivindicar.

Mais tarde já em setembro, recebi uma chamada de outro colega também da Praia a perguntar se eu não ia estar na reunião que já estava a decorrer. Como estava em atendimento na junta de freguesia, disse que não fazia a mínima ideia e não fora convocado, pelo que me disse que, de certeza haveria outras.

Dali a uma ou duas semanas voltei a receber uma chamada de um outro colega do lado da Praia a perguntar se eu não ia a uma reunião que estava a acontecer. Como eu tinha acabado de sair de uma casa que tinha sido doada à junta de freguesia e estava coberto de teias de aranha, disse que não iria assim para lado nenhum. Houve obviamente aí uma série de mal-entendidos. Entretanto, no dia 20 de setembro recebi uma versão do documento, que não esta última.

Os meus colegas sabem que sou particularmente avesso ao *Whatsapp*; tenho um ódio visceral àquilo, por isso acho que recebi o documento um dia depois dos outros o terem recebido, mas paciência, há outros modos de me contactar, oficiais até.

Perguntaram-me por conversa telefónica se era a favor ou contra. Eu disse que tinha que ler o documento e enquanto o estava a ler é que apareceu essa segunda reunião. Disseram-me que ia ser elaborada uma versão final e fiquei à espera, mas não ouvi falar mais no assunto até que fui a uma tourada noutra freguesia. Não sou muito de ir aos toiros mas, quando vou, deixo o telemóvel em casa. Fui de manhã e voltei à noite e tinha no telemóvel, uma pergunta de uma colega minha…

Sra. d. m. Honória Leandro (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Liguei ao senhor logo a seguir à reunião. Falei com o senhor por telefone. Foi a primeira pessoa a quem liguei…

Sr. presidente da Mesa – Peço à senhora deputada Honória Leandro que não entre em diálogo nem interrompa a intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Guilherme Bizarro. Muito obrigado.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Quando tinha havido a outra reunião, nunca se falou se eu ia assinar papéis ou se concordava, porque ainda não tinha visto o documento. Tinha uma mensagem da colega Honória a perguntar se eu ia assinar o documento; quando a vi, respondi logo a dizer que não podia assinar e vou explicar porquê.

Concordo e muito, que sejam reivindicadas mais condições para as juntas de freguesia porque não são suficientes. Tenho uma excelente relação com a Câmara Municipal e todos sabem que não me coíbo de dizer quando me fazem bem, mas concordo que faltam algumas coisas que devem ser reivindicadas, também junto do Governo Regional e do Governo da República.

Acho que todas as juntas de freguesia podem dizer que não têm as condições ideais para todas as responsabilidades que têm deliberadas. Concordo que a situação está a ficar muito difícil mas concordo também que se deve reivindicar para as nossas instituições e associações e até mesmo para as organizações espontâneas como as comissões de festas, que não são oficiais, mas às vezes parecem; o que não concordo é que isso deva ser feito no mesmo documento porque prejudica principalmente as associações, as instituições e outros organismos.

As juntas de freguesia são, para todos os efeitos, órgãos políticos, o que acarreta uma certa tomada de posição. Não devemos associar outras instituições o que, no meu entender, não quer dizer que não pudessem ser feitos dois documentos que a gente apoiasse.

Ponto por ponto, concordo com alguns, mas não concordo com um ou outro e ao assinar, estaria a concordar com todos, o que acontece às vezes com pessoas que, por defenderem uma causa que lhes vai no coração, aceitam o que outros estão a oferecer com algumas condições o que, por vezes, resulta em situações meio complicadas.

Peço mais uma vez desculpa por esta minha explicação, mas foram estas as minhas razões. Acho que nada disto começou como uma questão partidária e não se chegou ao fundo da questão, apesar de ter muito mérito.

Num último aparte, acho que a última versão da carta que foi enviada e que a Assembleia Municipal recebeu, inclui o meu nome e o nome de outras pessoas que não assinaram, mais uma razão para achar que este documento não deveria estar aqui a ser apreciado. Nestas coisas, a pressa tende a ser inimiga da perfeição, mas é apenas a minha opinião e vale o que vale.

Sra. d. m. Ana Fortuna (presidente da J. F. do Posto Santo) – Muito boa tarde senhor presidente da Mesa e senhoras secretárias, senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Tenho que lamentar que tenhamos perdido uma hora e trinta minutos durante o período da manhã a discutir se este documento deveria ou não integrar a Ordem de Trabalhos, quando poderíamos ter ganho esse tempo a discutir o seu conteúdo. Após tudo o que ouvi no período da manhã, estou ciente que houve um perfeito desrespeito por quem tem trabalhado para elaborar este documento – bem ou mal – a bem de interesses comuns.

O senhor deputado Costa Neves disse que nem todos os presidentes de junta tinham conhecimento do documento, o que não corresponde totalmente ao que aconteceu, porque só não teve conhecimento quem não quis, sabe-se lá por que motivo.

Não quero perder mais tempo com este assunto porque me parece mais importante que discutamos o conteúdo do documento, em vez da forma como aconteceu e o quê, e espero que todos tenhamos o devido respeito para com as situações que estão aqui a ser apresentadas para o bem comum.

Sra. d. m. Honória Leandro (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Não tenciono alongar-me muito mais sobre este assunto mas vou recordar o que se passou. Estava muito quieta na minha casa quando me telefonaram a respeito deste assunto e notei a inquietação, a aflição e a vontade dos colegas da Praia da Vitória de fazerem alguma coisa. Nesse sentido, disse que sim, que ia transmitir aos colegas, peguei no documento e enviei-o a todos.

Todos os presidentes de juntas de freguesia do PS sabiam do documento porque enviei-o a todos pelo *Messenger* no dia 21 e 22 de julho. Mais tarde, quando houve a reunião e pela maneira como falaram, eu aceitei porque foi dito que era uma situação apartidária. Sendo assim, concordei que entrássemos todos nessa luta com o desejo de fazer o documento, que vinha até de um colega do PSD, mas não olhei sequer de onde vinha. Vi que eram reivindicações que todos ansiávamos e precisávamos; se calhar, nem seriam para nós, seriam para presidentes futuros, mas ficariam escritas e era para o bem de todos.

Pensando que, do outro lado, se estava a seguir os mesmos trâmites que do lado de cá, tal foi a minha admiração quando, no dia da reunião, não havia um único presidente do PSD. A reunião era às 19 horas, esperámos e esperámos e achei estranho não aparecer ninguém do PSD. Aí, começaram os telefonemas entre eles. Há confusão, não há confusão, e como não estavam os presidentes de junta do PSD, foi dito naquela reunião que haveria outra para que eles tivessem também acesso ao documento e pudessem fazer algumas alterações mas, qual não foi a admiração quando, quatro ou cinco dias depois, apareceram dois presidentes na Conceição. Por tudo o que foi dito nessa reunião, e segundo os colegas da Praia que estavam muito mais entusiasmados já que o documento inicial tinha partido deles, dava a entender que aquilo era unânime e todos iriam votar, daí os nomes estarem todos ali. Os nomes estão lá mas, se não assinaram, não serve de nada. Está lá o nome, se não assinou, não participou, mas foi dito pelos colegas do PSD da Praia que todos iriam assinar. Os de Angra também estavam lá.

No fim da reunião, fiquei de recolher as assinaturas juntamente com o senhor presidente da Junta de Freguesia do Raminho. Trouxe o documento, e no dia seguinte à reunião, a primeira pessoa a quem telefonei foi ao senhor presidente da Junta de Freguesia de

São Sebastião. Comecei por São Sebastião porque era o colega mais próximo. Disse que não sabia do documento, mas sabe que lhe telefonei. A seguir telefonei para a Ribeirinha, comecei a ver que não era bem o que se tinha passado no dia anterior e disse: «isto não está certo.» E parei com as assinaturas. «Agora deixa ver o que o pessoal vai dizer.»

Quando o Hélio me disse para recolher as assinaturas porque, afinal, íamos apresentar o documento, passei o sábado e o domingo dos Biscoitos a telefonar e a recolher assinaturas, mas não utilizei o carro da junta de freguesia; no sábado fui até à Serreta com o meu carro particular, telefonei a toda a gente e só não falei com o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Mateus, porque me tinham dito que ele não ia assinar.

Todos os presidentes de junta que aqui estão receberam várias chamadas do meu telefone e enviei mensagens aos que não atenderam. O que disse foi que não estava a exigir que assinassem, apenas queria saber se assinariam ou não. Recolhi as assinaturas dos que disseram que iam assinar, entreguei-as a quem ia enviar os documentos, ainda fui recolher uma assinatura na segunda-feira de manhã porque o senhor não estava, e entreguei tudo.

Foi este o meu papel e nada mais do que isso. Agi numa de ajudar os colegas da Praia e, de alguma forma, estar com eles porque achei que precisavam que a gente os apoiasse. Foi esta a minha intervenção nesse processo e fiz tudo o que podia para que desse certo.

Sei que, todos os que contactei, tiveram acesso a esse documento no 21, 22 de julho; não posso precisar, mas sei que foi em julho por altura das festas do Porto Judeu, que também me deram trabalho.

Vão-me desculpar, mas tiveram dois meses para fazerem isso. Se não souberam ou não quiseram, foi devido a alguém do próprio partido e aí a questão já não era apartidária porque meteram os partidos. É pena que, uma coisa que tivesse começado por ser apartidária, acabasse com um partido a tentar defender aquilo que não era a intenção do documento; era um assunto das juntas de freguesia, a bem das freguesias e das instituições, e não para dividir as pessoas nem para o que se passou hoje aqui nesta Assembleia.

Sr. d. m. José Toste – Quero fazer dois ou três comentários de análise a este documento que faz parte da Ordem do Dia. Sintetizando toda a história que já foi aqui recriada e recuando a junho/julho deste ano, parece que esta carta aberta vem a ser trabalhada há algum tempo e surge por iniciativa de juntas de freguesia da Praia da Vitória num movimento que foi transversal, portanto não me parece apartidário; é partidariamente transversal porque as pessoas que aqui estão foram eleitas por vários partidos e decidiram subscrevê-lo. Na Praia da Vitória houve uma maioria expressiva, algo que não existiu em Angra, apesar de haver também presidentes de junta eleitos pelo PS e pelo PSD que assinaram este documento que, à partida, é partidário numa perspetiva transversal porque estão aqui representadas todas as sensibilidades.

Quem não assinou o documento é que o torna depois numa questão partidária o que, como referiu e bem, o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, não é problemático porque as pessoas podem não ter assinado por vários motivos. Foi evocado que eram trazidas aqui algumas questões relacionadas com associações que, à partida, não

deveriam ser veiculadas pelas juntas de freguesia por acarretarem uma responsabilidade política e esta situação ficaria mais ou menos diluída. Não obstante, é um argumento válido e discutível para não subscrever o documento.

Não vou substituir-me às pessoas que não assinaram, justificando porque não o fizeram. Quero felicitar o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, que foi muito claro e justificou os motivos que o levaram a não assinar, e gostaria de conhecer também as razões que levaram outros membros de juntas de freguesia a não assinarem o documento.

As questões relacionadas com o *timing* de entrega desta carta aberta parecem-me um bocadinho irrelevantes agora, podendo ser evocadas depois quando se quiser reconstruir a história e perceber porque é que alguns presidentes de junta não estão aqui representados.

Mais importante do que tudo isto, é saber o que diz o documento. Na secção I, ponto 1, alíneas a) e b), começa-se por referir que a lei não tem em conta a reduzida dimensão das juntas de freguesia. Aqui vou dar-vos a minha opinião sincera porque isto pode ser um problema relativamente às juntas de pequena dimensão. Será que se justificam as uniões de freguesias criadas noutros tempos, que foram muito criticadas e até alvo de um combate feroz por parte de alguns autarcas?

Talvez as uniões de freguesias não sejam a via mais correta para se criar uma estrutura que dê mais respostas aos cidadãos porque existe um sentimento histórico muito arraigado e as pessoas não têm responsabilidades para isso. Só me faltava aqui defender regimes especiais legais para que as juntas de freguesia mais pequenas passassem a respeitar menos a lei do que as juntas de freguesia de maior dimensão. O que retiro verdadeiramente deste ponto 1, não será a alteração legislativa, mas uma eventual reflexão sobre a criação de uniões de freguesias.

Não tenho dúvidas que os documentos de contabilidade são muito chatos para as pessoas que fazem parte das juntas de freguesia e concordo em absoluto que deveria haver mais apoio na sua elaboração, mas são absolutamente necessários a bem da transparência e da fiscalização democrática das atividades de uma junta de freguesia porque, numas alturas somos presidentes de junta e noutras somos oposição. Quero que todas as juntas de freguesia tenham a sua contabilidade organizada e o mais transparente possível para que, quando e se nos tornarmos oposição, possamos mostrar aquilo que fizemos de bem e fiscalizar o que os outros estão a fazer, bem ou mal. Os documentos de contabilidade são importantes e devem ser exigidos.

Falando agora da secção I, ponto 1, alínea c) que tem a ver com a DRCPL (Direção Regional da Cooperação com o Poder Local), parece-me haver aqui uma preocupação transversal. Para ser sincero, não sei como funciona esta prática, por isso vou falar um bocadinho de cor e, se há um número significativo de juntas de freguesia que reconhece este problema, é porque ele existe de facto. Se é solicitado aqui que esta direção regional tenha uma maior proximidade e sirva para dar este apoio, pois então que o dê e seja mais efetiva. Manifesto a minha total concordância relativamente a este ponto.

Não sei se há recursos para a existência de um técnico administrativo capacitado em cada uma das juntas de freguesia, mas talvez pudesse haver na tal direção, um técnico afeto que desse apoio a quatro ou cinco juntas de freguesia, em vez de estarem todos a ligar para um número geral. Fazendo um paralelismo, talvez inadequado mas compreensível, seria quase como um gestor de conta das juntas de freguesia que, naquele departamento governamental, pudesse ser contactado para estabelecer a ligação.

Não me vou pronunciar a respeito de remunerações de presidentes de juntas de freguesia mas há aqui a questão das gratificações e das isenções de IRS, uma luta que poderá fazer sentido em algumas situações, como a devolução do IVA ou as tarifas sociais em termos de eletricidade e de água.

Estão a tentar introduzir também aqui a questão relativa aos parquímetros, que já tivemos oportunidade de discutir, mas pode voltar a ser objeto de discussão mais tarde, já que a Assembleia manifestou uma abertura de parte a parte para que os presidentes de junta pudessem trazer este tema aqui novamente. Manifesto uma vez mais a minha total disponibilidade para dar o apoio necessário no âmbito de uma proposta com vista à concretização da questão do cartão de membro da junta de freguesia.

Esta carta aberta contém também duas propostas relativas às instituições socioculturais, desportivas e religiosas que me parecem positivas. Percebo que a questão das candidaturas seja complicada porque, muitas das vezes, as direções são eleitas só por um ano, o que poderá levar a algum tipo de constrangimentos no que diz respeito à apresentação de candidaturas, dado que não há garantias que sejam essas mesmas direções a implementá-las. Uma forma de contornar esta situação passaria internamente pela criação de mandatos de dois ou três anos, em vez de se esperar que o problema seja resolvido externamente. Não obstante, sei que tal poderá ser difícil porque as coisas estão de tal forma arraigadas que a prática comum são comissões anuais, mas pode ser tentada internamente uma solução de equilíbrio com a possibilidade de as direções desses órgãos sociais poderem permanecer por mais algum tempo.

Sei também que as questões relacionadas com a «PassMúsica» acarretam um custo acrescido e, para ser sincero, tenho algumas dúvidas quanto ao gasóleo verde porque, para mim, há sempre uma dificuldade em termos da fiscalização do seu mau uso. Não bastando já os abusos existentes, a criação de instrumentos parecidos será, no fundo, a fomentação de possíveis abusos também noutras áreas.

Concordo com as situações relativas ao IMI e há uma questão que me parece curiosa no ponto 3 acerca de uma fórmula para a captação de voluntários que pode ser um bocadinho transversal e tem a ver com a possibilidade da consignação de 0,5 % do IRS para determinadas instituições. Sugere-se aqui que este valor reverta a favor de quem possuir cargos de direção em determinado tipo de associações, o que me parece correto quase como um incentivo fiscal à participação voluntária, mas isto inquina um pouco o termo «voluntário» e existem regimes especiais para voluntários como, por exemplo, os bombeiros e os dadores de sangue. É verdade que esse tipo de privilégios, direitos ou benesses, às vezes retiram um pouco a

pureza do voluntarismo, mas muitas vezes são necessários. É uma questão de se ver se os regimes que já existem ao nível dos bombeiros e dos dadores de sangue, não poderão ser estendidos. Percebo que isto conste aqui apenas como uma possível medida de incentivo, mas poder-se-á pensar noutras que sejam mais exequíveis como a criação de uma espécie de estatuto do voluntário com um conjunto de direitos para as pessoas que tenham possibilidades de o fazer.

Estou de acordo com grande parte das reivindicações que constam neste documento. Se o mesmo fosse posto à votação – o que não acontece por motivos formais – a verdade é que eu votá-lo-ia a favor.

Não obstante alguns dos pontos desta carta aberta serem objeto de discussão, como o ponto n.º 1 da secção II que refere um excesso de burocratização, tornando as coisas mais complexas, no fundo é só reconhecer uma realidade que às vezes pode ser dura mas é necessária para o correto funcionamento da democracia. É esta a minha objeção de princípio.

Em suma, é mais o que partilho do que aquilo que discordo neste documento, portanto não haveria problema algum em votá-lo favoravelmente, manifestando alguma discordância relativamente aos pontos X, Y ou Z

É isto que interessa manifestar, quanto mais não seja para tornar públicos os pontos que merecem a minha discordância, esperando que esta minha contribuição sirva para melhorarem e reforçarem os vossos argumentos neste documento quando o levarem a outras sedes, porque a sua discussão já foi muito útil nesta Assembleia.

A Assembleia Municipal debateu o documento constante no Ponto 4. (75/2023/AMAH).

5 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

5.1 – Voto de Louvor ao Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes. Para votação por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal João Enes procedeu à leitura do Voto de Louvor em epígrafe.

VOTO DE LOUVOR:

Ao Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes.

«*O Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Angra do Heroísmo em 1964 onde, mais tarde, foi ordenado Diácono.*

Sendo oriundo da freguesia de Santa Bárbara, ali foi batizado. Em 1971, a família vem para Santa Luzia de Angra onde, mais tarde, recebe o Crisma. Com o sismo em 1980, a família muda-se para a freguesia da Sé onde foi ordenado Presbítero e celebrou Missa Nova em 1988.

Frequentou o ensino primário na Escola Infante D. Henrique ao Alto das Covas, o então Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, o primeiro curso do Conservatório Regional de Angra e a Academia Militar em Lisboa, onde fez o curso de Capelães Militares.

No Seminário Episcopal de Angra fez a formação básica em Filosofia e Teologia. É licenciado em Teologia pela Faculdade de Teologia de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa com especialização em Teologia Prática pelo Instituto Superior da Pastoral de Madrid.

É doutorado em Teologia pela Faculdade de Teologia da Universidade Pontificada de Salamanca, cujos trabalhos de conclusão dos cursos estão publicados pelo Instituto Açoriano de Cultura, do qual é sócio, e pela Universidade Católica do Porto.

É sócio cofundador do Instituto de Estudos Avançados em Catolicismo e Globalização e sócio do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Foi Pároco da freguesia da Ribeirinha deste concelho de 1988 a 1997, onde fundou o Centro Social Paroquial da Ribeirinha.

Pároco da Sé de Angra de 1999 a 2023, ali fundou o Centro Social Paroquial da Sé. Foi Ouvidor de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória de 2000 a 2003, membro dos Conselhos Presbiteral, Pastoral e Episcopal da Diocese de Angra e do Colégio dos Consultores de 1989 a 2023 e diretor do Boletim Eclesiástico dos Açores de 2008 a 2022.

Foi Cónego da Igreja de São Salvador da Sé Catedral de Angra durante quase 25 anos, Capelão da Soberana Ordem de Malta e da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém. Foi diretor do Secretariado Diocesano da Educação Cristã de 1989 a 2005 e Secretário Diocesano da Educação Cristã durante dezassete anos. Foi Vigário-geral da Diocese de Angra durante dezoito anos com os últimos três bispos de Angra.

No final de 2021, com a transferência de Dom João Lavrador para Viana do Castelo, a Diocese de Angra ficou vacante, tendo sido eleito administrador diocesano até ao início de 2023, ou seja, até à entrada de Dom Armando Esteves Domingues.

Sendo dispensado de todos os ofícios académicos e do Governo Diocesano, iniciou o Serviço Pastoral do Povo do Deus em Santa Cruz da Praia Vitória no início de setembro de 2023.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 29 de setembro de 2023, a aprovação de um Voto de Louvor ao Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, por todos os serviços e ofícios que desempenhou na área académica do Governo Diocesano e Pastoral.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao próprio, a Sua Excelência Reverendíssima, o senhor Dom Armando Esteves Domingues e ao Vigário-geral da Diocese.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 29 de setembro de 2023.»

<u>O Voto de Louvor ao Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto</u>. (76/2023/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Antes de passarmos à leitura da minuta da ata desta reunião, dou-vos conhecimento que a próxima reunião da Assembleia Municipal acontecerá no dia 13 de dezembro.

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados, concluímos assim os nossos trabalhos. Esta 4.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal foi a mais longa de todas as anteriores. Agradeço a vossa participação e disponibilidade, desejando a continuação de uma boa tarde e um bom fim de semana. Até ao dia 13 de dezembro.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 17h50 min do dia 29 de setembro de 2023, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1.ª secretária

_____

Tânia Gil da Rocha Lemos